

Organização  
Maristela de Souza Pereira

# Violência, Ditadura e Memória: expressões políticas e institucionais



ABRAPSO EDITORA

# **Violência, Ditadura e Memória:** expressões políticas e institucionais

**Organização**

Maristela de Souza Pereira



**AbRAPSO EDITORA**  
Porto Alegre  
2020



**ABRAPSO**

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

### **Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2020-2021**

Presidente: Deivis Perez Bispo dos Santos

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Régis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões

Diretor de Relações Internas: Pedro Henrique Antunes da Costa

Diretora de Relações Externas: Mariana de Almeida Pinto



**ABRAPSO EDITORA**

### **Editora Geral**

Andrea Vieira Zanella

### **Editora Executiva**

Ana Lúcia Brizola

### **Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

**Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:**

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Violência, ditadura e memória: [livro eletrônico]  
: expressões políticas e institucionais /  
organização Maristela de Souza Pereira. -- 1.  
ed. -- Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora,  
2020.  
PDF

ISBN 978-65-88473-03-0

1. Ditadura - Brasil 2. Expressões populares 3.  
Memória - Aspectos sociais 4. Psicologia 5. Violência  
I. Pereira, Maristela de Souza.

20-50464

CDD-150.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Psicologia : Aspectos sociais 150.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Agradecimentos

A todos que de alguma forma contribuíram para que esse livro acontecesse:

ao colega Nilson Berenchein Netto, parceiro na organização do evento do qual essa obra se origina;

à discente Letícia Barbosa Silva, que realizou a transcrição de todas as falas do evento, usadas pelos autores como base para a escrita dos capítulos;

às autoras e aos autores, que aceitaram revolver memórias e mágoas, para escrever os textos aqui compartilhados;

a Ana Jacó, incentivadora de longa data desse projeto, que gentilmente aceitou prefaciar a obra;

a Maria do Carmo Guedes, pelo apoio e estímulo para trazer a público essa história;

a Eliane, Emerson, Luiz Avelino, Netto, Paula e Silvia Maria, amigos fundamentais na lida com as difíceis relações institucionais.

# Sobre as autoras e autores

## **Ana Maria Jacó-Vilela**

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com Pós Doutorado em História e Historiografia da Psicologia na Universidade Autônoma de Barcelona. Professora titular da UERJ, atuando na pós-graduação e na graduação do Instituto de Psicologia, do qual atualmente é diretora e onde também coordena o Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché.

Email: [jaco.ana@gmail.com](mailto:jaco.ana@gmail.com)

## **Hélvia Cristine Castro Silva Perfeito**

Psicóloga e Psicanalista. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia na abordagem da Intersubjetividade. Atuou como clínica, pesquisadora e supervisora no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia no período de 1988 a 2018. Atua em consultório particular.

Email: [helviacristine@yahoo.com.br](mailto:helviacristine@yahoo.com.br)

## **Luiz Carlos Avelino da Silva**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1985), mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2004). Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Uberlândia.

Email: [luizavelino@yahoo.com.br](mailto:luizavelino@yahoo.com.br)

### **Maria de Fátima José-Silva**

Especialista em Psicologia Social e em Psicologia Hospitalar. Doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado em andamento sobre a Saúde dos Pacientes portadores de Esclerose Múltipla, Câncer, Alzheimer e pacientes terminais, com análise comparativa entre Brasil e México. Membro do NUPRI – Núcleo de Estudos em Políticas Internacionais.

Email: fatimajs@uol.com.br

### **Maristela de Souza Pereira**

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo com período sanduíche na Università degli Studi di Torino. Mestrado e graduação em Psicologia. Docente do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Email: maristela.ufu@gmail.com

### **Mauricio Requião de Mello e Silva**

Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Informática com ênfase em Educação. Exerceu diversas funções públicas no Estado do Paraná, dentre elas as de Deputado Federal e Secretário Estadual de Educação.

E-mail: m.requiao@uol.com.br

### **Sergio Kodato**

Coordenador do Grupo de Pesquisa: Observatório de Violência e Práticas Exemplares, da USP de Ribeirão Preto. Autor do livro: O Brasil fugiu da escola: motivação, criatividade e sentido para a vida escolar. Possui mestrado (1988) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, pela Universidade de São Paulo



(1996). Foi docente do Departamento de Psicologia da UFU, de 1981 a 1998, e atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto.

Email: [skodato@ffclrp.usp.br](mailto:skodato@ffclrp.usp.br)

### **Sueli Terezinha Ferrero Martin**

Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUCSP; docente aposentada do Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Fac. Medicina, UNESP-Botucatu. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Histórico-Cultural e Saúde Coletiva”. Participa do Núcleo Cuesta da ABRAPSO.

Email: [suelitfmartin@gmail.com](mailto:suelitfmartin@gmail.com)

# Sumário

<b>Sobre as autoras e autores .....</b>	<b>6</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>10</b>
<i>Maristela de Souza Pereira</i>	
<b>Prefácio: A diferença como ameaça: o ressurgimento das bruxas .....</b>	<b>15</b>
<i>Ana Maria Jacó-Vilela</i>	
<b>I. Violência, ditadura, memória e resistência .....</b>	<b>18</b>
<i>Mauricio Requião de Mello e Silva</i>	
<b>II. Caminhos e descaminhos da democracia e da promoção humana: sonhos e pesadelos .....</b>	<b>33</b>
<i>Maria de Fátima José-Silva</i>	
<b>III. Contexto da greve na Psicologia da UFU em 1982: percepções de alunos e uma lista que nunca houve .....</b>	<b>57</b>
<i>Luiz Carlos Avelino da Silva</i>	
<b>IV. Relembrar o passado para pensar o presente e o futuro.....</b>	<b>81</b>
<i>Sueli Terezinha Ferrero Martin</i>	
<b>V. O teatro político da crueldade, o assassinato da ética departamental e o expurgo da Psicologia Comunitária da UFU .....</b>	<b>95</b>
<i>Sergio Kodato</i>	
<b>VI. Grupo dos oito: uma leitura institucional .....</b>	<b>120</b>
<i>Hélvia Cristine Castro Silva Perfeito</i>	
<b>VII. Autoritarismos e enfrentamentos: a luta é para uma vida inteira (e além) .....</b>	<b>142</b>
<i>Maristela de Souza Pereira</i>	

# Apresentação

A presente obra origina-se do evento com mesmo título, realizado em 04 de outubro de 2018 no Campus Umuarama da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em colaboração com o colega Nilson Berenchtein Netto.

O objetivo do evento foi refletir sobre a expulsão de oito docentes do curso de Psicologia, ocorrida no início dos anos 1980 e analisar os pontos de contato entre o contexto histórico da época, quando o Brasil vivia uma ditadura civil-empresarial-militar, e o cenário atual, que em 2018 era representado pela corrosão da democracia após o afastamento arbitrário da presidenta Dilma Rousseff e pela ameaça de uma escalada autoritária representada pela possibilidade de eleição de Jair Bolsonaro. Nas palavras do professor Maurício Requião, o que nós, os organizadores, buscávamos com o evento era “iluminar o passado para nos proteger do presente e do futuro que nos ameaça” (comunicação pessoal).

A expulsão dos docentes, que ficaram conhecidos como “Grupo dos oito”, é um assunto tabu no Instituto de Psicologia (IPUFU) ainda nos dias atuais. Não por acaso, o evento não recebeu apoio institucional, tendo sido realizado com a contribuição financeira de entidades externas: Associação dos Docentes da UFU (ADUFU), Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais e Núcleo Uberlândia da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a quem somos gratos. O “fantasma” dessa história ainda percorre os corredores e se faz presente na organização curricular do curso de Psicologia, dado que, após a expulsão dos professores, houve o cancelamento de

uma área inteira de formação em Psicologia Social e Comunitária. Como consequência, as disciplinas de Psicologia Institucional e Comunitária foram transferidas para a área de Psicanálise e as disciplinas de Psicologia Social ficaram por décadas alocadas no eixo de Psicologia Organizacional. Com isso, abandonou-se também um enfoque mais crítico e interventivo dessas disciplinas, com alteração significativa no percurso formativo de várias gerações de psicólogos/as que ali se graduaram. Do mesmo modo, o clima de “racha” entre grupos dentro do IPUFU perdurou por muitos anos, tendo vigorado de forma explícita nos anos 1990 com a divisão entre dois Departamentos, separados inclusive fisicamente (com as salas dos docentes situadas em dois sentidos opostos nos corredores do Instituto), e na atualidade se mantendo de forma menos explícita, mas não menos intensa.

Entendendo que somente quando enfrentamos os fantasmas esses podem deixar de nos assombrar, e que compreender o passado é fundamental para conhecermos os caminhos que nos levaram até o presente e assim podermos fazer outras escolhas para o futuro, decidimos trazer à tona essa história e levar novamente à UFU os professores diretamente envolvidos no ocorrido, aqueles que foram perseguidos e injustamente expulsos da instituição. Dos oito docentes, não conseguimos fazer contato com dois, outros dois não quiseram participar e um já era falecido. Pudemos então contar com a presença das professoras Maria de Fátima José-Silva e Sueli Terezinha Ferrero Martin e do professor Maurício Requião de Mello e Silva, que nos emocionaram profundamente com suas falas e com a narrativa do impacto que a expulsão teve em suas vidas. Também tivemos a participação de Hélivia Cristine Perfeito, que estudou esse caso em sua especialização, Sérgio Kodato, que foi professor do IPUFU e desenvolveu seu doutorado sobre essa temática, e Luiz Carlos Avelino da Silva, que era discente na época dos fatos e foi posteriormente docente na mesma instituição.

As falas de todos foram gravadas, com autorização prévia, e posteriormente transcritas, material esse que foi a base para os autores e autoras escreverem os capítulos que compõem esse livro. A ordem dos

capítulos foi definida no sentido de partir das memórias e relatos sobre o ocorrido em direção às análises e leituras mais teóricas sobre o caso. Assim, começamos com Maurício Requião, que relembra fatos de sua curta estadia em Uberlândia e aponta a inconsistência da acusação de que ele e os demais colegas formavam um grupo coeso e organizado ideologicamente, que visava a desestabilizar o Departamento de Psicologia. Apresenta ainda documentos que evidenciam o aspecto arbitrário e autoritário do processo que culminou na expulsão dos oito professores, e menciona pessoas que de alguma forma provocaram ressonâncias sobre os envolvidos, algumas muito negativas, outras positivamente.

No capítulo 2, acompanhamos a narrativa da professora Maria de Fátima, de grande carga emocional, na qual ela faz questão de apresentar os nomes dos colegas que ensinaram a abertura de um processo administrativo que culminou no afastamento dos docentes, através da escrita e assinatura de uma “carta-denúncia”. Faz também uma ressalva, em relação a uma das signatárias dessa carta, e analisa o comportamento de gestores envolvidos na condução do processo, composto por diversas irregularidades, como ficou comprovado mais tarde, sendo assegurada anos depois a anistia a todos os acusados.

No capítulo 3, mergulhamos no clima da época, conduzidos por Luiz Avelino que, em tom memorialista, relembra os bastidores e os eventos que marcaram a participação estudantil naqueles eventos longínquos, seja por uma suposta lista classificatória dos docentes, que teria sido um dos motivos para uma ala mais despreparada e conservadora dos professores do curso se mobilizarem para atacarem outra, mais politizada e mais sustentada teoricamente e também profissionalmente, seja na condução de uma greve discente que significou a perda do semestre para muitas/os alunas/os.

Na sequência, Sueli Terezinha nos mostra, no capítulo 4, como na atualidade ainda há perseguição a docentes, trazendo exemplos recentes de afastamentos, exonerações e demissões ocorridas em diversas instituições brasileiras de forma autoritária e com motivações políticas. Faz assim a ponte entre o “caso dos oito” e diversos outros casos que

continuam a acontecer Brasil afora, demonstrando com é importante conhecer o passado para pensarmos o futuro, dado que ignorar o vivido e os fatos ocorridos é caminho seguro para sua repetição.

Sérgio Kodato, no capítulo 5, conta sobre sua chegada na UFU e vai descortinando as relações que imperavam, dentro da universidade, e também dessa com a burguesia da cidade. Retoma cronologicamente os fatos que culminaram na expulsão dos docentes e em suas reflexões, baseadas na Análise Institucional, conclui que todo o processo de acusação e punição foi descomunalmente desproporcional aos fatos relacionados, em virtude da instalação de um clima de paranoia coletiva, cuja base estava no medo dos docentes delatores, medo esse originado da potência e fecundidade das ideias e práticas dos delatados. Faz assim uma análise dos conteúdos psicológicos mobilizados e sua relação com o plano concreto, das relações objetivas e materiais vigentes naquele momento histórico.

Helvia Perfeito retoma no capítulo 6 dados de uma monografia escrita por ela a partir de entrevistas e análises documentais. Também baseada na Análise Institucional, retoma os fatos vinculados à expulsão dos oito docentes, descortinando atos de cinismo, manipulação e falseamento da realidade por parte de atores sociais envolvidos nas denúncias e na condução do processo. Conclui que o conflito teve como causas últimas as questões econômicas e políticas, atreladas ao momento histórico e político daqueles dias.

Por fim, no capítulo 7, proponho retomar aspectos do cenário político nacional, mas a partir de uma moldura mais ampliada, tomando em consideração o momento atual de desenvolvimento do sistema capitalista, que molda as relações sociais, em todos os níveis. Entendendo que a dimensão micro está indissociavelmente ligada ao macro, às estruturas materiais e objetivas vigentes, busco tecer reflexões sobre aspectos da história “dos oito” e alguns recortes do que presenciamos no Brasil na atualidade.

O conjunto dos textos ora apresentados constitui um mosaico de visões e aborda diversos elementos e aspectos do ocorrido na UFU. A

leitura do livro como um todo possibilita a reconstituição dos fatos, que tiveram início com a acusação de falta ética de uma docente no âmbito de condução da prática de um estágio. Todavia, sendo uma falta ética relacionada ao fazer profissional psicológico, essa deveria ter sido encaminhada para o Conselho Regional de Psicologia, o que não ocorreu. Foi aberto um inquérito no âmbito da universidade, o qual teve desdobramentos surpreendentes, ao englobar outros sete docentes que nada tinham a ver com o caso e apontá-los como um grupo organizado para desestabilizar a instituição. O que fica evidente são os contornos de uma perseguição política que ali foi empreendida, a qual teve lastro em outras instâncias da universidade e também respaldo da elite local. A arbitrariedade na condução do referido processo e a injustiça cometida contra os oito docentes foi reconhecida juridicamente e em 1995 eles obtiveram na justiça o direito de serem readmitidos. No início de 1996, no momento da reintegração, foi-lhes imediatamente apresentada a proposta de redistribuição para outras universidades federais. Nenhum deles quis voltar para a UFU, por motivos óbvios. Essas informações não constam no acervo de documentos da universidade. Também não há ali registro da passagem desses docentes pela UFU, inclusive para fins de comprovação de tempo de serviço para a aposentadoria. Foram apagados da história da instituição.

Tal qual nos lembra Marx, as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Do mesmo modo, a história é sempre contada pelo ângulo dos vencedores. No caso aqui focalizado, consideramos que tal premissa se mostra verdadeira, sendo a perspectiva dos acusadores a que prevaleceu. Procuramos então, como aponta Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de História, “escovar a história a contrapelo”, de modo a descortinar as falácias promovidas pelos acusadores e apresentar os fatos sob o ponto de vista daqueles que foram as vítimas desse processo.

*Maristela de Souza Pereira*

Uberlândia, quarentena de abril de 2020.

## Prefácio

# A diferença como ameaça: o ressurgimento das bruxas

*Ana Maria Jacó-Vilela*

Ouvi falar pela primeira vez do “grupo dos 8” numa visita que fiz, pela Capes, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Saí um dia à noite com Emerson Rasera, professor da instituição e amigo da ABRAPSO. Ele levou junto Maristela Pereira, que me contou a história. Embora tivesse vivido aqueles anos de ditadura empresarial-militar, visto inúmeras perseguições a professores e estudantes, sempre me parecia que aquilo era obra de pessoas de fora da universidade, pois os “de dentro” se protegeriam uns aos outros. Fiquei estarrecida. Sem dúvida, para isto contribuiu também a época do acontecimento, início dos anos 1980, processo de “abertura” do regime em andamento, com anistia, retorno dos exilados, primeira eleição direta para governadores em quase vinte anos. Ou seja, poderíamos dizer que os acusadores estavam fora de compasso com o momento histórico em que vivíamos. Mas isso não impediu que agissem.

Quando organizei o Dicionário de Instituições da Psicologia no Brasil, pedi à Maristela que fizesse o verbete relativo ao curso/



departamento de Psicologia e contasse a história. Como ela mesma relata em seu capítulo neste livro, isto não foi possível, pois vinte anos depois do acontecimento aquilo ainda era um “não-dito” na psicologia da UFU. Fico muito feliz que, passados mais alguns anos, tenha sido possível à Maristela, com a cooperação inestimável de Netto, desvendar um pouco, dizer sobre, por meio do evento “Violência, ditadura e memória: expressões políticas e institucionais”, do qual um dos frutos é este livro.

Por que um dos frutos? Porque, além do evento em si, a este livro certamente se somam os efeitos que a explicitação do ocorrido nos idos de 1981/1982 trouxe aos diretamente implicados – fico imaginando Fátima, Sueli, Maurício chegando ao Campus Umuarama, onde deram aula, criaram vínculos e terminaram escoraçados. Como forasteiros que eram, representavam um corpo estranho que foi englobado como comunistas “comedores de criancinha”, como nos lembra Sérgio Kodato. Forasteiro, comunista, o “grupo dos oito” abalou – e ainda abala, haja vista as dificuldades relatadas por Maristela para a realização do evento – os alicerces de uma instituição que se quer coesa, uniforme, coerente. Onde não há diversidade, não há debate, não há o que caracteriza, afinal de contas, uma universidade.

Outro efeito, sem dúvida, acredito que reverberou nos atuais alunos do curso de psicologia. Como se sentiram ao saber do papel que o corpo discente desempenhava naqueles tempos, tão bem descrito por Luiz Avelino, aluno de então, professor de hoje? Havia um desejo de estar presente, de fazer diferença, traduzido em ações que mostravam sua potência. E isto serviu para justificar ainda mais a perseguição aos “oito”. Porque, para o pensamento conservador, os jovens não refletem, não constroem suas posições, sejam elas teórico-práticas, sejam políticas. Eles são sempre guiados, usados, por pessoas mal-intencionadas e, por isso, devem ser protegidos por aqueles que conhecem a realidade melhor que eles, que têm a água benta e o crucifixo para afastar as bruxas que querem dominá-los. Pelos “cidadãos de bem”, como é dito hoje em dia.

E isto nos traz a um outro efeito deste encontro provocado por Maristela e Netto: articular aqueles acontecimentos dos idos de 1980 com os dias atuais, com os sérios desafios que nossa democracia tem enfrentado desde 2013, com o afã de alguns para que retornemos ao sombrio período ditatorial.

Mas somos resilientes. E mantemos nossa aposta na diversidade da psicologia, em uma psicologia que investiga e se compromete com o povo deste país, uma maioria oprimida, discriminada, subjugada. Porque não somos Narciso, que acha feio o que não é espelho, como nos diz Caetano Veloso. Antes, somos Psyché, sempre disposta a se metamorfosear com os diferentes aprendizados da vida.

Minha solidariedade, embora tardia, aos colegas tão brutalmente atacados. Que a memória dessa perseguição se mantenha para que essa história não se repita.

Parabéns à Maristela e ao Netto. A história, para ser preservada, precisa ser narrada, contada às novas gerações, tarefa que vocês realizaram com sucesso.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020



# Violência, ditadura, memória e resistência

*Mauricio Requião de Mello e Silva*

Permitam-me falar em pé. Desculpem-me por não ter trazido um texto estruturado, como fizeram Fátima e Sueli. Eu não construí, como elas, uma disciplina acadêmica que me habilite para uma análise mais sistemática e aprofundada dos acontecimentos que vivemos.

Depois de ser demitido da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – e de tentar ser docente em algumas faculdades particulares de São Paulo, por um pequeno período, abandonei completamente o magistério. Voltei a ser professor agora, há dois, três anos atrás. A Fátima fica me chamando o tempo todo de velho, mas, na verdade, eu sou um novato. Estou recomeçando.

Pra compensar, vejam só, eu trouxe um monte de coisas pra mostrar (documentos, fotos e filmes), mas, repito, não estruturei nenhuma fala.

Tem quase quarenta anos que isso aconteceu, trinta e sete anos! É a primeira vez que eu, em público, falo sobre o que aconteceu, para vocês terem uma ideia do quanto isso me toca. Também nunca fui convidado a falar. Fica, portanto, desde já, meu agradecimento

ao Netto e à Maristela. Nunca fui convidado, mas também nunca busquei ou criei uma oportunidade para falar. Poderia ter escrito sobre isso, poderia ter feito muita coisa. Digo isso para ressaltar o significado de estar aqui. A gente fica um pouco emocionado.

A Fátima antecipou muitas coisas que eu imaginei dizer. A Sueli, outras tantas, que eu nem pensei, mas que deveria ter pensado. A UFU, pelo que eu entendi isso foi falado de manhã<sup>1</sup>, era um entreposto de poder de elites conservadoras de Minas Gerais e aqui da região. Mas nosso processo pode ser analisado por muitos ângulos.

Um deles é o que mais me intriga e que me intrigou por todo este tempo. A trama que se teceu no início dentro do nosso Departamento e que só depois extravasou. A direita raivosa, truculenta, fascistóide, de dentro e de fora da Universidade, foi conclamada a exercer seu papel e o fez com a desfaçatez de costume. Mas ela veio depois, disponibilizando suas ferramentas e sua retórica aos nossos “colegas”, “pessoas do bem”, professores universitários, psicólogos.

Eu vou contar um pouquinho só da minha trajetória para chegar aqui em 1981 ou 1982. Acho que vale esse pedacinho porque ele desmonta, desqualifica a ideia de que havia uma orquestração maligna para a qual eu havia sido convocado.

Eu estava me formando em Curitiba, na Federal do Paraná, quando apareceu um edital para seleção de professores colaboradores. Eu já estava licenciado, fazendo as disciplinas da formação de psicólogo. Meu sonho era ser professor. Vamos lá, fiz o processo seletivo, fui contratado, comecei a lecionar.

Havia, porém, uma circunstância. Como estudante, nós tínhamos acabado de reconstruir o DCE. DCE-Livre da UFPR. Eu integrava a sua primeira diretoria e nós vínhamos de vários enfrentamentos com o reitor. Resultado: o reitor, Ocyron Cunha, preposto dos militares na UFPR, simplesmente se recusou a forma-

.....  
1 O vó do prof. Mauricio atrasou muito, de modo que não foi possível que ele estivesse na mesa da manhã, intitulada “Reflexões sobre o caso dos oito”, composta por Hέλvia Perfeito e pelos professores Luiz Avelino e Sérgio Kodato. (Nota da organizadora).

lizar minha admissão. Trabalhei o semestre sem receber, entrei na Justiça, ganhei, recebi, anotaram minha carteira de trabalho, mas acabei fora. Prevaleceu o poder discricionário do magnífico sobre as decisões departamentais.

Sem trabalho, eu fui estudar, e me matriculei no mestrado de Psicologia Social da PUC-SP que, sob a batuta da professora Silvia Lane, conduzia uma veemente crítica à Psicologia Social praticada no Brasil. Conheci a Fátima em uma sala de aula do curso. Num intervalo, nos pilotis da PUC, nos apresentávamos um ao outro e, na conversa, ela me contou que estava para ocorrer um concurso em Uberlândia e justamente na área nova, pioneira, de Psicologia Social e Comunitária. Era a oportunidade que eu buscava, na área que mais me atraía.

Eu vim fazer o concurso, e me hospedei na casa da Fátima. Não conhecia Uberlândia, não conhecia a UFU, não conhecia ninguém em Uberlândia. Foi um concurso concorrido. Tinham vários candidatos mais titulados que eu, mas que traziam aquela formação da Psicologia Social tradicional, norte-americana. Eu tinha a vantagem de trazer a experiência de atuar em comunidades urbanas periféricas e de ter muita familiaridade com a bibliografia proposta que, aliás, trouxe aqui pra mostrar pra vocês (Paulo Freire, Agnes Heller, Goffmann, Celso Frederico, por aí...).

Falo tudo isso pra vocês verem que eu não tinha qualquer ligação, nem pessoal, nem política, nem acadêmica, nem partidária, com quem quer que fosse. Depois de contratado, me aproximei mais da Fátima, da Erika, do Luiz Leite, da Helô e do Rodolfo, éramos todos vizinhos. Acho que, nesse período, conheci mais o Kodato do que qualquer outro, pois às vezes a gente se encontrava no ônibus, indo ou voltando de São Paulo, aí conversávamos a noite toda.

Mas havia uma narrativa sobre a minha relação com o que viria a ser chamado de “grupo de Londrina” ou “grupo dos oito”, que dizia o contrário. Era um discurso delirante, paranoico. Minha contratação era vista como resultado de uma manobra realizada para que um

“grupo” viesse a dominar o Departamento e destruir os colegas. Sob o “comando”, diziam eles, do professor Baus!

Na minha primeira reunião, onde eu esperava ser simplesmente apresentado aos colegas, fui apresentado com um festival de agressões verbais, de uma brutalidade que eu não conhecia no ambiente universitário. Embora o concurso já estivesse homologado, os recursos propostos já terem sido desprovidos, eu já estivesse contratado, eu chego lá e assisto a um destampatório de ofensas, agressões, questionamentos sobre o concurso e sobre minha contratação. E eu ali, de corpo presente, sendo tratado como um criminoso, cúmplice e beneficiário de uma falcatura. Tudo isso vindo, diga-se, de pessoas, todas, contratadas sem concurso. Hoje sei que havia um grande desconforto porque eles tinham um outro candidato pra chamar de seu e eu estraguei o combinado.

Quando não aguentei mais, muito nervoso, o Kodato fez referência a esse episódio, eu tomei a palavra e disse que se o Departamento, por maioria, não me quisesse, eu me demitiria imediatamente, ia embora. Que não queria ficar, se fosse contra a vontade do Departamento. Que eu sempre defendi a autonomia departamental. Então me levantei, pedi que decidissem e saí da sala para deixá-los à vontade. Foi o que fiz. Mais tarde, soube que tinham decidido pela minha permanência. Esse foi o meu *debut*.

Fui designado a lecionar Dinâmica de Grupo (ironia, né?), Psicologia da Personalidade (disciplinas para as quais eu não tinha nenhuma formação) e a supervisionar estágio na área de Psicologia Social e Comunitária. Quando tudo parecia superado, como nos filmes de terror, surge a notícia de que havia uma denúncia contra Regina, por descumprimento de normas éticas da profissão. Foi o estopim e uma espécie de *lawfare*, para usar uma expressão atual, uma tentativa de dar uma roupagem ou um pretexto legal para o que pretendiam fazer.

Não lembro com precisão a cronologia, mas logo vieram as intimações para depoimentos, o inquérito, depois chamado de “simples

sindicância”, o afastamento do Luiz Leite da chefia, a extinção da área de estágio em Psicologia Social e Comunitária, a intervenção, a disponibilidade para a reitoria e as demissões que, arditamente, vieram sem “justa causa”.

Surgiram as primeiras notinhas nos jornais da cidade. Começamos a nos organizar. Procuramos advogados e nenhum se dispunha a nos assistir. Procuramos alguns políticos com mandato, sem nenhuma resposta. O prefeito Zaire, o deputado federal pelo PMDB, Ronan Tito, fomos ao secretário de Educação do Estado. Nada! Alguns deputados estaduais do PT mandaram um telegrama. O PDT, o PT, o PMDB e o PTB locais veicularam um protesto.

Buscamos a imprensa. Uberlândia tinha vários jornais. Alguns mostravam simpatia e até certa indignação, pelo que me lembro, mas logo foram tomando posição e viramos “forasteiros baderneiros”. Houve exceções, seria preciso resgatá-las. Um jornal, que diziam ser ligado ao PMDB, partido ao qual eu era filiado, abriu suas páginas e mostrou solidariedade, nos deu esperanças de uma cobertura decente. Acho que era o Primeira Hora. Mas com o acirramento, ele foi mudando de posição até se fechar completamente pra nós.

O tal inquérito mandraque, aberto para apurar supostas violações do código de ética dos psicólogos, seguiu. Sem advogado, comparecemos, um a um, perante uma junta inquiridora (adoraria citar seus nomes, mas não lembro). Aí, foi puro macartismo. Traçou-se de um procedimento ilegal, mesmo para as leis vigentes na ditadura. Em nossos interrogatórios, éramos chamados a responder se éramos marxistas, leninistas, se usávamos literatura marxista, se pertencíamos a partidos marxistas, se conspirávamos contra colegas que não pactuavam com nossas ideologias, se doutrinávamos alunos com teorias materialistas dialéticas, se desejávamos subverter a ordem, se fazíamos oposição ao governo. Vou transcrever uns trechos, sem nenhuma alteração, da conclusão do inquérito, cuja íntegra só fomos conhecer em 1994 ou 1995, mais de dez anos depois. Acho que é autoexplicativa.

CONCLUSÃO, conforme itens abaixo:

1Q

E a conduta da Professora REGINA SILEIKIS PIMENTEL, no que tange ao documento de fls. 10/13 (abaixo-assinado), relativamente aos fatos ali narrados, e que consideramos inteiramente provados, foi INCONVENIENTE AOS INTERESSES DO ENSINO NA UFU.

20 - Ficou comprovado que o Departamento de Psicologia da UFU está passando por grave crise disciplinar, didática, com quebra de princípios hierárquicos, uma “bagunça”, verdadeiro “serpentário”, com ambiente de trabalho péssimo, “emocional”, “com grande clima de animosidade, tumulto, tensão, desordem”, um “vulcão”, onde alunos, com pressões, “mandam e desmandam”, tudo sob as vistas do CHEFE, Professor LUIZ LEITE, que com sua “frouxidão”, “passividade”, “convivência”, é o responsável por tal DETERIORAÇÃO, o que o torna incapacitado para continuar na CHEFIA, salvo melhor juízo.

Tudo que está concluído neste item, encontra-se substancialmente comprovado às fls. 107 - 111 - 122 - 125-130 - 135 - 136 141 - 177 - 183 - 209 - 211 –2163Q - Está comprovado que o grupo constituído dos professores (fls. 390 a 399 dos autos -Relatório) JOSÉ BAUS, REGINA SILEIKIS PIMENTEL, JOSÉ SÍLVIO CORDEIRO PIMENTEL, ÉRIKA WROBEL, MARIA DE FÁTIMA JOSÉ SILVA, SUELI TEREZINHA e MAURÍCIO REQUIÃO, com a complacência do CHEFE LUIZ LEITE, sob a liderança do primeiro, tentam imprimir uma ideologia política de conotação MARXISTA-LENINISTA ao Curso de Psicologia UFU, fazendo apologia do MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO.

Para tanto, pressionavam colegas e alunos que não lhes comungassem a ideologia, faziam direcionamento ideológico em Cernisoes. Reuniões, Exposições, Trabalhos; davam apoio e assessoria a alunos em redações de documentos esquerdistas ou manifestações grevistas, aliciavam discentes para determinado partido político (PT), acirravam contradições, combatendo o SISTEMA,



este como Ordem Política Vigente, numa VERDADEIRA RE-PRESSÃO DE ESQUERDA, tudo em detrimento dos interesses e objetivos do ensino da UFU, e, como é óbvio, com iminente perigo de “contágio”, “contaminação”, “reação em cadeia”, ou por “simpatia”, para toda a INSTITUIÇÃO.

O referido grupo de Professores se constitui numa verdadeira CÉLULA DE SUBVERSÃO, a qual, gerando sucessivas crises no Departamento, leva à desordem e anarquia.

Tal conduta, evidentemente, se constitui numa clara e profunda quebra da confiança mútua que deve nortear as relações EMPREGADO-EMPREGADOR, já que o Contrato Individual de Trabalho é celebrado “intuitu-personae”.

A UFU e seu Reitor são, parece-nos evidente, o “ALTER- EGO” do MEC, do GOVERNO, ou do SISTEMA, como querem os indiciados.

E, como tal, contratam os indiciados para que, “ao ingressarem na ORGANIZAÇÃO devessem considerar a Filosofia e os padrões gerais desta (Art. 69 do Código de Ética Profissional dos Psicólogos)”, e, jamais, usem o local e a força do trabalho na divulgação de doutrinas espúrias, e na subversão dos princípios da ordem e da disciplina, a ponto de, nem mesmo serem (SIC) em ocultarem mais seus propósitos.” (fls. 643).” (Destaques no original).

Seria interessante, também, transcrever alguns depoimentos dos “colegas”, mas isso fica pra próxima (os documentos que temos ficarão à disposição dos interessados). O importante é ressaltar que, ao longo do processo, não pudemos ter acesso a nada. Logo, como poderíamos nos defender? Quando o Sindicato dos Professores de Minas Gerais decidiu nos ajudar designou um advogado para nos defender, ele impetrou um mandado de segurança para que a Universidade nos desse vista aos documentos. O juiz federal reconheceu nosso direito e concedeu liminar determinando ao reitor a imediata abertura do processo. O reitor, simplesmente, não cumpriu! Voltamos à Justiça

Federal que oficiou o reitor, dizendo que ele estava descumprindo ordem judicial e que poderia responder por isso. Então ele autorizou um de nós, o Sílvio, a manusear o processo, sem dele poder copiar qualquer peça. Um absurdo! Reclamamos à Justiça novamente, a Universidade informou, cinicamente, que tinha dado cumprimento à ordem judicial, e nada mais foi feito. Ou seja, descumpriram a ordem judicial, sem qualquer consequência.

Mais tarde, conseguimos um advogado. Em Uberaba. Dr. Guido Bilharinho. Uma figura marcante, um homem politizado, consciente, competente, preparado. Fez muito por nós e lhe devemos imensa gratidão (não cobrou nada). Ele ajuizou diversas medidas, sem sucesso. A Justiça do Trabalho, por exemplo, ignorou o estatuto e o regimento da Universidade e nos tratou como celetistas, demitidos sem justa causa pelo dono do “negócio”.

Vivíamos o governo ditatorial de João Figueiredo. Em Minas, Francelino Pereira, é isso, né? Muito se falava em abertura e, para muita gente, o que estava acontecendo na UFU era algo inacreditável. Era como se uma parte da UFU e de Uberlândia se constituíssem numa trincheira do que havia de mais retrógrado e reacionário de um regime que se desmontava. E a UFU, seus dirigentes, o reitor Athaulfo (do que mesmo?), o pró-reitor Antonino, o Geraldo de Carvalho, eles todos eram homens do regime, ligados e obedientes à comunidade repressiva da ditadura, não tenho dúvida. E eles tinham, ainda, muita força política.

Diante de todo aquele poderio, nós firmamos a convicção de que nossa única saída era dar publicidade ao que acontecia e buscar o apoio dos setores democráticos da sociedade brasileira, que avançavam sobre a ditadura. Buscamos a Associação dos professores da UFU. Me lembro que não nutríamos expectativa de ali encontrarmos ajuda. Foi justamente o contrário. O professor Plínio Veloso, presidente da Associação, colocou-se inteiramente ao nosso lado, abriu a entidade e disponibilizou sua estrutura. Como não lembrar e agradecer ao professor Plínio?

Juntamos uns trocados e pelo correio e pelo telefone espalhamos as barbaridades que vinham ocorrendo. As notícias correram e o retorno veio rápido e contundente. Duvido que pudessem imaginar a repercussão de seus atos e a repulsa que causariam. Choveram manifestações. O professor e psicólogo Halley Bessa, pioneiro da psicologia no Brasil, veio a Uberlândia, como presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, nos trazer sua solidariedade, bem como desfazer, com sua autoridade, a farsa da acusação de descumprimento de princípio ético. A Fátima, nossa arquivista, contabilizou mais de 4 mil correspondências de políticos, partidos, sindicatos, jornalistas, educadores, associações, entidades estudantis, religiosos... Sempre nos lembramos de algumas em especial, mas nenhuma teve o impacto e a importância, pela autoridade moral do autor, da carta aberta de dom Benedito Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba. Obrigado!

Em meio a este desgastante esforço que fazíamos, nossas baterias eram recarregadas pela energia dos nossos alunos e demais estudantes. Começaram com um manifesto, depois com reuniões, assembleias, atos públicos, chegando até à greve. Havia uma intensidade muito grande em cada gesto deles. As entidades estudantis vieram, o Diretório Acadêmico da Psicologia, outros Diretórios de outros cursos, o Diretório Central dos Estudantes. Veio do movimento estudantil a maior e mais veemente contestação à violência institucional.

Tinham um sentido político, mas também expressavam um afeto, coisa muito particular, que é muito preciosa, e meio indescritível, na relação professor/aluno. A Fátima enfatizou isso, Sueli também, o significado da relação que vocês estabeleceram conosco e o quanto isso importou para que a gente continuasse segurando o rojão, e seguramos esse rojão, estamos aqui.

Cada um de nós recebia o seu quinhão. Eu jamais vou esquecer o “5º período”. Eu lecionei Teorias da Personalidade para o quinto período. Eu não tinha preparo, como já disse, e foram poucas semanas/meses com eles, mas eles me seguraram, me ampararam, me

fortaleceram e, ainda, cometeram a loucura de me conceder a palavra em sua solenidade de formatura.

Depois demitido, trabalhando lá em São Paulo, tentando dar aula em umas faculdades particulares, um dia eu recebo essa cartinha aqui, coisa mais linda. A maior honraria de minha vida profissional. Achei nos meus guardados, diz o seguinte: “*Querido Maurício, ao nos reunirmos para a escolha do nosso patrono, tivemos o grato prazer de obter consenso em torno do senhor*”. Um último abraço de conforto e também um gesto simbólico e corajoso de afirmação, de um sentido de humanidade inexistente no coração dos nossos detratores. “*Turma Professor Mauricio Requião de Mello e Silva*”! Renovo meus agradecimentos à Aida, Alba, Dolíria, Eclície, Elaine, Elisa, Eloísa, Gisele, Heloisa, Hosana, Maria Aparecida, Maria Cristina, Maria de Fátima, Maria Inez, Maria Leila, Maria Paulina, Nilceli, Sandra, Sandra Maria, Sandra Regina, Simone, Soraya, Tereza e Valéria.

Independentemente de tudo isto, veio o rolo compressor. O interventor Geraldo de Carvalho, um inquisidor barato, serviçal, tosco, pedante, raso, convocou uma reunião departamental para decidir sobre a “discórdia”. Cínico, nos dizia nada ter a ver com o inquerito. Já sabíamos que ele mentia, hoje temos as provas documentais e os fatos. Estava preparada mais uma farsa. Nem vou me alongar para não sentir náuseas. O Torquemada do triângulo conduziu, com indisfarçável prazer, a pantomima. Ele parecia gostar de exhibir-se aos seus superiores como truculento, prestativo e serviçal. E os nossos “colegas” lá, entre risinhos e cochichos acumpliciados, cientes, antecipadamente, do resultado: dezesseis votaram pela nossa permanência, vinte e oito pela nossa expulsão. A bem da verdade, além dos votos dos discentes e dos nossos próprios, mais alguém, não previsto, votou conosco. Um dissidente? Um arrependido? Nunca saberemos. Assim, fomos afastados e, posteriormente, demitidos.

Eles ganharam, nós perdemos! Ao dizer isso, não há como não lembrar do grande pensador do Brasil, Darcy Ribeiro. Certa vez, fazendo uma retrospectiva de sua vida, mencionou que tinha sido derrotado em tudo que fez: na luta da educação, dos índios, da Universidade. Mas Darcy ressaltou: “eu, porém, não queria estar no lugar dos que ganharam”. Me sinto exatamente dessa forma, guardadas as proporções, claro. Nós fomos postos pra fora, mas eu não queria estar no lugar dos que nos enxotaram.

Na minha vida, creio, acumulei, também, muitas, incontáveis, derrotas. Fátima nos definiu como militantes. Fátima e Sueli, além de militantes, construíram bonitas carreiras acadêmicas. Eu, não. Segui, como já disse em outro lugar, empunhando minhas bandeiras, como faço, agora. Às vezes ainda dói, mas não devemos ceder ao vitimismo, ao dó de si. Muitos sofreram e sofrem muito mais do que nós sofremos, nem cabe comparar.

Na UFU, não fomos os primeiros. Lembro o caso de Creuse Pereira dos Santos. Nos tornamos amigos quando ele veio juntar-se a nós e trazer seu apoio. Foi assim que nos conhecemos e que conhecemos sua história. Creuse era professor da Odonto. Um profissional focado na Odontologia Social, na prevenção, no trabalho comunitário. Foi perseguido e demitido aqui da Universidade.

Ele era um exemplo de firmeza e perseverança. Nunca se curvou nem desistiu. Vejam, depois de demitido, ele era bem mais velho que nós, provavelmente já na faixa dos 60, foi estudar Direito. Tornou-se advogado para poder se defender e obter uma reparação. Morreu injustiçado. Como se vê, não fomos os primeiros e, certamente, não fomos os últimos. Aliás, me lembro, agora, do Floriano. Outro que, depois de nós, sofreu nas mãos desta gente.

Mas vejam só, eu pedi ao Netto que acrescentasse a palavra resistência ao título da minha fala. Eu acho bacana que vocês compreendam como as coisas aconteceram e também registrem que, a despeito de toda esta história, estamos aqui, reencontrando amigos, bem-dispostos, alegres, divertidos, relativamente lúcidos, produtivos,

sonhando com a cerveja que vamos tomar mais tarde. Isto, Netto, é o que eu estou chamando de resistência.

Seguimos nossas vidas. Pouco nos vimos. Pouco soubemos uns dos outros. Pouco ou nada em comum. O “grupo” revelou-se o que era: um encontro circunstancial de alguns professores que, em comum, acreditavam em uma psicologia que não fosse aliada, ou fizesse vista grossa, ou fosse indiferente às circunstâncias da vida. Parafraseando Neruda, uma psicologia que sujasse seu rosto na fuligem das fábricas, visitasse as moradas dos humildes, sentisse a dor dos discriminados e, acima de tudo, se indignasse ante a desigualdade e a exploração econômica, moral, política e ideológica da grande maioria dos que trabalham e produzem. De certa forma, este era o sonho por detrás da pioneira criação da área de Psicologia Social e Comunitária, que a UFU jogou no lixo.

Voltando, agora, ao início desta fala, quando eu dizia que o que me interessava pensar era esta conjunção entre as fragilidades, as limitações, os complexos, as fantasias, as ideologias, os medos, as ambições, as vaidades e os sentimentos de cada um e a realidade política daquele momento, dividida entre abertura e fechamento, se me permitem a simplificação. Certamente, os setores que representavam estes dois polos viviam tensões, que se reproduziam na sociedade uberlandense e na Universidade, em intensidades que dificilmente podemos aquilatar.

Os protagonistas dessas maldades seguem indiferentes. Eu não os conheci bem, de alguns não cheguei a memorizar os nomes. Não deu tempo, foram poucos dias. Mas eu me lembro de cruzar com eles pelos corredores. Me cumprimentavam, alguns sorriam, alguns puxavam uma prosa me perguntando de minhas origens, de minha cidade, de meu Estado.

Talvez sintam que cumpriram com seu dever, talvez se defendam de suas culpas alegando a obediência devida, talvez andem por aí com camisas da seleção, batendo panelas ou, talvez, amarguem algum arrependimento. Quem sabe? Enfim, que cada um carregue sua biografia. O que não cabe é o esquecimento.

Acompanho Adorno, quando descreve a construção familiar e social do que ele chamou de personalidade autoritária. Mas ela, por si só, não causa grandes danos fora de seu círculo particular. É preciso um encontro, uma espécie de dobra no espaço-tempo, brincando com a linguagem da ficção, um portal mágico, quando a história junta e liberta o monstro fascista e todo tipo de atrocidade se torna normal. Algo parecido com o que está acontecendo, agora, no Brasil. Os zumbis estão se sentindo à vontade para voltar.

Eu assisti esta semana, não sei se alguns de vocês viram, a uma palestra muito bacana do professor Jessé de Souza. Uma palestra muito bacana, onde ele se emociona muito. Ele fala da ascensão do nazismo. Do alto de sua autoridade intelectual, ele diz mais ou menos assim: *“Gente, quando nós vemos as atrocidades do nazismo, nós vemos o que o Adolf Hitler foi capaz de fazer, é muito interessante você olhar o processo anterior ao poder, porque ele (Hitler) disse, antecipadamente. Todas as atrocidades que faria”*.

“Portanto”, continuou Jessé referindo-se, agora, ao nosso tempo, *“quando dizem: ‘ah, morreram só 30 mil, se tivessem matado 60 mil era muito melhor, o país estaria em uma situação muito melhor”, “tem que torturar, tem que matar, vivemos em uma guerra civil, se matar inocentes, paciência. Uma guerra mata inocentes”. “As pessoas que dizem isso, tenham certeza, sob esta ótica, são capazes de fazer o que dizem.”*

Sabe-se lá que “Efeito Lúcifer” é esse, pra usar uma terminologia da Psicologia Social americana, que “Efeito Lúcifer” é esse que está seduzindo, se apossando de uma parcela importanteda nossa sociedade? Parece que estamos, novamente, juntando o que há de pior no pensamento político, econômico, social, com o que há de pior nas pessoas. Já vimos este filme, estamos na antessala da ditadura, do autoritarismo, do fascismo.

Falo disso com perplexidade e tristeza. Testemunhamos, no Brasil, uma nova onda autoritária, um outro momento obscuro. Não vivemos mais apenas as ameaças de um novo regime autoritário, mas já vivemos suas consequências. Os informes trazidos pela Sueli, por

exemplo, nos dão conta de que a repressão nas universidades é, agora, pior do que na ditadura. Naquele tempo, parte da direita, por suas próprias razões, admitia e até estimulava as atividades políticas nas universidades. Hoje, até parte da esquerda assume um discurso de criminalização da política na academia.

Gente, obrigado a vocês! Eu tinha três filmes, três carretéis de filme sobre uma manifestação que aconteceu na Praça Tubal Vilela, mas eu só achei um, é bem curtinho, são só três minutos, e eu mandei digitalizar correndo e trouxe aqui. Essas manifestações se repetiam todo dia.

[Mostra o filme]

[Mostra fotos]

Falei, com gratidão, do dr. Creuse, do professor Plínio, do professor Halley, do Dr. Guido Bilharinho, dos estudantes, do 5º período. Registro, também, minha gratidão ao Dr. Aloisio Dobes, de Santa Catarina, que patrocinou a peça que nos conduziu à anistia (não nos cobrou). Lembro com muito carinho da Heloisa e Rodolfo, ambos brilhantes, dignos, solidários, amigos. Carlos Magno e Reginaldo, que vieram de Belo Horizonte, designados pelo Sindicato dos Professores, dois valentes, combativos sindicalistas, que dividiram conosco tarefas e aflições. Professor Ivan, dos poucos colegas (não era da Psicologia) que veio a público, ciente e destemido das consequências, em nossa defesa. Professor Nestor, sempre com uma palavra ponderada. Professor João Bosco, da Administração, companheiro e amigo. Olinda e Ieda Terezinha (Wood), braços fortes na resistência.

Não, não vou falar de cada um dos outros sete. Apenas do Luiz, querido Luiz Leite, que privilégio tê-lo conhecido e à sua família. Também da Fátima, a pessoa mais generosa que conheci na vida e que segurou, mais que todos, a nossa resistência. Sem você não estaríamos aqui. Muitos alunos mais, mas me permitam citar quatro que, me



parece, bem representaram o “coração de estudante” de todos e todas: Cibele, Cacá, Cláudia e Solange. Obrigado!

Acabou, é isso!

Desculpem, uma última palavra. Somente hoje soube que, dentre as denúncias, havia a de que eram promovidas festas, com fofocações e drogas. Quero reafirmar, mais uma vez, como prova de que o tal “grupo dos oito” foi uma ficção, que jamais fui sequer convidado para tais orgias! Fátima também, nunca, jamais! (risos).



# **Caminhos e descaminhos da democracia e da promoção humana:**

sonhos e pesadelos

*Maria de Fátima José-Silva*

Início meu depoimento esclarecendo que não se trata de um artigo científico, se trata de uma retratação de fatos.

Como sabemos, contra fatos não há argumentos.

Abaixo segue de forma mais elaborada a minha fala, meu depoimento realizado na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, em 04 de outubro de 2018 no evento “VIOLÊNCIA, Ditadura e Memória: expressões políticas e institucionais, ocorrido no Anfiteatro 8C do Campus Umuarama”.

Ao retornar a Uberlândia, percebi que em meu SER emergiram sentimentos opostos. A alegria e coragem de voltar e rever pessoas queridas *versus* o sofrimento de reviver o drama, da injustiça cometida pelos dirigentes e colegas da referida Universidade.

Registro, com muita assertividade, que temos nomes e sobrenomes, não chamamos oito professores, forasteiros demitidos arbitrariamente, diria até mesmo covardemente esses rótulos nos foram dados.

Somos nós:

1. Profa. Érika Wróbel – hoje aposentada.
2. Prof. Luiz Leite Monteiro (nosso brilhante chefe do Departamento – que acabou sendo professor e vice-reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). (In memoriam);
3. Profa. Maria de Fátima José-Silva – Universidade Federal de São Paulo– Escola Paulista de Medicina (UNIFESP- EPM);
4. Prof. Maurício Requião de Mello e Silva – Universidade Federal do Paraná (UFPr);
5. Prof. José Baus – Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC);
6. Profa. Sueli Terezinha Ferrero Martin – Universidade Estadual Paulista – Botucatu (UNESP);
7. Profa. Regina Sileikis – Fundação Santo André - SP;
8. Prof. José Silvio Pimentel – Aposentado.

Espero que a história dos 08 professores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como fomos literalmente rotulados, sirva para que os futuros profissionais da área de Psicologia exerçam sua profissão de forma digna e comprometida. E que possam ter um Futuro virtuoso, fazendo ciência para todos e não para uma minoria.

## **A História – nosso compromisso**

Eu tive a oportunidade de participar da seleção da Universidade Federal em 1979. Foi de fato um sonho, sonho por ter apenas parte do mestrado, mas com vigor e rigor para assumir tal compromisso.

Era uma menina ainda, porque ao entrar para ministrar aulas na UFU, eu tinha praticamente a idade de alguns de vocês aqui presentes, alunos da referida graduação em Psicologia.

Carregava comigo uma bagagem teórica bastante grande, para enfrentar um estudo que iria me demandar muito trabalho. E, quando cheguei, percebi que era muito estudiosa, de fato meu perfil era acadêmico, cientista, posto que o meu curso sempre rigidamente foi pautado na metodologia científica e primava pela ciência.

Eu e profa. Sueli Terezinha Ferreiro Martin praticamente chegamos juntas, moramos na mesma casa, eu tinha 22 anos de idade, e os alunos me confundiam com outros alunos. Mesmo assim, nós, professores jovens e conscientes da necessidade do conhecimento científico, estudávamos de manhã, tarde, noite e de madrugada, para não nos desvencilharmos dos meandros da Psicologia enquanto ciência.

Só que eu tive a surpresa, quando o chefe do departamento (por sinal me emociona muito ao falar do Luiz Leite - MILK, infelizmente nos deixou). Luiz Leite foi uma das pessoas mais queridas na minha vida e trajetória acadêmica.

Ele chegou, com fala mansa, e falou: “profa. Fátima, você vai ter que dar aulas em três cursos, além da Psicologia: terá que ministrar aulas na Engenharia na disciplina Psicologia Social do Trabalho; na Pedagogia e no Departamento de Psicologia: Psicologia Social da Educação, Psicologia Social I, II, Psicologia do Desenvolvimento I, II”. Obviamente que se fossem vocês, hoje, ficariam assustados e falaria assim: “bom, que bagagem técnico-teórica e científica eu tenho para tudo isso?”.

Aí eu questionei, a área vai ser Psicologia ou vai ser o psicologismo? E foi o primeiro questionamento que trouxe à tona no Departamento de Psicologia, uma posição diferenciada, porque nós tínhamos que estudar de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, para dar conta das diferentes disciplinas. E não tínhamos tanto tempo, porque fazíamos mestrado na época. Saíamos da UFU às vinte e uma horas para chegarmos a São Paulo às seis e meia da manhã, e sete e meia nós entrávamos em aula, assistíamos à aula da pós-graduação até as seis horas da tarde, voltávamos com um ônibus, que eu digo que era nosso leito, e já entrava em sala de aula às sete e meia da manhã para ministrar aulas.

Quando eu questionei a “Psicologia ou psicologismo”, foi por conta desse excesso de disciplinas. Não havia uma regra respeitando a formação real do psicólogo. Eu vinha de uma universidade na qual as coisas eram muito bem delimitadas e determinadas. Confesso que

eu sempre fui muito rígida comigo mesma, com os alunos nem tanto, mas eu era bastante exigente, e esse questionamento já começou na época a incomodar, mas até então foi aceito, porque nós estávamos dando aula de forma correta, com programas delimitados e ainda orientávamos os alunos quanto aos trabalhos práticos.

Quanto às outras pessoas que fizeram parte do nosso grupo, no caso a profa. Érika Wróbel, que hoje não está aqui presente, mesmo assim, vou declarar em público, talvez ela não aceitasse mesmo, porque a Érika foi uma pessoa que carregou consigo um trauma maior do que todos nós. A profa. Érika teve certo embotamento emocional, nunca conseguiu elaborar as tramas maquiavélicas e, portanto, nunca aceitou a forma do nosso sofrimento perante um inquérito, sem regras e sem provas, mais à frente vocês vão verificar.

Nessa medida, a primeira questão foi esclarecer aos alunos a necessidade de discutirem no Departamento de Psicologia<sup>1</sup> que nós não iríamos, jamais, dicotomizar a teoria da prática.

O que seria isso? Nós trataríamos a Psicologia Social, a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicologia Aplicada ao Trabalho e todas as Psicologias que eles queriam que nós assumíssemos sem dicotomizar essa teoria da prática, ou seja, os nossos alunos iriam conhecer *in loco* a realidade social. Iriam aprender Metodologia Científica, e iriam também verificar *in loco* todas as necessidades daquela clientela na qual se inseriam para aprender e apreender os comportamentos ali apresentados, ou seja, vários trabalhos foram realizados com o intuito realmente de mostrar ao aluno que ele era diferenciado, porém ele era igual ao outro. E que esse “outro” tinha os mesmos direitos e deveres. Portanto, jamais excluí-los e sim incluí-los, emancipá-los para que pudessem ter melhores condições na sociedade.

O aluno tinha que visitar Lagoinha, visitar Uberabinha, (bairros periféricos de Uberlândia), tinham que visitar as clínicas, tinham que ir para o Educandário Eunice Weaver (Araguari), que existe até hoje,

.....  
<sup>1</sup> O atual Instituto de Psicologia da UFU na época dos fatos era um Departamento da Universidade.

para verificar como os jovens, como a primeira infância, segunda infância, eram tratadas, como os hansenianos (Uberaba) eram tratados e rotulados e concomitantemente analisar o fator discriminação social, tudo no âmbito de uma base técnico-teórica e prática.

Uma das coisas que sempre questionei, por vezes saio do contexto, foi a contradição que era muito clara, oportunidades para uns e exclusão para outros.

Um dia, professores do departamento me perguntaram: por que você vai levar grupos de alunos para conhecer ciganos que vivem na cidade? Na época havia muitos ciganos. Simples assim, porque a vida deles tem valores, crenças, rituais que são totalmente diferentes daqueles que nós vivemos. Por que você vai, de repente, levar alunos para Lagoinha, para Uberabinha, para fazer análise psicossocial? Porque o comportamento deles também é diferenciado, as necessidades e os valores deles também deviam ser conhecidos pelos alunos, porque o aluno de Psicologia é formado para analisar e estudar comportamento, é quem estuda as relações sociais, é quem consegue, por meio de toda uma estrutura social, verificar as diferenças éticas e étnicas e, ainda vou mais longe, o papel do psicólogo não se restringe em quatro paredes de forma alienante. Até mesmo dentro do consultório o psicólogo deve evidenciar todas as diferenças psico-socioeconômicas.

Nessa época, nós já éramos favoráveis à inclusão social, tanto falada hoje, e isso nos anos 1979, 1981, 1982 e 1983. Registro que até hoje parece que essa inclusão social fica a bel prazer dos professores, dos educadores, dos familiares, da sociedade e até mesmo dos alunos, que hoje parecem que vivem em um mundo à parte da realidade social.

Não era o nosso caso, nós trazíamos os alunos para vivenciarem a realidade social *in loco*. Vocês verão a realidade e o significado de um SER analfabeto, e por que ele precisa ser alfabetizado, por que ele precisa reivindicar melhorias para a vida dele, por que ele tem problemas emocionais, que problemas são esses? Pois é, como nós vamos trabalhar na clínica com esses pacientes, com esses clientes ou com essas pessoas, com esse contingente grande de pessoas? Esses seres

humanos querem ter condições de conhecer uma clínica psicológica e querem poder ter acesso aos bens gerais. Só que não têm voz, por não terem o mínimo de conhecimento sobre os seus direitos, E, por que não podem frequentar a clínica, encontrar novas oportunidades? Encontrar novas alternativas? O que é Análise de Comportamento? O que é Personalidade? O que é Teste Psicológico? O que é Psicanálise? O que é Psicologia Social e Comunitária? Entre outras Psicologias do conhecimento científico.

Mas, de repente, isto era levado com uma conotação diferenciada, nos rotulando o tempo todo. Bom, poderiam me perguntar agora, militante? Não negaria nunca. Sempre fui militante, mas nunca levei para uma sala de aula a minha militância política partidária. Isso foi uma das coisas que eu deixei muito clara no inquérito, pois não foi simplesmente um depoimento, quero registrar que foi um inquérito mesmo, e um inquérito que nos trouxe sequelas emocionais que jamais o tempo irá apagar.

Ratifico que a minha disciplina, ou as minhas disciplinas, tinham programas, e esses programas eram entregues à coordenação do curso. Só que de repente a minha questão foi a seguinte: será que algum dia eles leram esses programas? Será que algum dia Ataulfo Marques da Costa e Gladstone Rodrigues da Cunha Filho (Reitores na época 1979, 1980, 1981), o ex-procurador da UFU, Geraldo de Carvalho, leram algum programa?

Será que algum dia eles leram os teóricos clássicos da Psicologia, os teóricos clássicos da Sociologia, da Economia, da Antropologia, da Medicina, da Filosofia, do Direito, da Engenharia, das áreas humanas e exatas?

Será que algum dia eles perguntaram o que era interdisciplinaridade? Parecia-me que não. Então, a profa. Fátima era vista mais ou menos como aquela que questionava a capacidade, tanto dos alunos quanto dos professores, mas não era bem isso, o que eu queria realmente era que os alunos pudessem ter esse conhecimento, o qual era retirado deles e da comunidade enquanto todo. Meu desejo era contribuir com a formação dos mesmos. Alunos comprometidos com

todos os estratos sociais e que tivessem em seu bojo de conhecimento a interdisciplinaridade como prioridade e não apenas uma formação dicotomizada da realidade social vigente.

Reforço um pouco mais essa questão. É imprescindível, no meu ponto de vista como profissional, e, afirmo com todas as letras, até hoje eu tenho essa atitude com meus alunos, orientandos, colegas, grupos de estudo: devolver para comunidade o que dela nós tiramos. Ou seja, se faço uma pesquisa, seja ela social, seja ela no nível da clínica, seja ela organizacional, seja hospitalar, como queiram dividir, porque aqui se divide muito, eu como profissional comprometida com a realidade social, tenho como obrigação devolver para essa comunidade o que dela eu tirei. Seja de forma qualitativa ou quantitativa. Eu não tenho o direito de ir a essa comunidade fazer uma sondagem e, de repente, deixá-la estagnada. Não, tenho que devolver o que dela eu tirei e, se possível, apresentar uma contribuição, isso é o mínimo que um profissional comprometido pode e deve fazer. Essa contribuição era apresentada no sentido de evoluí-los, no sentido da realidade social onde eles estavam inseridos, e isso nós fizemos muito. Nós alfabetizamos muitas pessoas em Uberlândia, nós clinicamente tratamos também de muitas pessoas, que eram rotuladas como “loucos”, como esquizofrênicos, paranoicos, portadores de doenças contagiosas como a hanseníase, demonstramos que vivemos em um país laico, posto que Uberaba, Uberlândia e Araguari havia um contingente muito grande de Kardecistas e Católicos, poucos evangélicos, entre tantos outros rótulos, demonstramos que hanseníase não era uma doença contagiosa, bastava cuidar de forma adequada e respeitá-los.

Acredito que hoje muitas pessoas aqui presentes conhecem a realidade dos manicômios e trabalham sobre essa questão, deixando de lado a rotulação e trabalhando a doença de fato. Todos sabem que a questão dos manicômios é muito séria e patológica, patologia tanto do lado dos pacientes quanto do lado dos profissionais que não sabem ou não querem ter o trabalho de se utilizar das metodologias adequadas e trabalhar em equipes multi e interdisciplinares para que os pacientes



possam ter uma vida decente, sendo acompanhados por profissionais competentes e comprometidos com o mundo das diferenças.

Trabalhamos também com a questão da juventude, jovens esses que não tinham lazer, não tinham incentivos à escola, não tinham contato com eventos culturais, jovens depressivos e até mesmo jovens suicidas, tema que hoje está em discussão e em evidência, o silêncio intrigante do jovem e os males psicológicos que os mesmos vivenciam. Esse era o nosso trabalho. Essa era a nossa conduta profissional e ainda continua e continuará sendo.

Um trabalho participativo, com metodologia analítica e de ação, não era um trabalho limitado e nem alienado. Nosso trabalho foi sempre pautado nas abordagens teórico-práticas psico-socioeconômicas. Não se dicotomiza a psicologia das outras áreas e não a exclui dos valores que compõem uma sociedade.

A proposta sempre foi incluir esses indivíduos. Infelizmente, os dirigentes desta referida instituição - UFU - viviam estagnados em uma ideologia de poder pelo poder, e alienados da realidade social. Quando nós falávamos em inclusão, nós éramos sempre questionados como pessoas que estavam aquém da disciplina Psicologia. Não, nós não estávamos aquém, nós estávamos sim contribuindo para que essa sociedade, essas pessoas pudessem ter uma evolução psico-socioeconômica legítima.

## **A História – discriminação**

Com relação à questão do compromisso social, eu trago na memória, e aqui registro que nós fomos chamados de “forasteiros”, bem como o prof. Sérgio Kodato colocou, em muitas reuniões de Departamento, e não só. Lembro-me bem uma passagem minha pela Reitoria, onde eu entrei e uma das secretárias, no canto da sala, falou: “a forasteira está chegando”. Então, esse rótulo foi muito marcante na nossa vida e na nossa história, porque nós não somos forasteiros, nós somos seres humanos, cada um vive em um Estado, cada um vive em um lugar, o mundo é o mundo, e ele gira de forma interdisciplinar em todos

os locais, só não enxerga quem não quer ver e quem se aliena para obter vantagens de poder.

Bom, nos denominavam ainda, depois de forasteiros, como se nós tivéssemos uma formação mais avançada. De fato, nós tínhamos uma formação mais avançada, nós tivemos, nesse ponto eu tenho que concordar, professores como Otavio Ianni (*in memoriam*), como Florestan Fernandes (*in memoriam*), como Fernando Henrique Cardoso, queiram ou não, não concordando com algumas coisas, mas Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Chico de Oliveira, Iray Carone, Maria do Carmo Guedes, Silvia Lane (*in memoriam*), Sueli Rolnik, Guattari, Ciampa, Joel Martins (*in memoriam*), Lucília Augusta Reboredo (*in memoriam*), entre tantos outros intelectuais. Então, nós tínhamos uma formação que ia além do que nós víamos só na teoria psicológica, e além disso, a minha orientadora de mestrado, a profa. Dra. Silvia Lane, na época, e posteriormente prof. Dr. Salvador Sandoval, tinham um cérebro com neurônios privilegiados e que traziam à tona a interdisciplinaridade, eles não conseguiam pensar no objeto único, sem movimento com a realidade mundial e social, pensavam de uma forma dialética mesmo, e nós assumíamos também essa postura, porque essa é a nossa crença, esse é o nosso trabalho, certo? O mundo gira! O mundo e as pessoas ficam estagnadas e isso ocorre em todas as áreas, caso contrário a ciência não evolui e a pesquisa perde o seu real sentido.

E, nesse contexto, discutíamos a importância das “políticas públicas”, que também vêm à tona hoje nos anos 2000- 2019/20. Nesses últimos anos que o governo discursa sobre políticas públicas, as universidades falam muito em políticas públicas, no entanto, a implantação das políticas públicas nunca de fato foi concretizada, e quando alguma pequena política é concretizada, a mesma é questionada, por ir contra o *status quo*. E nós já trabalhávamos como agentes dessas políticas públicas com os nossos alunos, inclusive alguns deles estão aqui neste seminário. Essas políticas públicas deveriam ser operacionalizadas e levadas para a sociedade enquanto todo, não

apenas na sala de aula, cidade de Uberlândia e adjacências, porque nós não ficamos apenas em Uberlândia, nós também pegávamos o polo de Uberaba e Araguari, para que realmente essa inclusão e essas políticas pudessem ser exercidas e não discriminadas, pois em São Paulo nós, os “FORASTEIROS”, já fazíamos esse trabalho em todas as disciplinas e conversávamos com as mesmas, decantávamos as teorias e aplicávamos na prática. A psicologia não nasceu do nada, liam a história do surgimento da Psicologia.

No entanto, todo o programa das referidas disciplinas era realizado no sentido de emancipação humana, da promoção humana, da promoção do trabalho social, da promoção da saúde, da promoção da saúde do trabalhador, e, de repente, isso não era muito bem visto, nem pelo grupo de professores e muito menos pela Instituição.

### **Sobre conchavos, delações e conceitos**

É importante operacionalizar, como diriam os “skinnerianos”, materialistas dialéticos, o que é discriminação, o que é comprometimento social, o que é trabalho social, liberdade de expressão, direitos tolhidos e delações inverídicas. Vivenciamos muitas delações inverídicas, as denúncias silenciosas às quais nós não tínhamos acesso. Quando tivemos acesso a essas denúncias foi muito tardiamente, comportamentos “conchavistas” dos quais percebíamos que os conchavos existiam, no entanto, nós éramos deixados de lado, porque nós éramos aquele grupo, que vinha de São Paulo e que vinha de Londrina, então existia realmente preconceito: “com eles não se pode falar, porque eles são perniciosos”, vamos dizer assim.

Comportamentos conchavistas advindos dos professores do Departamento de Psicologia da UFU e de alguns alunos. Não mencionarei o nome dos alunos, por acreditar parcialmente que os mesmos foram coagidos. Posso estar errada. Mas, consta dos autos que hoje é público. Hoje a Reitoria não pode negar vista do mesmo.

Conchavos eram constantes entre os membros da instituição: ato de combinar ou ajustar algo com alguém, conluio ou aliança

para realizar algo ilícito ou ruim, mancomunação e trama. Foi o que realmente o Departamento de Psicologia em 1980/1981/1982/1983 exerceu durante a nossa estada, por sermos talvez novos, por sermos inexperientes no sentido do que eles achavam que era experiência, e deixo claro que muitas vezes devem ter dito para vocês que nós não tínhamos uma formação para ministrar aulas. Nós já estávamos no mestrado, nós já tínhamos uma bagagem teórica, nós já tínhamos estágios comprobatórios e o Prof. Luiz Leite, nosso querido chefe de Departamento já era Doutor, Profa. Érika Wróbel já era doutora, então não era só **Dr. Fernando Leite** doutor, e, diga-se de passagem, bem mais velho que eu na carreira e na idade, no entanto, não tinham o direito de atirar pedras. Postura imatura e indigna. Tudo tem seu preço.

Nós, psicólogos, aprendemos que discriminar é pôr em prática o preconceito, discriminar significa separar, isolar, diferenciar, talvez seja o que qualquer dicionário define sobre isso, uma pessoa ou um grupo de pessoas, por seu gênero, origem, orientação sexual, orientação política, ou qualquer outra forma de julgamento que as prejudique. Nós passamos por tudo isso, inclusive da fala do Prof. Kodato, eu e a Profa. Sueli Terezinha Ferrero Martin, demos até risada mesmo, porque nos depoimentos nos falaram em orgias, encontros. Fato que nunca ocorreu. “Ficamos chateadas”, porque nós nunca fomos convidadas (risos). Realmente, nós nunca fomos convidadas, e isso nunca ocorreu. Então, foi mais uma das criações maquiavélicas para que pudessem nos rotular de subversivos, em termos generalizados, não só subversivos em termos de materialismo dialético, ou então de rótulos de marxista leninista, ou então de participante de movimentos sociais, ou então de participação em partidos políticos, nos rotularam até mesmo em termos sexuais, eles entraram na orgia, e isso é extremamente grave, hoje seriam apontados como autores de mentiras graves e iriam para mais um processo de calúnia e difamação.

Professores do próprio Departamento de Psicologia da UFU discriminaram, delataram e mostraram um desrespeito muito grande em termos acadêmicos. Tínhamos em nosso bojo de conhecimento

toda uma metodologia científica, que foi passada para esses alunos e, que hoje eles aplicam com sapiência.

Fico muito feliz quando eu vejo os meus alunos na clínica, nas universidades dando aula, na indústria, nos hospitais trabalhando, levando com eles a definição e o conceito do que é participação social, o que são relações humanas, o que é promoção humana, o que é promoção social e emocional, o que é promoção da saúde.

Delator consiste no indivíduo que revela às autoridades públicas informações referentes às atividades desonestas e ilegais por parte de outra pessoa ou grupo. Não foi o ocorrido com os oito professores, nós não cometemos nenhuma ilegalidade, nós não cometemos nenhuma atividade desonesta, ao contrário, eu peço para que um dia eles publiquem os nossos programas das disciplinas que ministramos aqui nesta UNIVERSIDADE, denominada - Universidade Federal de Uberlândia-UFU, só assim todos terão, com certeza, nas mãos, qual era a nossa base técnica e teórica. E também ficaria muito realizada ao ver a assinatura da Profa. Maria Ignês Moura (uma das deladoras) em todos os nossos programas de curso.

Todo mundo diz assim: você vai falar sobre os delatores? “Sim, é público”. Eu vi que o Prof. Kodato se eximiu em pronunciar o nome dos delatores, falou apenas as siglas, no entanto, eu não. Entendo a ética do Prof. Kodato. Falarei com muita convicção e mais, sinto pena dessas mentes pequenas e insignificantes. Em algum momento pensaram no mal que estavam fazendo a nós? Hoje devem ter filhos, netos, companheiras e companheiros e quiçá tenham vivido bem com esse mal que nos causaram.

Será que contam a verdade sobre o INQUÉRITO? **Registro sim os delatores** e o faço com muita certeza:

**Profa. Maria Lúcia Castilho**, que esteve presente no dia do evento, no período da manhã, se retratando. Confesso que achei uma postura extremamente profissional e pude repensar a realidade que ela viveu naquele momento em que estava chegando nesta Universidade. A Profa. Maria Lúcia não tinha nenhuma experiência profissional, mas ela, de certa forma, foi “encostada na parede”, tipo assim, “ou você assina ou você vai ser a nona demitida”. Pura coação.

Assim como outros professores também tiveram. Mas os delatores foram eles: **Sueli Almeida de Godói; Eleonora Toffoli; Tânia Mendonça; Luzia Marivalda; Jurema Leão; Milton Vicente; Fernando Antônio Leite**, que se dizia o único doutor, quando ele não era; **Sônia Toledo; Antônio dos Santos Andrade o Prof. Toninho**, que Prof. Kodato também mencionou, que hoje ele se auto... diria, repensa, reflete e percebe que as coisas não são bem assim. A **Mirlene Maria; Maria das Graças; Olga Inácio de Moura; Sueli Aparecida Freire; Eulália Maimoni; Maria Dorotéia de Paiva; Milton Fernandes, Lúcia Helena Borges de Carvalho; Antônio Wilson Pagotti**, que é esposo da **Sueli Pagotti, o Antônio Wilson Pagotti**, foi uma das pessoas mais articuladoras de todo esse processo entre outros. Deixo algumas perguntas a eles:

- Quais benefícios obtiveram e como lidaram com suas consciências?
- Quais os motivos levados a tal delação, o que ganharam em suas vidas nos tolhendo do nosso trabalho e nos prejudicando?
- Onde estava a ética profissional desses docentes?
- Por que o CRP ficou do lado dos demitidos?
- Porque tivemos apoio de 4245 instituições e profissionais das áreas diretas e indiretas e da própria população Uberlandense?
- Será que em algum momento nenhuma teoria psicológica passou pela mente desses pseudos cidadãos, formadores ainda em desenvolvimento acadêmico e, com formação em Psicologia, pensaram na saúde mental desses profissionais ameaçados de forma injusta e arbitrária?

## **O tempo já trouxe as respostas**

Acredito no tempo... Brincamos, mas o tempo é o melhor amigo, por vezes ele nos traz um peso enorme e nos traz muitas “patologias” que não são agradáveis, elas são bem desagradáveis.

Eu temo, portanto, e persigo a patologia do pseudo-poder, que é tão grande que exclui, devasta e que é fascista. A discriminação

funciona como uma variável interveniente, vocês alunos da referida área, professores da área sabem o que é variável interveniente, e aí entra meu lado behaviorista, meu lado reichniano, junguiano, freudiano, e o Prof. Maurício pode falar muito bem sobre essa questão, que coloca em risco a vida de várias pessoas.

As teorias da personalidade operacionalizam muito bem que desvios seriam esses.

A outra pessoa tem direito de passar, mas essa passagem é dificultada ou mesmo impedida, porque se cria uma barreira tão grande que, por exemplo, pela fala de alguns que estavam no evento, exemplo, Profa. Lúcia, “você tem que perdoá-los”, eu diria com muita convicção: “Não e NUNCA”.

Posso até entender, compreender o que ocorreu na época, perdoar não, porque a nossa vida foi uma vida truncada, foi uma vida de emoções doídas, hoje não estou aqui trazendo nenhuma tristeza, sabem por quê?

Porque eu trabalho muito bem, mas trago comigo uma doença crônica - sou portadora de esclerose múltipla, e não foi à toa que eu fiquei com esclerose múltipla, porque eu sofri pressões, estresses desnecessários, violências verbais, vigilâncias em minha casa e, inclusive um revólver sobre a mesa num dos questionamentos inquisitórios ilícito dentro da Reitoria desta Universidade -- UFU, como o chamado Procurador **Geraldo de Carvalho**, gostaria muito que o mesmo estivesse vivo, muitas verdades iria ouvir, mesmo com sua característica ríspida e desonesta, hoje eu o enfrentaria com argumentos lógicos, formais e jurídicos. Pessoa de caráter autoritário, fascista e ameaçador, pessoa sem escrúpulos humanos.

Conceitos importantes que acredito que vocês, alunos, professores, colegas, população uberlandense, participantes em geral, deveriam ter sempre em mente.

Conscientização: o que é o processo de conscientização? Quando se falava em conscientização no nosso inquérito, nós éramos chamados de subversivos, “vocês estão querendo conscientizar o que, por que,

pra que, por que vocês querem dar essa consciência social aos alunos e aos cidadãos?”.

Respondo, como muita tranquilidade, simplesmente porque existem estratos sociais diferentes, existem problemas diferentes e existem encaminhamentos de trabalho psicológico social, clínico, industrial, educacional, hospitalares diferentes.

A generalização de “forasteiros” foi um rótulo que nos marcou muito. Esse termo “forasteiro” ficou muito tempo nas nossas cabeças, acho que fica até hoje, as delações inverídicas também.

O trabalho científico sempre foi primordial em toda nossa carreira, e ele o é até hoje.

Quero deixar registrado, talvez vocês não saibam, nós ficamos muito tempo sem poder ministrar aulas em faculdades, universidades, por quê? Porque o “professor”, entre aspas, carrasco seria o rótulo adequado ao Sr. Geraldo de Carvalho, entregou a algumas Universidades Federais e Estaduais o nome dos oito professores como sendo professores subversivos, comunistas, marxistas, leninistas e outros rótulos mais. Eu mesma passei em dois concursos, não pude assumir, porque quando fui assumir, assumiu a pessoa que estava em segundo lugar. Quando eu perguntei para o coordenador, ele falou assim: “olha, a senhora tem uma restrição, a restrição vem de outra universidade”. Então, de primeiro lugar, eu passei, não sei para que lugar até hoje, mas, tudo bem, não teve problema. Tive outros trabalhos e continuei com meus estudos.

Com relação à Psicologia ou Psicologismo, nós discutíamos muito, eu e a Profa. Sueli Terezinha, e a aluna representante dos alunos Claudia Afonso, fazíamos parte de uma comissão de mudança de currículo, e nós éramos muito questionadas, porque éramos bem combativas, no sentido de alterar o currículo. Tudo porque os professores do referido departamento queriam que o currículo ficasse estagnado, e nós não, nós queríamos um currículo dinâmico, onde pudesse realmente ter esse contato direto com a realidade social.

O que é democracia e o que é democracismo, porque aqui só existia democracismo, democracia nós nunca vivenciamos na UFU.



O termo democracia provém do grego, desde os primórdios, no entanto, ele jamais foi operacionalizado na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, enquanto nós éramos professores.

Francisco Ferraz<sup>2</sup> é um professor da UFRGS, brilhante professor, que fala muito sobre a questão da democracia. Quero deixar claro que hoje nós temos vários tipos de democracia, liberal, social, representativa, direta, popular, socialista, participativa, plebiscitária, deliberativa, radical, entre tantas outras, no entanto, o conceito teórico e técnico, ele não muda. E eu acho que vocês alunos têm que compreender e apreender esse conceito. Infelizmente, afirmo: na UFU, vivenciamos a tirania, a obscuridade, a arbitrariedade, a discriminação e o desrespeito à ciência e ao ser humano. **Essa foi a nossa vida e o truncamento de nossa carreira profissional.**

Voltando à definição do conceito de democracia, construindo uma matriz combinando dois critérios - participação e bem comum - , obtemos seis células: o governo para o bem de todos; o governo de um e interesse de um, a tirania; o governo de poucos, para o bem de todos, que era a aristocracia; o governo de poucos, no interesse de poucos, que era a oligarquia; e o governo de muitos para o bem de todos, que era a politeia, nome que Aristóteles deu à democracia. E o governo de muitos no interesse de muitos era a democracia, que já era descompromissada com as virtudes e tornava-se o regime da liberdade sem controles, um conflito aberto de interesses, da desordem e da instabilidade.

Trabalho social e políticas públicas. Não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública. A gente pode pegar Margaret Mead (1995), que define como o campo dentro do estudo da política, que analisa o governo à luz das grandes questões públicas. Pode-se tomar um conceito que defina como o conjunto de ações do governo irão produzir efeitos específicos. Pode-se tomar Peters (1986), que segue o mesmo veio, política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através da delegação e que

.....  
2 Francisco Ferraz, cientista político e ex-reitor da UFRGS.

influenciam a vida dos cidadãos. Ou pode-se tomar um conceito que sintetize a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Por que eu optei por essas definições? Porque aqui a política pública não existia, existia a ordem que vinha de dentro de uma reitoria, que na verdade era uma ordem sempre camuflada, você não sabia se ela vinha da reitoria, da pró-Reitoria, ou se ela vinha de Geraldo de Carvalho, do Direito, de onde ela vinha? Nós queríamos ter esse entendimento e até hoje essa é uma incógnita.

Inclusão social, por outro lado, é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de toda a sociedade, esse era o nosso objetivo maior. Subversivos? Isso na nossa concepção, não. Existia uma base teórica e a gente era fiel à base teórica.

Alienação e discriminação. Inquérito administrativo advindo de forma ditatorial e repressiva. Ele realmente veio de forma ditatorial e veio de forma repressiva, por vezes eles vão se complementar. Faço questão de falar no nome da professora Maria Ignês de Assis Moura, que era a articuladora maior das intrigas. Onde existiam reuniões de fato, aí não era nem de orgia, nem de sexo, nem de política, nem de partido, eram reuniões que levavam professores e alunos a pensarem realmente que nós éramos os subversivos, e que estávamos aqui para aliciar alunos e aliciar professores. E essas reuniões eram feitas na própria casa dela e, por vezes, na Reitoria.

Bom, lembrando da minha professora Dra. Silvia Lane, que teve uma trajetória de vida profissional no campo da Psicologia Social, que foi uma das mais importantes influências no desenvolvimento de um novo projeto para a Psicologia, que foi o compromisso social. Seu trabalho sempre foi aliado ao de outras pessoas, produzindo novos caminhos para a Psicologia, e realmente a Profa. Silvia Lane foi uma das pessoas que sempre, eu diria bem claro, sem nenhuma técnica, deu a cara à tapa, porque ela enfrentou toda a área de Psicologia mostrando a necessidade de comprometimento social e político. A produção teórica permitiu a construção de novas perspectivas no campo da Psicologia Social, sendo responsável pelo desenvolvimen-

to da perspectiva sócio-histórica na Psicologia Social no Brasil, e na Psicologia Social Comunitária também. E hoje ela tenta ser abafada, inclusive aqui na UFU, em São Paulo não tanto, eu não sei como está no Paraná, mas em Botucatu também acho que não, não existe tanto tolhimento, mas aqui na Universidade Federal de Uberlândia ainda existe esse tolhimento.

Na Universidade Federal de São Paulo UNIFESP-EPM não existe esse tolhimento devido à diversidade de pensamento, e isso é um fator que por vezes as pessoas de repente rotulam como você sendo diferente, você não é diferente, você tem outro olhar, é a mesma coisa quando eu digo: se tenho uma doença crônica eu sou diferente de você que não tem uma doença crônica, no entanto, vou tratar-me e vou tentar conviver com essa patologia crônica, e isso não faz de mim uma pessoa diferente. Isso ocorre dentro da nossa área. Profissionais da área da saúde por vezes discriminam os diferentes.

E o empenho todo da Profa. Dra. Silvia Lane na América Latina criou intercâmbios e trocas, muitas trocas, fortalecendo o diálogo no campo da Psicologia entre profissionais do nosso continente. Bom, isso data de 1980, a liberdade de expressão, que foi o direito fundamental do homem e todo mundo sabe disso, ao menos entre os estudiosos da área e, espero que vocês tenham tido pelo menos essas noções, que garantem a manifestação de opiniões, ideias e pensamentos sem retaliação ou censura por parte de governos ou órgãos privados ou públicos, ou outros indivíduos. No Brasil a liberdade de expressão é garantida pelo artigo 5º da Constituição, e eu faço questão de colocar isso, porque em nenhum momento a UFU mencionou o artigo (é bom lembrar que o artigo é da constituição de 1988 e o inquérito foi anterior à constituição), e isso foi relevado no nosso inquérito. Obviamente que eu diria, nós estávamos ainda vivendo o final de uma ditadura, eu digo, que oficialmente terminou em 1985, porém, até hoje acredito que ela ainda não terminou, mas vamos considerar teoricamente que tenha terminado, embora na prática não. Esse limite, limite da liberdade de expressão, ele foi para nós o constrangimento

maior em termos de departamento e em termos de universidade. Ou seja, ultrapassou os direitos fundamentais dos indivíduos, no caso dos indivíduos aqui rotulados como “os oito da UFU, como os forasteiros, como os diferentes, como objetos não identificados”.

## **A História – o inquérito**

O dito Prof. Geraldo de Carvalho (*in memoriam*), a geração que está aqui conhece a estória e história desse dito cidadão, aliás, conheceu, porque ele já faleceu, foi o personagem mais ditador que eu conheci até hoje, mesmo nos áureos tempos nossos, de diretório acadêmico, ele era uma pessoa punitiva, uma pessoa agressiva e de uma agressividade que para uma análise psicológica, eu diria assim, seria um estudo psicopatológico. Tendo essa personalidade punitiva, persecutória, patológica, ditatorial, de arrogância tremenda, eu não temo em dizer porque falei isso para ele enquanto ele era vivo, não tenho nenhum sentimento por ele ter morrido, eu acho que fez um bem à humanidade; e o desrespeito com o trabalho humano, ele desrespeitava o trabalho humano com todos. Esse é o Geraldo de Carvalho que foi o interventor punitivo que ficava na frente da nossa sala, que nos enviava comunicados no sentido de inquisição mesmo, e não no sentido de sindicância. Quando disserem para vocês que ocorreu uma sindicância naquela época, não ocorreu uma sindicância, ocorreu um inquérito administrativo policialesco, de uma forma extremamente brutal, e que nos trouxe muitos prejuízos emocionais, familiares e profissionais.

Há um conjunto de documentos que podem ser consultados. São documentos que nós apresentávamos para que pudéssemos ter revisão a todas as atas de reunião, porque eles não nos entregavam. Documentos que de repente poderiam nos dar uma base operacional para entender o que de fato estava ocorrendo no Departamento de Psicologia, eles não nos davam vistas ao processo, nós não tínhamos direitos.

As cartinhas que nós recebíamos do Geraldo de Carvalho eram cobranças descabidas, por exemplo, cobrava o plano de curso de Psicologia de Desenvolvimento III, no primeiro semestre de 1981, que já estava entregue, mas ele me cobrava outra vez, mesmo já constando no Departamento e constando na Reitoria, então era feita uma avaliação sem nos questionar. Eles faziam a avaliação da forma que eles queriam, sem saber exatamente a estrutura do curso, quais eram os teóricos utilizados e quais eram as disciplinas ministradas. Por sinal, Geraldo de Carvalho desconhecia, por exemplo, o que era de fato, de forma operacional, a Psicologia Social. Por que Psicologia Social I e II, para que isso? Para que levar o aluno a desenvolver trabalhos na periferia, ou trabalhos com pacientes de hanseníase, ou trabalhos com presidiários, trabalhos com as diferentes religiões, trabalhos com ciganos, ou trabalhos que pudessem identificar a “loucura”, ou no que era aqui nesta instituição-UFU chamado de hospício, de manicômio? Então, só posso considerá-lo um SER desumano que sempre desconsiderou a verdadeira realidade social.

Esses são documentos que vocês podem verificar com certeza, devem muito a nós, são documentos que acredito na fala do Prof. Kodato quando os cita em sua Tese de Doutorado. Um dos documentos foi formulado pelo Conselho Regional de Psicologia, porque um dos motivos que o inquérito colocou é que nós estávamos infringindo o nosso Código de Ética, fugindo realmente à tônica da Psicologia. Quando nós mandamos todos os programas para o Conselho Regional de Psicologia, e eles nos fizeram moções de apoio, deixo muito claro aqui que nós temos em nossos arquivos quatro mil quinhentos e oitenta e quatro moções de apoio na época, de todos os estados do Brasil, inclusive de muitos Conselhos Regionais, não só de Psicologia.

Dr. Guido Bilharinho foi nosso primeiro advogado, foi ele que questionou o inquérito. Dr. Guido Bilharinho era de Uberaba, eu não tenho mais contato, infelizmente, com ele, não sei se ele ainda vive, mas espero que viva. Foi ele o primeiro a nos defender aqui na Universidade, porque nós não tínhamos mais direito a entrar em sala

de aula, nós fomos deslocados para a administração, e depois quando eles perceberam que o erro era muito grande, eles tentaram nos ganhar dando uma bolsa para continuidade do mestrado, no qual a gente já estava terminando os créditos, eu diria assim, é o uso do dinheiro público de forma inadequada, já estávamos no mestrado, nós já estávamos nos formando. Não havia essa necessidade, ninguém estava pedindo afastamento, e nós íamos e voltávamos para assistir a nossa aula e, para dar a nossa aula.

Os professores da UFU também emitiram uma moção de repúdio, também foi feita numa plenária municipal de educação, e o jornal “Correio de Uberlândia” na época apresentou uma reportagem mostrando realmente o que ocorrera, o afastamento involuntário dos professores.

Foi escrita uma carta à comunidade universitária de Uberlândia, aos psicólogos e a toda a população. O Prof. Luiz Avelino (aluno na época), hoje professor desta instituição, deve lembrar bem disso, nela foi deixado bem claro quem eram os colegas que estavam nos delatando de forma indevida. Enfim, os oito professores demitidos, psicólogos demitidos recorreram à Justiça Federal e ganhamos, lutamos com garra e perseverança.

Em Uberlândia, docentes e alunos fizeram vigília, na Praça Tubal Vilela, há alunos aqui que estiveram presentes, inclusive a Rosa estava grávida, e a vigília era feita 24 horas e fazendo revezamento. Teve dia que chegamos até a passar fome, mas alguém levava um pão de queijo para nos alimentar. Fazíamos vigília para que todo mundo soubesse realmente o que estava ocorrendo, e qual era o motivo da demissão.

Uma coisa que o professor Prof. Kodato lembrou muito bem: essa universidade era uma Fundação, e, foi criada realmente por uma elite da cidade, ela só passou a ser realmente uma Federal, e isso muito entre aspas, após os anos de 1979. Se vocês entrarem hoje na ADUFU, Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia, vocês vão ler parte da história da fundação da universidade e, por incrível que pareça, é o único local onde nós somos citados, porque em nenhum

lugar da Universidade Federal de Uberlândia você encontra alguma história ou estória sobre os oito professores demitidos.

Os órgãos da UFU retiraram tudo, vocês podem jogar no *Google*, podem jogar em outros buscadores, onde vocês quiserem, não existe mais nada sobre os oito professores, eles querem apagar a História, só que a História não se apaga, ela fica, permanece, e um dia ela vai servir pra formação acadêmica de todos vocês.

Prof. Ataulfo, que foi o reitor na época, de repente sumiu do quadro institucional. Não se encontra o Prof. Ataulfo nem na galeria de ex-reitores, porque o objetivo dele era só político partidário. Então não existia um objetivo educativo e de promoção social, não existia para ele o que era promoção humana, o que era desenvolvimento social, isso pra ele realmente não fazia parte do contexto Uberlandense.

### **Guardar a memória para não revivê-la**

Anistiados. Mesmo com todos esses percalços e perseguições foi proferida nossa anistia, após quinze anos de sofrimento.

Direitos tolhidos, delações inverídicas, denúncias silenciosas. Delator é o mesmo que denunciante ou acusador, isso eu estou falando agora bem claro para os alunos, para que vocês possam se unir, se empoderar, porque como bem disse o Prof. Kodato, se os alunos não se empoderarem, os professores irão continuar com a mesma mentalidade reacionária, a Universidade também não mudará as suas diretrizes na formação de profissionais com mentalidades medíocres e reacionárias, e, com toda certeza, vocês ao se formarem e partirem para o exercício da profissão, terão dificuldades para o enfrentamento no mercado de trabalho, devido às diferenças no contexto de vossa formação, e só então essa diferença se fará presente ao competir com o colega que no bojo de sua formação considerou as diferenças psicossociais e econômicas.

Embora o sofrimento psicológico tenha nos atingido de forma brutal, conseguimos sobreviver.

Caminhos e Descaminhos foram percorridos, por conta de perseguições que nos discriminaram durante uma vida toda.

Carregaremos esse fardo, no entanto, nos orgulhamos do nosso trabalho.

### **Jamais dicotomizaremos a teoria da prática**

O que espero de vocês?

Espero de vocês, professores alunos, que saibam utilizar a ciência em prol da humanidade.

Espero que o nosso sofrimento sirva de insight para que vocês, profissionais promotores de saúde, educação e comportamentos sociais, devolvam à comunidade o que dela tiram para os vossos estudos científicos e de ação profissional.

Obrigada.



## **Referências**

Mead, L. M. (1995). Public Policy: Vision, Potential, Limits, *Policy Currents*, 5, 1-4.

Peters, B. G. (1986). *American Public Policy*. Chatham, NJ: Chatham House.



# Contexto da greve na Psicologia da UFU em 1982:

## percepções de alunos e uma lista que nunca houve

*Luiz Carlos Avelino da Silva*

Advertência: este trabalho é uma versão modificada da apresentação feita com o mesmo nome no evento “Violência, Ditadura e Memória: expressões políticas e institucionais”, em 04/10/2018. Organizado por Nilson Berenchein Netto e Maristela de Souza Pereira, na UFU. Modificada, porque a história se conta com muitas vozes e as vozes ouvidas em tal evento foram consideradas. E obviamente ele pretende-se apenas uma contribuição para a compreensão dos eventos ocorridos, sem almejar em momento algum ser a verdade definitiva sobre eles. Recordar tais fatos, a despeito das eventuais falhas da memória e construções substitutivas, foi da ordem do sofrimento. Principalmente porque convivi como docente do IPUFU com grande parte dos professores envolvidos na expulsão dos professores, desenvolvi afeto e me tornei amigo de alguns. Mas esse relato não incide na convivência que tive com alguns deles e o perdão que lhes imputei, até porque não fui afetado pelos eventos além do atraso em seis meses na minha formatura. Os professores afastados sabem o impacto que teve em suas vidas, profissional e pessoal.

Cabe a eles, e não a mim, perdoar e relevar tais acontecimentos. Por mais que eu defenda que o ato humano, uma vez realizado, toma um rumo inesperado de tal forma que seu autor não tem controle nenhum sobre ele, além de pedir perdão, como é possível pensar com Hanna Arendt.

Pretende-se nesse capítulo um tom memorialista, que busca uma narrativa fundada na memória involuntária, de um lado sobre uma série de eventos que ocorreram há quase quarenta anos e de um outro, no evento no qual se relatou a experiência registrada na memória desses acontecimentos.

A apresentação que deu origem a este capítulo foi marcada por um forte teor emocional, já que aconteceu diante da presença das professoras Maria de Fátima José-Silva e Sueli Terezinha Ferrero Martin, duas do conjunto de oito professores afastados do Curso de Psicologia e da Universidade Federal de Uberlândia em 1982, primeiro “para fazerem cursos de Pós graduação” e depois em definitivo, em um processo que, apesar do absurdo kafkaniano, assemelhou-se mais ao macartismo apresentado no filme *Culpado Por Suspeita*, de Irwin Winkler (1991), quando a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 resistia a emitir os gritos da agonia que a assolavam, já que, acuada, disfarçava seu fracasso e a resistência ao regime com urros de autoritarismo que ecoavam no interior do país, pelas mãos dos coronéis locais de plantão, com o que se chamou de “Abertura”.

Também contribuiu para esse estado emocional a presença de meu ex-professor Sérgio Kodato, presente na mesa e a de contemporâneos daquela que talvez tenha sido a maior greve estudantil durante o período da ditadura militar.

Vários de meus colegas contemporâneos do movimento poderiam estar no meu lugar rememorando os acontecimentos e mostrando as marcas da expulsão dos professores e da greve que a sucedeu. Eu tenho que registrar algumas presenças importantes. Cito os nomes, pois a história é feita por pessoas que se posicionam e creio que cabe

oferecê-los para que eventuais histórias de vida possam ser feitas ou novas versões dos fatos que relato: Adriana Andrade, Leia Resende, Rosa Elisa Zago Neves, Meire Guimarães, Gercina Novaes, ex-secretária de Educação de Uberlândia e Marcia Bicalho, com quem tive contato recentemente, Claudia Afonso Castro, psicóloga atualmente comprometida com a saúde pública na cidade de São Paulo e com as lutas sociais que sempre abraçou, a quem devo inúmeras fotos e documentos que apresentarei. A memória me traz os nomes de José Assunção Castilho, Luiz Alberto Lourenço de Matos, Marília Campos, Geraldo Hobert, Elaine Guimarães, Cibele Lacerda, Solange Xavier e tantos outros, cujos nomes não me ocorrem agora, infelizmente nem todos presentes aqui.

Cito para dizer que minha presença na mesa não tem nada de especial em relação ao papel que cada um deles tiveram na greve que fizemos e, se ocupo esse lugar, é pelo fato de atualmente ser professor do Instituto de Psicologia. Mas repito, pelo menos uma centena de pessoas poderia estar aqui relatando a história que conto. Com algumas diferenças com certeza, mas seguros na denúncia da violência ocorrida na UFU em 1982. Eu diria dessas pessoas que citei, que todas elas, indistintamente são pessoas que defendem a justiça social, se posicionam contra a intolerância e fazem do seu exercício profissional um ato de resistência.

Este capítulo é relativo à mesa “Reflexões sobre o ‘caso dos oito’” e é necessário falar sobre o título da apresentação que lhe deu origem: “Contexto de uma greve, as percepções de alunos e professores de uma lista que nunca houve”. Que fique claro desde o início: a lista à qual me refiro no título dessa apresentação é aquela que se supôs que os alunos estavam fazendo classificando professores como “bons”, “recuperáveis” e “irrecuperáveis” com vistas à exclusão dos últimos. Outras listas foram realizadas e constam como peça de acusação no processo que resultou na expulsão de oito professores.

Eu começo com o contexto da UFU enquanto instituição e o movimento estudantil em 1979 porque nesse ano alguns fatos im-

portantes ocorreram. A própria “Abertura” política já citada, mote do então candidato do regime militar à presidência da República, general Figueiredo, que declarou: “Prendo e arrebento quem for contra a Abertura”. Não é preciso muita análise para perceber que era uma abertura na base do cassetete.

Se dizia na época que a abertura que se promovia era a abertura de pernas. Eu contextualizo: havia uma certa distensão da censura, com liberações de músicas que estavam então proibidas, filmes com cenas de sexo explícito, como por exemplo *Império dos Sentidos* (Oshima, 1976), para o que se criou salas de exibição especial, pois exibiam os genitais dos atores e atrizes. E outros filmes famosos, que exibiam as mesmas condições também foram liberados, tais como *O Decamerão* (Pasolini, 1971), *História de Ó* (Jaekin, 1975), *Emmanuelle* (Canevari, 1969), estes dois últimos de apelo erótico; exibição de filmes pornográficos clássicos, tais como *Garganta Profunda* (Daminano, 1972) e *O Diabo na carne de Miss Jones* (Damiano Gerard, 1973) em contraste com as versões de *Laranja Mecânica* (Kubrick Stanley, 1971), exibido em meados dos anos setenta, antes da abertura, no qual as genitálias dos personagens eram tampadas com bolinhas pretas. Havia também nas salas de cinema a exibição de filmes políticos, enfim liberados, como “Z”, de Costa-Gavras (1969) e *Estado de Sítio* (Costa-Gravas, 1973).

A data de estreia mundial desses filmes e a data de estreia no Brasil, por si só, contam o dano causado pelo AI-5 sob a vigência da ditadura militar em 1968. Citar filmes pornográficos, eróticos, ou com mera alusão à sexualidade como importantes no contexto indicam, entre outras coisas, curiosidade talvez (riam). Mas ver esses filmes era uma forma de protestar.

1979 foi também o momento daquela greve dos metalúrgicos do ABC (paulista), do encontro da CNBB, na qual se fez a opção pela teologia da libertação. E, com isso, ia-se caracterizando um clima de politização, que iria resultar, mais tarde, no retorno às manifestações políticas, como aconteceram muitas em todo país e em Uberlândia, que mais tarde confluíram para o movimento “Diretas Já”.

Penso que isso apontava o enfraquecimento do regime militar, que ainda era forte. Era um clima ainda tenso no qual a então aluna Solange Xavier, que foi presidente do Diretório Acadêmico da Psicologia, chegou a ser presa preventivamente em uma visita do Figueiredo em Uberlândia, isso em 1983, junto com alunos de outros cursos envolvidos no movimento estudantil e com a greve da Psicologia, como Antônio Carlos Sacco (Direito), Gilberto Neves (Letras) e Raul Pereira de Oliveira (História). O que demonstra a farsa da abertura.

Em 1979 aconteceu também a primeira greve geral dos estudantes da UFU, já federalizada, contra expulsão do acadêmico Jéter Gomes, da Engenharia Elétrica. A participação dos alunos do curso de Psicologia foi intensa nessa greve, e a pauta de reivindicações apresentada por eles foi das mais inteligentes. Eles reivindicaram um bloco próprio para a Psicologia, o atual bloco 2C no Campus Umuarama; a construção da Clínica de Psicologia, porque, criado em 1976, seus alunos dos últimos períodos estavam chegando na fase dos estágios profissionalizantes; o aumento da representação estudantil, no Conselho do Departamento de Psicologia (CONDEPSI), a criação de Diretórios Acadêmicos (a primeira presidente do Diretório de Psicologia é de 1980, Solange Xavier, citada logo acima) e o uso da primeira semana de aula para planejamento pedagógico e discussão das disciplinas de curso, o que tirava os discentes do lugar passivos de “criaturas sem luz” diante de um professor iluminado.

Tal participação e pauta de reivindicação contam que a politização dos alunos do curso de Psicologia devia-se mais ao contexto do que a qualquer comentário que pudesse ter sido feito por professores “comunistas” e um vivo interesse pelos rumos que tomavam a formação profissional que recebiam.

Em 1980 ocorreu também a primeira eleição livre do DCE e uma chapa presidida pelo próprio Jéter Gomes, que esteve em vias de ser expulso em 79, foi eleita, vencendo uma chapa que contava com o apoio da reitoria e cuja proposta aparentava-se mais com a de centro de convivência estudantil. No curso de Psicologia, cada turma, em

um total de dez, tinha um representante que era notificado ao Departamento de Psicologia, e participava das reuniões do conselho, a princípio com direito a voz e posteriormente com direito a voz e voto, o que mais tarde serviu de argumento de acusação de desrespeito ao regimento da UFU. Cada período tinha também um representante no Colegiado do curso, com direito a voz e um com direito a voto.

Os professores do então Departamento de Psicologia em sua maioria eram jovens, com pouca experiência, e penso que, como todo mundo, ainda tinham medo, ninguém confiava muito na abertura. Em 1980 havia poucos professores titulados, até onde lembro, dois doutores e cinco mestres, mas não tenho certeza desses dados.

Havia na época a “Semana Científica”, com palestrantes de fora, e a inscrição era paga. Também ocorriam cursos de extensão, menos regulares, mas igualmente pagos, e cursos de verão, de acordo com a demanda de alunos e professores dispostos a ministrá-los, igualmente pagos, nos quais se podia recuperar o tempo perdido com alguma reprovação. Eu digo isso pois estamos discutindo em uma universidade pública, gratuita, e acreditando que isso não se repete. A UFU era federalizada, era pública, gratuita... em termos, pois a gente pagava taxa de matrícula, taxa de Diretório Acadêmico, taxa de um monte de coisas. Tudo tinha preço. Eram necessários 54 pontos para aprovação em uma disciplina e existia o requisito mínimo, o RM, recurso com o qual alunos que obtivessem nota inferior à exigida para aprovação, mas igual ou superior à metade dela, poderiam cursar as disciplinas que exigiam aquela da reprovação com pré-requisito.

Com prédio próprio, quase todas as turmas tinham aula no bloco 2C. O primeiro período de 1980, a turma em que entrei na Faculdade foi alojada no Bloco 2A, local onde majoritariamente ocorriam as aulas do curso de Medicina. E os alunos veteranos se mobilizaram, porque eles entenderam que afastar o primeiro período do corpo discente do curso significava isolá-lo das discussões que estavam ocorrendo, particularmente quando se considera a participação intensiva que havia ocorrido na greve geral dos alunos da UFU em 1979.

Conseguiu-se reverter isso e o então o terceiro período foi alocado no bloco da Veterinária, com argumento de que “as meninas iam arrumar namorados mais fácil”. Aliás, é bom que se rememore: o Curso de Veterinária da UFU oferecia na época 25 vagas, semestralmente, das quais doze eram destinadas a filhos de proprietários rurais. Penso que essas informações, aparentemente tolas, vão caracterizando as representações e particularmente a concepção de Universidade que prevalecia na UFU em 1980.

Quero deixar claro o clima do movimento estudantil da época. Tem coisas engraçadas, outras da ordem das fofocas, mas eu penso que a universidade é um lugar onde a gente estuda sim, mas principalmente se vive. Eu gosto de pensar a universidade como morada. No início dos anos 80 vivíamos na universidade de Uberlândia um intenso movimento cultural, de esquerda, e morríamos de inveja de 68. O que líamos? *Crepúsculo do Macho*, de Fernando Gabeira (1980), na época mais desbunde do que direita, *Idade da razão*, de Sartre (1980), Rilke (1995), eu dei o meu exemplar de “*Cartas a um jovem poeta*” para a Sueli Terezinha.

Líamos a coleção *Primeiros Passos*, da Brasiliense, *Os Pensadores* e grandes romances vendidos em bancas de jornais editados pela então Abril Cultural, se não me engano. Buscávamos informações, trocávamos livros, emprestávamos discos, repudiávamos a Rede Globo. Eu conto isso não por saudosismo, mas penso que quando as referências musicais passam a ser músicas como aquela da ‘*nota de cinquenta*’, falta para as pessoas material cultural pra que se ancore a subjetividade. Eu poderia citar uma série de outras. Nada contra a cultura pop levada ao extremo. Eu particularmente adorei o filme o *Guerra Infinita* (Russo & Russo, 2018). Vi no cinema, comprei o DVD... eu lia as histórias em quadrinhos da Marvel quando menino. Mas eu saí do cinema apenas um pouquinho mais excitado mentalmente com tantos efeitos especiais e ação. Nada me fez pensar. Não tenho preconceito, mas eu acho que precisa de um pouquinho mais. Nos anos finais da ditadura pensar era uma tarefa.



A música *Pra não dizer que eu não falei das flores*, de Geraldo Vandré (1968), tinha sido liberada, e a cantora Simone gravou ao vivo no Maracanãzinho, e era isso que se ouvia. A versão do Vandré sumiu das rádios novamente. Por outro lado, tinha o pessoal do *Odara* (Caetano Veloso, 1979), “*deixa eu cantar, pro meu corpo ficar odara...*”. O que é possível pensar sobre isso hoje? Havia tanta tensão e havia uma necessidade de relaxamento. E nós éramos confusos, sentíamos que deveríamos promover uma mudança, mas, por um outro lado, almejávamos algum prazer nessa história. Se eu fosse contar o que rolava... Eu particularmente pendulava entre esses dois movimentos.

Líamos também livros engajados: *História da riqueza do homem* (Huberman, 1986), *As veias abertas da América Latina* (Galeano, 2000), *Alienação e humanismo* (Basbaum, 1977), *O Manifesto comunista* (Marx & Engels, 2015)... Nós líamos o *Manifesto comunista* sim, em grupos de estudos promovidos pelo próprios alunos da UFU organizados em diversas tendências políticas de esquerda. Ouvíamos Milton, Chico, Simone, Fagner, Gonzaguinha, Tarancon. Isso era o que tocava nas emissoras de rádio AM e FM. Era um outro clima.

No contexto político, convivíamos com algumas tendências de esquerda e às vezes ser chamada de pertencer a uma, dependendo do contexto, era considerado ofensivo. Havia a LIBELU, Convergência Socialista, havia militantes que vendiam o jornal *O Trabalho* entre os alunos do curso de Psicologia, o MR8... Havia, necessidade de reconstrução da UNE, o movimento pela anistia plena, eleições diretas. Nós pedíamos eleições diretas já em 1980, o fim da ditadura em pichações, fazíamos um movimento pelo RUJÁ... é importante contar isso. RUJÁ era o Restaurante Universitário Já, que passou a existir na UFU muito tempo depois e, acreditem, lutávamos pela CMTC, uma Companhia Municipal de Transporte Coletivo.

Como já disse, não existia o restaurante universitário nem todo esse comércio de alimentos que existe atualmente no campus Umuarama e no entorno, o que fazia da única cantina existente um ponto de encontro. Ela ficava onde atualmente está instalado o depósito

de amostra de terras do curso de Agronomia. Isso era um estorvo, a comida era ruim, era engraçado... era ponto de namoro ou tentativas. Os alunos do campus Umuarama se encontravam ali. A UFU, se não me engano, na época tinha apenas vinte e três cursos em três campi. No campus Santa Mônica também existia uma única cantina, que igualmente servia de ponto de encontro para os alunos.

A UFU era pequena e as oportunidades de encontro e interações eram maiores, até porque Uberlândia era bem menor. Com aproximadamente 250 mil habitantes e poucas oportunidades de lazer. Restava os locais estudantis, cujo principal era o DAGEMP, o Diretório Acadêmico da Engenharia, que era um ponto de encontro dos discentes da universidade. Ali, além de espaço de diversão, ocorriam as sessões do Cine Clube do DCE, denominado erroneamente “Chales Chaplin”, contra o correto nome do cineasta, Charlie Chaplin, e atividades políticas. Se não me engano, foi o local de fundação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores na cidade, a despeito dos alunos da Engenharia, com seu diretório, apenas cederem o espaço.

O DAGEMP foi também um dos principais locais das atividades políticas da greve dos estudantes de Psicologia, particularmente a Semana Científica organizada pelos alunos, em resposta ao então reitor Ataíde Alves que prometeu uma grande semana científica aos alunos, desde que voltassem as aulas. Essas oportunidades de encontro, dentro da universidade e cidade ainda pequenas permitiam trocas fundamentais para enfrentamento dos dias ainda cinzentos.

Especificamente entre alunos da Psicologia, houve o enfrentamento contra o Projeto Julianelli, que submetia diversas profissões da saúde, incluindo a Psicologia, à tutela dos médicos, com o engajamento na luta nacional contra esse projeto de Lei, atuando com outras categorias profissionais, no caso de Uberlândia, com alunos da Odontologia.

O não reconhecimento do curso era um problema. Havia um cara maluco entre os discentes, todo lugar tem terrorista, que dizia que a UFU iria dar um dar o diploma de Pedagogia para os alunos e ia ficar por isso mesmo. Visto com olhos de hoje, era cômico, mas

na época era trágico. A ideia de virar pedagogo, fazendo Psicologia, era um horror para nós.

O currículo era considerado teórico demais. Havia poucos estágios, uma vez que a maioria dos supervisores foi contratada em 1980 e 1981, e eram em grande parte recém-formados ou, quando muito, especialistas. Uma orientanda de Iniciação Científica minha, Juliane de Oliveira, estudou isso e dividiu o corpo docente do Instituto de Psicologia até os dias de hoje em três gerações: a primeira geração se caracteriza por professores que foram contratados, em sua maioria, sem titulação. A segunda, da qual eu faço parte, teve como exigência de concurso o mestrado e a terceira geração foi construída com a contratação de professores doutores. Obviamente ocorreram exceções e a percepção dos alunos não constatou diferenças nas aulas ministradas por professores mais titulados dos menos titulados.

Dizia-se entre nós que o cargo de chefia do departamento era muito bem remunerado, e há na tese do professor Sérgio Kodato (1996) um trecho em que ele mostra isso e uma relação com o movimento que resultou na exclusão dos oito professores com a eleição na qual o professor Dr. Luiz Leite venceu o candidato Dr. Fernando Leite de Oliveira, sendo o primeiro um dos docentes excluídos.

Esse fato é importante, pois o professor Fernando Leite de Oliveira, pedagogo de formação e Doutor em Psicologia, era responsável pelas disciplinas de Psicologia Geral, nos primeiro e segundo período, nas quais as escolas de psicologia clássicas eram apresentadas de forma clássica, sob o argumento de fixação de conceitos. Tais escolas eram retomadas na disciplina Sistemas e Teorias em Psicologia, ministrada para o quinto período, pelo professor Silvio Pimentel. Ele fazia uma crítica contundente às diversas teorias a partir, suponho, já que não fui aluno dele, do livro *Crítica dos fundamentos da psicologia*, de George Politzer (1998). Eu estou citando esse livro, porque Silvio Pimentel foi acusado de ler e ensinar o “Manifesto Comunista” em sala de aula.

Politzer foi um teórico marxista e ele fez uma crítica que ainda cabe ser lida pelos historiadores da Psicologia, particularmente quando

se considera sua influência sobre os escritos psicológicos de Merleau-Ponty e, eu arrisco dizer isso, na obra do primeiro Jaques Lacan, podemos encontrar uma mãozinha do Politzer. Hoje em dia, quando se pensa nesse autor, se fala que era stalinista, mas ele está por trás de uma série de reflexões sobre Psicologia. Ganhei um exemplar desse livro de um ex-professor do Instituto de Psicologia que se aposentou e anteriormente já havia arrebatado outro exemplar em uma mesa de descarte de livros de uma professora que também estava se aposentando, ambos, livres de qualquer suspeita de envolvimento com o Manifesto Comunista. Daí minha suposição que de o “Manifesto Comunista” ensinado nas aulas do Professor Silvio Pimentel era na verdade a referida obra de Politzer.

O fato incontestado é o que com suas desconstruções, Silvio Pimentel era amado pelos seus alunos. O professor Fernando Leite, até a expulsão dos oito professores, também gozava da simpatia de grande número de alunos, mas não por conta de seu desempenho como docente, já que se mostrava distante, com suas teorizações fundamentadas na fenomenologia, da práxis ansiada pelos discentes e apontadas pelo próprio Silvio Pimentel e os docentes das disciplinas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária, marcadas, posso dizer isso hoje, pelos ensinamentos de Silvia Lane, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sob essa perspectiva, as disciplinas de Psicologia Social 1, 2 e 3 abandonaram a retórica anglo-americana, retomadas imediatamente após a expulsão dos oito professores, pelos docentes Antônio Ribeiro e José Augusto Dela Coleta, com a adoção de autores como Aroldo Rodrigues e Michel Arguile, respectivamente.

A perspectiva de Silvia Lane é uma proposta totalmente diferente da psicologia social anglo-americana, com seus experimentos de interação em grupos e construção de escalas, sem contar o aspecto político implicado em cada abordagem, mais especificamente na de Aroldo Rodrigues, já que as obras de Arguile almejavam uma certa neutralidade, que de resto sabemos impossível.

A referência ao papel político desempenhado por Aroldo Rodrigues fundamentou-se na crítica feita por Pedrinho Guareschi na conferência de abertura do 16º Encontro Nacional da ABRAPSO, realizada em Recife, em 2011. Lembro de Guareschi apontar o papel que o Aroldo Rodrigues teve enquanto delator da militância da Psicologia Social, durante o regime militar, em contraste com a Madre Cristina, da PUC, que protegia os perseguidos políticos.

As discussões se inflamavam por conta de algumas leituras, como por exemplo o romance *A Revolução dos bichos*, de George Orwell (2000), para a disciplina Psicologia Social I. O regime totalitário implantado pelos porcos era compreendido pelas alunas e alunos como uma referência aos militares que tomaram o país de assalto em 1964, e não como a crítica ao regime implantado na União Soviética, por Josef Stalin, como pretendia o autor e o professor que o recomendou, Antônio Wilson Pagotti, que também teve participação importante na expulsão dos oito professores, sendo autor de artigos publicados na imprensa local durante o período da greve dos alunos em 1982 defendendo o afastamento dos professores. É bom que se diga que tal professor até o evento da expulsão dos professores era chamado carinhosamente por alguns discentes de “Paigotti”.

Essa obra, *Revolução dos Bichos*, orienta a análise do caso da expulsão desses professores feita pelo professor Sérgio Kodato (1996), em sua tese de doutorado. Outras obras importantes de diferentes disciplinas auxiliavam o pensamento crítico dos alunos, particularmente as discutidas nas disciplinas Sociologia e Antropologia, ministradas pelo professor Antônio Grilo (afastado posteriormente da UFU), tais como *Maira*, de Darci Ribeiro (1976), *A fabricação da loucura*, de Thomas Szass (1978) e *Escuta Zé Ninguém*, de Reich (1982). Era uma época em que se lia.

Nas salas de aula, particularmente em 1981, alguns professores foram recusados para determinadas disciplinas, com os alunos saindo em bloco quando eles entravam. Uma professora em específico, tomada depois como exemplo paradigmático da “violência dos alunos”, foi recusada por várias turmas como professora da disciplina Psicologia

da Personalidade, uma vez que os alunos reivindicavam que as mesmas fossem ministradas pelo professor José Chaves, com formação em Medicina e Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, respeitado pelos alunos e que acabou ministrando as três disciplinas desse conteúdo.

Havia também o enfrentamento do professor de anatomia, José Verneck, segundo informações veiculadas na época, uma das quatro pessoas do mundo com autoridade para modificar o nome de uma peça anatômica. Ele entendia que os alunos de psicologia não precisavam de uma disciplina inteira de neuroanatomia e se recusava a permitir que a mesma fosse ministrada, alegando falta de peças e professor.

Leituras, espírito crítico, problemas do curso, conflitos institucionais..., creio que isso configurava um clima propício a uma reação dos estudantes, que afetava o curso como todo. Muitos docentes sentiam-se ameaçados e faltava o estopim para desencadear os eventos que culminaram na expulsão dos oito professores. E creio que existiram dois. O primeiro foi uma prática instituída nas reuniões de Conselho Departamental em que cada professor expunha sua prática em sala de aula, o que gerava críticas de alunos e colegas. O segundo, creio, foi desencadeado na Semana Científica de 1981. Um grupo de alunos do quarto período, um dos quais Fernando Naves, apresenta na semana científica trabalho feito nas disciplinas MTP1 e MTP2, ministradas pelo professor Geraldo Inácio Filho, chamado “Percepção dos alunos de Psicologia em relação ao seu curso”, que apontava a insatisfação dos alunos com o curso, os professores e os rumos de sua formação. Isso é importante, pois é desse trabalho que vem a palavra percepção de minha fala e desse capítulo. Tal apresentação foi precedida pela apresentação de um trabalho, de teor reichiano/marxista, como pretendia o seu autor, o acadêmico Fernando Fernandes, ex-morador da minha república. Tal trabalho, acompanhado por mim e meus colegas de república em sua escrita, era mal redigido e não passava de um catado de citações de efeito. O próprio Fernando Fernandes não era um estudante engajado nas lutas políticas. Mesmo assim, tal apresentação e texto foram posteriormente utilizados como

argumento da influência ideológica exercida pelos professores da área de Psicologia Social e Comunitária, como sendo superior ao nível que um graduando conseguiria.

Houve um debate sobre esses dois trabalhos precedidos pelos comentários de um dos professores doutores do curso, que tinha o mesmo primeiro nome dos discentes autores das apresentações: Fernando Naves, e do Fernando Fernandes, o Dr. Fernando Leite de Oliveira fez a crítica. Ele era fenomenólogo e se apoiou no conceito de percepção presente em um dos trabalhos. Fez uma análise do sentido que a palavra percepção tinha no trabalho e criticou o trabalho metodologicamente.

Na sequência, Silvio Pimentel tomou a palavra e entrou no mérito do trabalho. Recomendou que o mesmo tivesse continuidade e ironizou (eu não fui aluno dele, mas eu tenho uma memória, dos contatos que tive com ele particularmente depois do afastamento, de ele ter uma ironia fina). Ele se dirigiu aos discentes “fernandos” e os parabeniza referindo-se a eles como “Doutor Fernando”, e aponta para os alunos. Obviamente isso causou mal-estar.

Cabe recordar que esse professor foi o candidato derrotado na eleição para chefe do Departamento de Psicologia, derrotado pelo Dr. Luiz Leite. Fernando Leite recorrentemente dizia que defendia um projeto de universidade, quando indagado sobre o suposto atrito que havia entre ele e Silvio Pimentel. Para os discentes, os dois diziam coisas díspares sobre a mesma coisa nas disciplinas Psicologia Geral I e II ministrada por um e Sistemas e Teorias em Psicologia, ministrada por outro.

O que aconteceu na sequência é que os alunos do quarto período, liderados pelos discentes Fernando Naves e Elaine Guimarães, com apoio do D.A, começam a passar nas salas dos diferentes períodos para discutir o trabalho e abordavam os alunos sobre o nível dos professores, que os classificavam em “bons”, “recuperáveis” e “irrecuperáveis”, com ênfase em seus desempenhos em sala de aula, e não em seus posicionamentos políticos.

Mais tarde dizia-se nos corredores que os alunos estavam fazendo uma lista negra dos professores. É essa lista a que me referi no título

desta apresentação e capítulo como sendo aquela que nunca existiu. Houve outras, com certeza, nenhuma elaborada pelos alunos, que justificassem a reação com a expulsão dos oito professores.

E do mesmo modo que foi feita a crítica à palavra percepção, quando ela apareceu no trabalho apresentado pelo grupo de Fernando Naves, podia-se criticar o sentido que estava tendo para os alunos as palavras recuperável, irrecuperável etc., já que na discussão na minha sala (a única que presenciei) não houve unanimidade para nenhum nome, nem mesmo para o professor Antônio Grilo, que ministrou Sociologia e Antropologia e era amado. Minha impressão atual, decorridos quase 40 anos, é que a crítica incidia sobre os conteúdos ministrados e perdidos.

Eu fui olhar recentemente a minha avaliação feita pelos alunos para colocar na minha solicitação de progressão e estava lá aquela referente à disciplina Subjetividade e Arte, cujo autor da ementa fui eu. Trata-se de uma disciplina optativa e que eu gosto muito de ministrar. No geral fui bem avaliado, mas tem na ficha de avaliação um critério que pergunta o que o professor pode fazer para melhorar. E um aluno respondeu “só nascendo de novo”, algo que ainda não consigo fazer. Então, estou dizendo isso porque esse “recuperável” e “irrecuperável” não tinha a conotação persecutória que adquiriu, e carregava junto na avaliação o humor e irreverência dos estudantes.

Repito, eu nunca vi essa lista. Ela não ocorreu. Mesmo sendo ativo no movimento estudantil e em algum momento, diretor do Diretório Acadêmico. E eu estava no comando de greve, eu participava ativamente dessas coisas. Essa lista nunca ocorreu, mas ela foi citada em diferentes depoimentos, assim como as leituras do Manifesto Comunista em sala de aula, como mostra a tese do Sérgio Kodato.

Penso que Kodato irá abordar o motivo oficial da expulsão dos professores com mais pertinência do que eu posso fazer, já que ele teve acesso e leu o processo, mas sei que houve três votos contrários além dos próprios professores expulsos. Uma das professoras contrárias foi Heloísa Santana, junto com o professor Sérgio Kodato e um terceiro, que se supõe o do professor Armando Barbosa. O fato desse voto ser



desconhecido na época foi utilizado por diversos professores para se dizerem contrários ao ocorrido.

Isso foi um problema para o curso durante muito tempo, porque... eu diria analiticamente que hoje essa é a principal doença do instituto, ou foi por muito tempo, uma vez que a marca da expulsão e as implicações políticas ainda existem como fantasma, como um não dito. O desconhecimento de quem foi o terceiro voto impede que se aponte o autor, e deixa de resto “uma inocência sem dono”, a qual se advogava para si. Como docente ouvi vários professores dizendo assim “o terceiro voto foi meu”.

Eu gostaria de relatar um fato curioso. O professor Antônio Santos, um dos professores que se posicionou pela expulsão dos oito professores, foi homenageado por uma turma do curso, se não me engano em 1987. Na colação de grau simbólica ele fez um discurso com uma crítica muito contundente ao que via no curso de Psicologia, naquele momento.

Que não se perca de vista o seu papel na expulsão dos professores, mas diante de seu discurso, outra professora homenageada, que era coordenadora do curso na época dos acontecimentos relatados, se levantou no meio de sua fala, se posicionou na frente dele, ficou imóvel, deu-lhe as costas e se retirou do anfiteatro, causando um constrangimento geral. Algo em sua fala o colocava agora no outro lado, ou a mesma coisa que levou à expulsão dos oito professores. Ele acabou deixando o curso de Psicologia na UFU para ser professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto.

É importante que se diga que a reunião em que ocorreu a expulsão dos oito professores se deu nas férias acadêmicas. Muitos estudantes moravam fora de Uberlândia. Havia poucos alunos na cidade, refiro-me ao pessoal mais militante do movimento estudantil que foi acionado por telefone e convocado para retornar à cidade. Complementarmente, alguns professores que estavam afastados para doutorado longe de Uberlândia foram convocados para comparecerem e votarem, e votaram sem saber o que estava acontecendo. Segundo uma das representantes dos alunos

nessa reunião, Cláudia Afonso Castro, a reunião se deu no Bloco 2A, prédio então majoritariamente ocupado pelo curso de Medicina, com seguranças na porta e uma professora com bobs e lenço na cabeça.

A expulsão aconteceu em uma reunião extraordinária, presidida pelo “interventor” Geraldo de Carvalho, professor da Faculdade de Direito e na época diretor do Centro de Ciências Humanas e Artes. Sem discussões, já que cada docente podia falar uma única vez, ao fim do que se votou o único ponto: se eram favoráveis em colocar os oito professores à disposição da reitoria, em votação secreta. Os alunos, que até então tinham direito a um representante por sala, com direito a voz e voto, participaram e votaram de acordo com as normas regimentais, três votos, se não me engano. Somente três professores foram contrários, como apontado anteriormente

Acho importante resgatar a professora Heloísa Santana. Eu não lembro literalmente da frase dela dita na reunião que afastou os professores. Na época nós fizemos cartazes e colocamos em tudo quanto é parede. Ela disse alguma coisa assim, e isso deve estar em alguma ata “*esse curso de Psicologia entra para a história da psicologia da forma mais sórdida possível*”, extremamente corajosa, a fala dela é mais contundente do que eu estou dizendo.

## **A Greve**

Como relatado acima, os acontecimentos que culminaram no afastamento de oito professores se deram durante o período de férias dos estudantes. A maioria foi pega de surpresa no início do semestre letivo, o que gerou um clima de revolta, indignação e angústia com o ocorrido. Os questionamentos relativos à qualidade do curso foram imediatamente associados ao afastamento dos professores e havia uma compreensão geral de que haviam ficado os professores “ruins”.

A conseqüente mobilização, com discussões em salas de aula e nos corredores, contrastava com as novidades implantadas: chamada de presença nominal e oral aos quinze minutos de aula e a supressão de

qualquer discussão pedagógica de como seria o curso nas diferentes disciplinas, como já ocorria há três semestres. Nesse clima, a greve foi deliberada em assembleia no dia 01 de abril de 1982, em um gramado que faz parte atualmente do prédio do Centro e Convivência no Campus Umuarama da UFU e foi manchete de capa do jornal *Primeira Hora* com o título “Estudantes de Psicologia em Greve” no dia seguinte, com foto registrando os braços erguidos dos acadêmicos no ato de aprovação do movimento paredista que durou 46 dias, tendo sido uma das maiores greves estudantis durante a ditadura militar.

A greve ocupou a imprensa inúmeras vezes durante sua duração. Na imprensa local, crônicas metafóricas, discutindo as particularidades e qual bicho da *Revolução dos Bichos* ocupava o lugar de porcos, cães, porcos de raça, macaquinhos etc., o que dava uma certa comicidade e gerava ironia, como um cartaz enorme reproduzindo um chiqueiro cheio de porcos olhando para cima afixado abaixo da sala de reuniões da coordenação do curso. Ainda na linha “dos porcos”, um cartaz com uma porca devassa afixado no mural na entrada do bloco C, com destino inespecífico, suscitava adivinhações: é fulana, é cicrana. O livro *A Revolução dos Bichos* funcionava como metáfora.

Foi noticiada também na grande imprensa, inclusive no jornal *Folha de São Paulo*. O afastamento dos docentes recebeu nota de repúdio da então Associação dos Docentes da UFU, ADUFU e da Associação Nacional dos Docentes, ANDES, em nota denominada “Reitoria promove perseguição a professores em Uberlândia”, e foi discutida pelo professor João Francisco Duarte Junior, de certa forma um precursor das expulsões do curso de Psicologia, que teve um pouco mais de sorte, tendo sido transferido para o curso de Artes, no artigo denominado “Quem ganha com a crise na Psicologia”, publicado em três partes.

Nos artigos assinados e nas reportagens, particularmente no jornal *Primeira Hora*, ocorreu uma disputa de narrativa, em 1982. Principalmente quanto ao real tamanho da greve. É fato que no terceiro período duas alunas não entraram em greve, no sexto período apenas

cinco aderiram ao movimento e o décimo período não parou, por compromissos com a formatura e empregos, isso foi autorizado em assembleia para que pudessem concluir o curso, sem que isso fosse considerado “furar a greve” e seus alunos publicaram uma nota de apoio ao movimento e repúdio à perseguição aos oito professores. A presença dessa turma nas aulas das disciplinas Dinâmica de Grupo 2 e Teorias e Técnicas Psicoterápicas 2 e estágios foi usado na mídia para dizer que a greve não era total.

Entre as atividades de greve teve um concurso de paródias, do qual fui vencedor com uma paródia que hoje considero moralista e até homofóbica, já que concluí com a frase “Pelo cargo até dá o rabo”. Mas na época ninguém se incomodou com isso além do endereçado da paródia, que me ameaçou de processo e expulsão. O concurso aberto aos alunos de outros cursos da Universidade teve uma cena engraçada: um estudante da Veterinária, que não sabia do que se tratava, fez uma paródia de uma música da Rita Lee na qual cantava: “*que tal nós dois numa banheira de pinga*”. Avacalhava e animava a coisa, e foi saudado imediatamente pelo público gritando “*já ganhou, já ganhou...*”.

Houve também uma semana científica, nas dependências da sede social do DAGEMP, Diretório Acadêmico da Engenharia, na qual se discutiu a ditadura, a anistia e ocorreram recitais de poesia na divulgação do resultado do concurso de poesias e se assistiu ao filme *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos (1963), em cópia horrível.

A UFU paralisou um dia inteiro, em qual data infelizmente não lembro. Criou-se a denominada “Fábrica de cartazes” com produção incessante de materiais que eram arrancados assim que afixados nas paredes e imediatamente substituídos por outros. E comissões para tudo. Também ocorreram manifestações públicas, com apoio e participação de alunos de outros cursos, como passeata até o centro da cidade em direção à praça principal da cidade, na qual aconteciam atos públicos denunciando os acontecimentos na Psicologia e na UFU.

O desfecho da greve deu-se com um racha no movimento. A comissão de negociação avaliava que a greve não deveria se prolongar

mais, pois todos os alunos perderiam o semestre e já começavam os sinais de desmobilização. Isso coincidiu com o retorno dos alunos de suas cidades natais, que defendiam que a greve acontecia pela melhoria do curso, e não pela permanência dos oito professores. A comissão de negociação entendia que o retorno dos oito professores atendia à questão da melhoria de qualidade do curso, pois mantinha a área de Psicologia Social e Comunitária além de elementos curriculares. Mas o impasse se estabeleceu.

Além disso, a então coordenadora do curso, Maria Ignês Moura, não aceitava fazer uma reunião do Colegiado com os alunos em greve. Chamou-se uma assembleia na qual o racha do movimento ficou evidente. Foi uma assembleia muito tensa, e eu, de imbecil, que apesar de próximo não fazia parte da comissão de negociação, propus uma solução para o impasse volta/não volta às aulas: voltaríamos em greve branca. Presentes na sala de aula e de costas para os professores.

Essa proposta foi aceita, e uma colega caloura, chamada Sandra, virou pra mim e disse: “você é iluminado”. Fui chamado de covarde também, logo em seguida, pelo meu colega de república, que defendia a continuidade da greve. Menos de uma hora depois, teve outra assembleia porque o chefe de departamento, Antônio Santos, que tinha sentado com os alunos e bancado a proposta, voltou atrás e, diante disso, a greve continuou, e chegou ao tamanho que chegou: 46 dias.

Meus colegas de república me encontraram na república pouco depois, já que diante de tantos xingamentos fui embora para casa ao final da aprovação da “greve branca”, porque “apanhei pra caramba” de quem queria continuar a greve. Eles queriam continuar a greve sob o argumento de melhoria de curso e nisso criavam uma outra pauta. Na república, meus companheiros cantaram para mim: “apesar do Luiz, amanhã há de ser outro dia”. Eu relato isso com uma certa mágoa, porque naquele momento eu entendia que era o certo, mas o contexto não é como a gente pensa.

A greve durou mais alguns dias, já que o ímpeto havia arrefecido com o cansaço. Duas turmas perderam o semestre e atrasaram o curso:

a minha, então iniciando o quinto período, e o quarto período. As aulas foram repostas com cursos de extensão, gratuitos, até que se montasse novo calendário, nos quais os alunos tricotavam literalmente e o saldo deles foram trocas de informação de ponto meia, ponto tricô, ponto arroz, como fazer tranças no tricô, golas e meias.

Como desfecho houve mudança de coordenação, contratação de professores novos, alguns dos quais, que se aproximaram dos alunos, como Floriano Nuno de Barros Pereira Filho e Eduardo Mourão Vasconcelos, que só ficaram um semestre no curso e, posteriormente, a contratação de alguns professores doutores, do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP/RP e alguns da Fundação Getúlio Vargas. Somente três desses contratados permaneceram até suas aposentadorias: Antônio Ribeiro de Almeida, José Augusto Della Coleta e sua esposa, Marília Della Coleta. Os três, a despeito de suas orientações teóricas, sempre contaram com respeito dos alunos.

Por muito tempo as votações foram secretas. Os oito foram homenageados por inúmeras turmas em suas formaturas, alternando-se com Sérgio Kodato e Heloísa Santana. Como docente do Instituto de Psicologia, desde 1994, posso atestar que “a paz” almejada com a expulsão “dos oito” jamais foi alcançada.

O suspiro final do movimento grevista foi patrocinado pela acadêmica Maristela Dias Cunha, que imprimiu com recursos próprios um adesivo com fundo azul e letras brancas com a frase “Pela volta dos oito professores”, que dava um contorno de conjunto aos professores afastados, grupo esse negado pelos três professores participantes do evento: Maria de Fátima José-Silva, Sueli Terezinha Ferrero Martins e Maurício Requião, afixado em inúmeros locais da Universidade Federal de Uberlândia, particularmente nas portas das salas do Bloco 2C, onde funcionava o curso de Psicologia e nos banheiros, defronte aos vasos sanitários.

Antes de encerrar, resgato alguns nomes de pessoas e entidades que tiveram participação importante na greve. Como disse acima, vários poderiam relatar esses fatos em meu lugar. A gente teve apoio do

DCE, presidido pelo Antônio Carlos Sacco, do diretório da Economia, Direito, Engenharia, Letras, Estudos Sociais e outros. As lideranças de Maria Márcia Bicalho, Gercina Novaes, Cláudia Afonso Castro, Antônio Carlos Sacco, Marília Campos, atual deputada estadual pelo PT de Minas Gerais, Luiz Alberto Lourenço de Matos, professor atualmente da UNIR. O Luiz Alberto era presidente do DAPSI e houve um momento que ele, pelo desgaste, renunciou ao cargo, e pelo bem do movimento, voltou atrás e chegou a ser ameaçado de expulsão por conta da minha paródia. Também Silvânia Martins, Elaine Guimarães, Geraldo Hobert, Renato Mismetti, Claudemir Newton dos Santos, Solange Xavier, Moises Lemos, Cibele Lacerda... e muitos outros cujos nomes não lembro. Justifico citar somente alguns, já que foram muitos, mas creio que seria deselegante não citar aqueles cujo nome lembro.

E por fim, considero importante reafirmar: os alunos discutiram sim a competência dos professores e usaram as categorias recuperáveis, irre recuperáveis e bons, mas jamais elaboraram uma lista para expulsar os “irrecuperáveis”, pois as avaliações dos docentes variavam de turma em turma e incidiam tanto sobre os docentes como sobre os conteúdos por eles ministrados. Hoje avalio que, se pelo lado dos alunos lutava-se contra o que se considerava uma extensão da ditadura na instituição, na cidade de Rondon Pacheco, ex-governador de Minas e pai do AI-5, reproduzia-se com os recursos disponíveis todo o clima de perseguição e repressão do totalitarismo ainda existente no Brasil. Naquelas condições, não tinha como não fazermos a greve.

## Referências<sup>1</sup>

- Gabeira, F. (1980). *Crepúsculo do Macho*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Galeano, E. (2000). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kodato, S. (1996). *O professor Profano: a crueldade Institucional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
- Huberman, L. (1986). *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC.
- Basbaum, L. (1977). *Alienação e Humanismo*. São Paulo: Símbolo.
- Marx, K. & Engels, F. (2015). *O Manifesto Comunista*. (Original publicado em 1848) Recuperado de <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>
- Orwell, G. (2000). *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Editora Globo. (Original publicado em 1945)
- Politzer, G. (1998). *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba, SP: UNIMEP.
- Reich, W. (1982). *Escuta Zé Ninguém*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ribeiro, D. (1976). *Maira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rilke, R. M. (1995). *Cartas a um jovem poeta*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Sartre, J. P. (1980). *Idade da razão*. São Paulo, Abril Cultural. (Original publicado em 1945)
- Szass, T. (1978). *A fabricação da loucura*. Um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

.....  
<sup>1</sup> Observação: as obras citadas não são necessariamente as experienciadas nos anos 80



## Filmes

Canevari, Cesare (1969). *Emmanuelle*. Itália. 96 min.

Costa-Gavras, C. (1969). “Z”. França/Argélia. 127 min.

Costa Gravas, C. (1973). *Estado de Sítio*. França, Itália, Alemanha, col. 120 min.

Damiano, Gerard (1972). *Garganta Profunda*. 61 min. EUA, color.

Damiano, Gerard (1973). *O Diabo na Carne de Miss Jones*. 74 minutos. EUA.

Jaeckin, Just (1975). *Histoire d’O*. 105 min., Alemanha/Canadá.

Kubrick, Stanley (1971). *Laranja Mecânica*. 136 min., EUA/Reino Unido/Irlanda do Norte.

Ōshima, Nagisa (1976). *Império dos Sentidos*, Japão, 101 min.

Pasolini, P. Paolo (1971). *O decamerão*. Italia, 112 min.

Russo, A. & Russo, J. (1918). *Guerra Infinita*. DVD, 143 min., EUA. Marvel Ent.

Santos, N. Pereira (1963). *Vidas Secas*. 139 min., Prod.: Herbet Richers, Luis Carlos Barreto. (Da obra de Graciliano Ramos)

Winkler, Irwin (1991). *Culpado por Suspeita*. DVD, EUA, 105 min.

## Músicas

Vandré, G. (1968). *Pra não dizer que eu não falei das flores*. São Paulo. RGE.

Veloso, Caetano. (1979). *Odara*. in *Cinema Transcedental (LP vinil)*. Rio de Janeiro. Philips.

# IV

## Relembrar o passado para pensar o presente e o futuro

Sueli Terezinha Ferrero Martin

*Se o estudo do passado é imprescindível à compreensão do presente e se esta compreensão, por sua vez, não pode ser recusada se quisermos de algum modo intervir na construção do futuro, escreve-se a história não para perfilar cronologicamente a partir de uma concepção naturalista – evolutiva de história, nomes, fatos e datas, tendo em vista celebrar grandes homens ou a grande ciência que a ajudaram a construir, mas para entender o presente e refletir sobre o futuro, no marco do inevitável engajamento da ciência de seu compromisso ético.*

(Patto, 1990)

Ao ser instigada a retomar parte da nossa história na UFU, me indagava se valia a pena remexer nesse processo após tanto tempo, quase 40 anos. Retomar, remexer, lembrar sobre esse processo continua mobilizando sentimentos diversos. Foi uma experiência muito intensa, desgastante e violenta. Impactou nossas vidas de forma devastadora, pois definiu muitas das nossas escolhas posteriores, nos adoeceu cada um a seu modo, mais ou menos intensamente. Além disso, impactou na nossa vida acadêmica: pós-graduação que estava em curso na época, em alguns casos com atrasos significativos na sua finalização ou inacabadas naquele momento e só retomadas anos depois; atividade docente que por vários anos foi impossibilitada ou ficou fragmentada por contratos para substituição, número excessivo de aulas e de diferentes disciplinas, sem que pudéssemos construir um projeto acadêmico.

As lembranças desse período na UFU são contraditórias, como tudo na vida. Por um lado, os sentimentos negativos em relação à intolerância, à violência pessoal e institucional que vivenciamos; por outro, não posso deixar de destacar a incrível experiência profissional e de vida que pudemos ter aqui no contato entre nós, “grupo dos oito”, e com os nossos alunos. Tínhamos tantos alunos incríveis, vivos, reflexivos, querendo fazer diferença. E muitos deles estão fazendo exatamente isso, muita diferença. Ainda me emociono quando penso sobre isso. Muita gratidão aos alunos que aqui na UFU foram os que nos acolheram e nos valorizaram naquele momento tão difícil. Além disso, no caso de alguns de nós, esse acolhimento se deu no início de nossa prática como professores. Então passaram conosco por todo esse trajeto, do aprender a ser professor. Lembro-me que Fátima e eu passávamos noites e noites estudando, preparando aulas, selecionando material para as disciplinas, pensando no que fazer em sala de aula. É claro que por mais que tentássemos, nem sempre acertamos.

Nos primeiros dias em Uberlândia e na UFU já sentia que havia uma distância muito grande entre a experiência que vivia em SP como mes-tranda em Psicologia Social na PUC-SP, como trabalhadora em Psicologia Comunitária na periferia da cidade e militante nos movimentos sociais,

e a que viveria a partir daquele momento. Cheguei numa quinta-feira, 10 de julho de 1980, mesmo dia da fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) durante a 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no Rio de Janeiro. Parafraseando a Hélivia, “todo mundo sabia da sua vida”, aonde ia, o que fazia... Descobri isso apenas dois dias após assumir como professora na universidade.

É importante também lembrar que estávamos no auge da chamada crise da Psicologia, crise essa que não se restringia à psicologia brasileira, mas era um processo internacional de discussão, reflexão crítica e ética sobre o papel da psicologia e do psicólogo, que na América Latina se desenvolveu com certas peculiaridades, como a inserção da educação popular. Assim, textos e discussões sobre o papel do psicólogo e do educador permearam as nossas disciplinas, principalmente Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Ética Profissional.

Falar sobre o tema “Violência, ditadura e memória: expressões políticas e institucionais” é um grande desafio, pois ao mesmo tempo em que focamos no caso particular vivenciado por nós na UFU no início dos anos 1980, não é possível deixar de lado o fato de que muitas situações de violência ocorreram naquele período e ainda ocorrem até hoje. Porque apesar de todas as particularidades que essa história tenha, e tem algumas, esse é um processo em um determinado contexto, não é um fato isolado. Por isso, depois de pensar um pouco sobre isso, concluí que valia a pena retomar essa história e refletir sobre ela após tanto tempo. Mas só vale a pena, no meu modo de ver, se relembrar esse passado nos ajudar a pensar o presente e o futuro. Por isso o título que escolhi. Penso que vale a pena também porque:

1. resgata uma parte da história, o que é muito difícil atualmente. O imediatismo das informações, a superficialidade ou falsidade do que circula, o quanto as postagens das redes sociais seduzem muito rapidamente. Temos visto um movimento que tem como consequência o apagamento da história. A ditadura empresarial-militar no período de 1964 a 1985 foi implacável. O Estado, com apoio de parte da sociedade

civil, foi violento com os trabalhadores e estudantes que tinham pensamento crítico e/ou engajamento em ações que colocassem em questão o que ocorria naquele momento. Foram muitas perseguições, torturas, prisões, demissões ou aposentadorias compulsórias, mortes.

2. É importante para compreender as práticas violentas e desumanas nas instituições como as que ocorreram na UFU para refletir sobre o papel que a Universidade, em particular as universidades públicas, têm assumido no decorrer da história e o que está ocorrendo atualmente e o que poderia se intensificar no futuro próximo, já que o evento foi realizado no dia 04 de outubro de 2018 e estávamos a três dias das eleições presidenciais<sup>1</sup>.

Vladimir Safatle (2018), em um debate promovido pela editora Boitempo alguns dias antes das eleições presidenciais de 2018, afirmou que havia um golpe militar em marcha no Brasil e que o futuro próximo era bastante nebuloso para os que estavam nas universidades, independente dos resultados das eleições, pois o clima de polarização, de ódio a grupos e classe que se instaurou nos últimos tempos seria mais ou menos intenso a depender de quem ganhasse, mas não desapareceria.

## **Universidade ontem e hoje**

Marilena Chauí (2001, pp. 189-190), em *Escritos sobre a Universidade*, já afirmava que a universidade brasileira sofria uma mudança significativa, inserindo-se na mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital. Da condição de instituição, a universidade passa à condição de organização. Segundo a autora, essa mudança ocorreu em três etapas: (a) “universidade funcional” - correspondeu

.....  
<sup>1</sup> No dia 7 de outubro foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais, de membros do Congresso (Deputados federais e senadores) e governadores. Neste momento, foram para o segundo turno das eleições presidenciais os candidatos Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) e Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de toda a mobilização nas ruas e redes sociais na tentativa de barrar a eleição de Jair Bolsonaro, em particular o movimento #EleNão, ele foi eleito no segundo turno realizado em 28 de outubro com 55,3% dos votos válidos. E todos nós sabemos no que isso deu.

ao milagre econômico dos anos 1970, quando assistimos à abertura indiscriminada de cursos superiores voltada para a “formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.”; (b) “universidade de resultados” - processo conservador de abertura política: implica a expansão do ensino superior com a presença crescente das escolas privadas e a introdução da ideia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas (financiamento de pesquisas); (c) “universidade operacional” - neoliberalismo dos anos 1990: por ser uma organização, a universidade está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos.

Paula (2001) indica que, na primeira etapa, a transformação da universidade brasileira relaciona-se com a hegemonia do modelo norte-americano, uma política de modernização e reestruturação implantada com a Reforma de 1968, segundo critérios da burocratização e da racionalização capitalista.

Até 1968 o sistema universitário brasileiro era composto por universidades públicas financiadas pelo Estado e as universidades privadas de caráter confessional, fundamentalmente de inspiração católica (11) e uma presbiteriana, a Mackenzie. Até então a universidade era gratuita ou paga, mas a instituição não tinha e nem poderia ter fins lucrativos. Universidade particular era sinônimo de universidade confessional (Calderón, 2000).

Numa segunda etapa, a etapa da “universidade de resultados”, surge em 1985 o relatório “Uma nova Política para a Educação Superior”, em que a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior apresenta a preocupação em ajustar a educação às demandas do mercado de trabalho e da economia nacional. Recomenda, por exemplo, o estímulo a convênios e projetos com empresas estatais e privadas; o abandono das ideias de indissociabilidade entre ensino e pesquisa; estabelece clara distinção entre as instituições de ensino com a função de formação de recursos humanos especializados e as instituições que produzem conhecimento para a indagação e a reflexão crítica (GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, 1986 citado por Chauí, 2001).

A terceira etapa “universidade operacional” realiza-se a partir dos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso (FHC): universidade a serviço do sistema produtivo; racionalização da instituição universitária; busca de maior produtividade e eficácia (funcionamento como empresa privada); maior entrosamento entre as universidades públicas e o setor produtivo, com captação de recursos adicionais; recomendação de cobrança das anuidades (justiça social). Em síntese: a privatização da universidade pública por dentro dela mesma com a montagem de estruturas privatizantes (fundações de apoio para suprir as deficiências de recursos públicos), criando “um clima favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo o individualismo e o empresariamento de docentes e pesquisadores.” (Paula, 2001, p. 33). A autora indica que esse modelo neoliberal reatualiza vários aspectos surgidos no período da Reforma de 1968, porém, com uma diferença fundamental. Naquela época havia um investimento na educação superior pelo governo, o que não ocorre neste último período. Pelo contrário, o Estado se desresponsabiliza pela manutenção das universidades públicas, há uma significativa perda salarial, diminuição crescente do quadro de docentes e servidores. Por outro lado, ocorre o estímulo para a expansão de vagas no setor privado.

Nessa terceira etapa, com a Reforma do Estado, em curso no país já há algum tempo e intensificada mais recentemente, a educação passou a ser considerada como um serviço não exclusivo do Estado, junto com a saúde, a cultura, as utilidades públicas. Desse modo, o conceito de direitos vai ser substituído pelo de serviços. Ao fazer isso, o Estado deixa de considerar a educação como um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado.

Eu quis trazer essa introdução sobre a organização da universidade brasileira para nos situarmos, entendermos de que momento histórico está se falando e o papel que a universidade, enquanto instituição, ou como diz Chauí, como organização, assume nesse processo.

No início da década de 1980 estávamos em tempos de transição da universidade funcional para a etapa da universidade de resultados, e hoje estamos em tempo bem avançado de universidade operacional.

Enquanto instituição a Universidade tem assumido uma posição prioritariamente conservadora, embora internamente em seus quadros de alunos e trabalhadores (docentes e técnicos administrativos) sempre temos diferentes posições científicas e políticas, em um espectro amplo que vai da extrema direita à extrema esquerda. A instituição, enquanto tal, raramente assume um papel crítico, com poucas exceções. A universidade é a expressão das necessidades econômicas de sua época, assumindo de alguma forma o papel que a reestruturação produtiva lhe impõe.

Quando falamos em papel crítico da instituição universitária estamos falando aqui de questões básicas como a defesa dos direitos humanos, da livre expressão, no campo da cidadania. Nos últimos anos da década de 1970 e início da seguinte, período em que estávamos na UFU, utilizávamos a produção científica que tinha na época e provocávamos a reflexão crítica, como é o nosso papel enquanto professores e pesquisadores.

É importante dizer que alguns de nós fazíamos pós-graduação na PUC-SP (três no mestrado em Psicologia Social e um no doutorado em Psicologia da Educação) e é claro que o que estudávamos na época ressoava no nosso trabalho enquanto docente. Era o final da ditadura e início do processo de transição democrática das relações e da política. A Lei da Anistia tinha sido aprovada em 1979; o movimento “Diretas Já” foi parcialmente vitorioso e ocorreram eleições diretas para os Estados e capitais após tanto tempo, o pluripartidarismo voltava com a reorganização partidária. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi organizado e sua fundação ocorreu em 10 de fevereiro de 1980. Alguns partidos de esquerda integraram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com o fim da ditadura alguns, como o PCB e PCdoB, saíram da clandestinidade. Tínhamos a ascensão dos movimentos sociais, populares e sindicais. Era um momento de muita mobilização e luta. É em parte desse período que estávamos na UFU.



## Relembrar o passado

Em determinados momentos históricos, determinados espaços, regiões e/ou instituições a intolerância às diferenças e a violência podem se intensificar, inclusive o ódio de classe, de gênero e raça como vemos atualmente.

Como dito anteriormente, de 1964 a 1985 tivemos vários casos de repressão, tortura e exílio de trabalhadores e estudantes das universidades. O Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, “definiu as infrações disciplinares – reuniões, distribuição de panfletos, organização de passeatas, paralisação de atividades escolares – que eram praticadas pelas diferentes categorias, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos dos estabelecimentos de ensino público e privado, proibindo, portanto qualquer participação política” (ANDES-SN, 2016, p. 31).

A partir desse período, as universidades, principalmente as públicas, tinham em seu espaço a vigilância direta do Serviço Nacional de Informação (SNI), da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e da Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSI) (ANDES-SN, 2016). Alguns exemplos: USP – segundo Relatório da Comissão da Verdade foram 47 pessoas perseguidas, mortas ou desaparecidas, sendo 39 alunos, seis professores e dois funcionários (USP, 2018). Na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também tivemos muitos casos. Segundo Leher e Silva (2014), há uma estimativa de mais de 300 casos de afastamentos de professores universitários no país durante a ditadura,

muitos deles indicados em reunião de departamentos... ou por decisão de chefes de departamento, como Eremildo Luis Vianna, no IFCS-UFRJ; este número não compreende os que, por terem suas vidas ameaçadas ou não vislumbrem condições mínimas de liberdade, se viram forçados a abandonar a universidade (como os 225 docentes da UnB que saíram após a demissão de 15 colegas). (Leher & Silva, 2014, p. 10)

Outro exemplo de arbitrariedade e violência ocorreu na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nossos colegas Baus, Luiz, Érika, junto com Medeiros, Francisco Garcia, José Carlos Fontes, ajudaram a criar o curso de Psicologia em Londrina (1972). Em julho de 1978 ocorreu demissão arbitrária e injusta pelo reitor José Carlos Pinotti de três docentes vinculados ao grupo: José Antonio Abib, Alvaro Sérgio Ribas e Miriam de Moraes (Sant'Anna, 1996). Após esse acontecimento todo o grupo fundador do curso saiu da UEL e esses professores foram para várias universidades no país: PUC-Camp; USP; UFSE; UFSCar; UFPA, e os três, Baus, Luiz e Érika, vieram para a UFU, ajudar a construir o curso de Psicologia, criar o Laboratório de Psicologia Experimental. O curso da UFU foi criado em novembro de 1975 e começou a funcionar em 1976.

É importante citar o movimento estudantil, que teve papel fundamental nesse período, com debates, mobilizações e ações em todo o país, se colocando contra a ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, foi muito ativa até o golpe de 1964, defendendo e lutando por mudanças e avanços na sociedade brasileira. Por isso a entidade e seus dirigentes sofreram duros ataques e perseguições a partir de 1º de abril de 1964 e após o Decreto n. 477/64. Alguns anos depois a sua reorganização é retomada e algumas tentativas foram reprimidas, e sua refundação se deu apenas em 1979, após dois anos de grandes mobilizações. É sempre bom lembrar o dia 22 de setembro de 1977, quando os estudantes, reunidos na PUC-SP, realizavam o III Encontro Nacional dos Estudantes e tentavam reorganizar a UNE, ocorrendo invasão por policiais militares, investigadores civis e tropas de choque, chefiada pelo então secretário de segurança pública do Estado de SP, Coronel Erasmo Dias (PUC-SP, s/d).

## **Pensar o presente e o futuro**

Falamos um pouco do passado, que por si só já demonstra o caráter histórico e social desses acontecimentos. Mas vamos olhar para o presente um pouco. O que tem acontecido: vários casos de violência institu-

cional pelo posicionamento científico e político, violência de gênero e racismo; o modelo produtivista provocando assédio ao corpo docente e aos estudantes e, por consequência, aos técnicos administrativos. Esse assédio vem desde os órgãos em nível federal (CAPES; CNPq) até na relação mais imediata professor – professor; professor – aluno; chefia – professor; chefias – técnicos administrativos; chefias – estudantes etc.

Pesquisa divulgada pelo ANDES – SN e pela Associação de Docentes da UFPA – 2014 constata que o produtivismo acadêmico aumenta o sofrimento de todos os envolvidos na universidade; é um sistema perverso, em um contexto de precarização do trabalho; não colaborativo. Esse processo gera competição; individualismo; dificuldades de limitar a jornada de trabalho; isolamento (ANDES-SN, 2017; Guimarães, Monte, & Farias, 2013; Nishimura, 2014).

Há muitas pesquisas e denúncias sobre o adoecimento psíquico nas universidades atuais: tema contemporâneo de preocupações, intervenções. Alguns exemplos da violência institucional nas universidades atualmente:

– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 12 de junho de 2017 – demissão de oito docentes do curso de Psicologia, que segundo os alunos garantiam uma formação humana e crítica (professores de Psicologia Comunitária, Saúde do Trabalhador, Psicanálise); alunos e associação de docentes acreditam em perseguição política, pois tinham posições divergentes à condução do curso;

– Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ): 13 de março de 2018 – Sonia Fleury, uma das idealizadoras e defensora do SUS é demitida sumariamente da FGV, após 35 anos de trabalho na instituição;

– Universidade Federal Fluminense (UFF Campos – RJ): invasão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e de pertences dos estudantes em busca de propaganda política. Proibição de uso de botons, adesivos.

– Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade do Norte de Paraná (UNOPAR), Instituto Federal Fluminense: proibição de propaganda política (botons, adesivos nos carros e pertences);

– Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – MG: exoneração de prof. Luciano Martorano (marxista) – acusado de impontualidade, sem provas e sem direito à defesa;

– Universidade Federal do ABC (UFABC) - Gilberto Maringoni, Valter Pomar e Giorgio Romano – sindicância pela universidade por ter realizado lançamento de livro de Lula;

– Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017: o reitor Luiz Carlos Cancellier, comete suicídio após ter sido preso e afastado do cargo por acusações não comprovadas;

– Universidade de Brasília (UnB), 2018: A professora e pesquisadora Débora Diniz, que atua no campo dos direitos da mulher, é ameaçada de morte por grupos de direita e deixa o país.

Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que estamos vivendo um momento de muita violência pessoal e institucional na sociedade como um todo e, em particular, nas universidades. A Universidade sempre foi e é espaço de disputa, luta por poder: diferentes perspectivas teóricas, áreas de atuação, projetos de ciência e de produção científica. Por isso temos que estar atentos e preparados para o período que virá. A universidade, nas palavras da profa. Marilena Chauí (2003):

é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. (p. 5)

Nosso desafio é não cair no fatalismo e achar que não é possível fazer nada. É fundamental retomar e/ou reforçar a ideia de que a produção científica, a ciência deve partir das necessidades sociais.

A violência pessoal e institucional impacta na vida das pessoas, tal como impactou nas nossas, por isso penso que temos que fazer uma reflexão crítica e ética sobre o nosso papel, o cuidado que temos que

ter com nossos alunos, colegas de trabalho, usuários dos diferentes serviços onde atuamos, orientandos de mestrado e doutorado, enfim, com todo e qualquer ser humano. As palavras e atos podem impactar suas vidas, principalmente atos arbitrários que, por si só, são sempre violentos. Para além disso, é fundamental ter clareza de que é preciso sempre resistir e denunciar todas as tentativas de violação dos direitos das pessoas e da expressão das práticas e do pensamento críticos dentro e fora das universidades. Estamos vivendo tempos sombrios que exigem de nós uma posição firme contra tanta exploração e opressão, posição que só tem sentido se for coletiva.

não aceitem o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(Brecht, 1977. *Nada é impossível de mudar*)

## Referências

ANDES-SN. (2016). Ditadura empresarial-militar (1964-1985) – Luta por justiça e resgate da memória. *Cadernos ANDES-SN*, 27. Recuperado de <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1509792507.pdf>

ANDES-SN. Notícias. (2017). *Produtivismo docente pode adoecer, matar e até levar ao suicídio*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9149>

Brecht, B. (1977). *Antologia poética*. Rio: Edil.

Calderón, Adolfo I. (2000). Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. *São Paulo em Perspectiva*, 14(1), 61-72.

Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP.

Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. 24, 5-15.

Guimarães, A. R., Monte, E. D., & Farias, L. M. (2013). O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: a intensificação e a precarização do trabalho. *Universidade e Sociedade*, 52, 34-45.

Leher, R. & Silva, S. (2014). A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Universidade e Sociedade*, 54, 6-17.

Nishimura, S. P. (2014). A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. *Universidade e Sociedade*, 53, 48-59.

Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Paula, M. Fátima C. (2001). A inserção da universidade na lógica racionalizadora do capital: casos USP e UFRJ. In: W. C. Silva (Org.), *Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior* (pp.15-55). Niterói, RJ: Intertexto/Quartet.

PUC-SP (s/d). *Invasão da PUC-SP*. Comissão da Verdade. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Recuperado de <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-invasao.html>

Safatle, V. (2018). *Há um golpe militar em marcha no Brasil*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=BwLg13hSkRk>

Sant'Anna, Heloisa H. N. (1996). *Um curso faz 25 anos: Psicologia... UEL, ... 1971-1996*. (Colaboração: Dione de Rezende & Rodolpho Carbonari Sant'Anna). Recuperado de <http://www.uel.br/ccb/pgac/pages/historico/um-curso-faz-25-anos.php>

USP – Universidade de São Paulo. Comissão da Verdade. (2018). *Mortos e desaparecidos*. São Paulo: Autor. Recuperado de [https://drive.google.com/drive/folders/16czgUGWUa7QUxM8oTovd54GGPJfw\\_jbS](https://drive.google.com/drive/folders/16czgUGWUa7QUxM8oTovd54GGPJfw_jbS)



# O teatro político da crueldade, o assassinato da ética departamental e o expurgo da Psicologia Comunitária da UFU

*Sergio Kodato*

*“Muita gente, que acusou o Grupo dos  
oito, ainda acredita que comunista  
come criancinha, no café da manhã”!*  
(Depoimento de uma professora na  
Comissão de Inquérito instalada pela  
Reitoria para apurar os fatos)

“Comunista come criancinha, no café da manhã”? Estávamos em plena era negra e tenebrosa da ditadura militar, sendo que a chamada “Guerra Fria USA x URSS” imperava pelo mundo, o conflito que contrapunha tendências de direita e de esquerda chegava aos recantos sossegados da tradicional família mineira. Isso acabou por esquentar o clima político no árido cerrado, mais precisamente no “Arraial da Farinha Podre”, como era conhecida, nos tempos remotos, nossa pujante cidade de Uberlândia.



## **Carreira docente na UFU**

Em 1981, ao saber do concurso para ser professor de Psicologia Escolar, na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, saí de São Paulo, vida estressante e paupérrima, onde era auxiliar de ensino na Universidade Paulista - UNIP, cujo dono, Di Gênio era um gênio para ganhar dinheiro, tanto que a UNIP virou essa coisa grande e industrial, mas pagava aos seus professores uma miséria. Dar aulas no ensino superior para mim era um bico, pois exercia o cargo de psicólogo na saudosa Legião Brasileira de Assistência - LBA, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Com o desejo de ser professor, acalentado desde a época de faculdade, e com perspectiva de futuro, fui para Uberlândia fazer minha inscrição e a do meu colega de UNIP, Floriano de Barros, que havia me avisado do concurso e me colocado a par do edital. Meu sonho era sair do sistema particular de ensino superior e ingressar numa universidade pública. Continuar na vida agitada e desafiante dos debates acadêmicos e políticos da universidade era como um sonho e projeto de vida.

Para sondar se valia a pena sair de SP, viajar 600 quilômetros para prestar um concurso no interior de Minas, numa cidade provinciana e dominada pelos “coronéis”, mineiramente desconfiado, me mandei para a cidade. No ato da inscrição, fui conversar com o chefe do Departamento de Psicologia na época, Luiz Leite (incluído no Grupo dos 8), que me recebeu calorosamente, com seu sotaque similar ao do caipira paulista, o que me deixou à vontade, para ser sincero: “Esse concurso já está arranjado para alguém daqui”?

Sinceramente, essa era sua marca registrada, ele me informou que o concurso não era de “cartas marcadas”, que havia sido aprovada uma banca idônea e diversa, com o Joel Martins, estudioso da Fenomenologia e da PUC-SP; Sergio Leite, cognitivista, na época da OMEC e da UNICAMP e José Baus (outro incluído no Grupo dos 8), especialista em Paulo Freire. O presidente da banca examinadora era estudioso de Paulo Freire? Fiquei bastante animado, universidade

nova, prédios novos e modernos, pessoal jovem e animado. Um sonho, um objeto de desejo...

Fui embora, caminhando em direção ao ponto de ônibus, acompanhado pelo professor Toninho, que me contou um pouco da universidade, que os salários eram altos e me mostrou o Umuarama, bairro aonde moravam muitos dos professores, as casas eram com jardins floridos na frente, como nos filmes americanos, e, com tudo isso, fiquei bastante maravilhado. Observei professores combinando um futebol de salão, no fim de tarde, durante a semana, e pensei: “que maravilha de departamento, são tão amigos que jogam futebol juntos, sem caneladas ou cotoveladas”...

O concurso foi em fevereiro, depois do Carnaval, um calor infernal; eu e o Floriano ficamos hospedados na pensão Lisboa, na avenida Floriano Peixoto. Havia aproximadamente uns 40 candidatos, mas já sabíamos que a candidata mais forte era a Heloisa Sant’Anna, pois já era professora na Universidade Estadual de Londrina, amiga do Luiz que também veio de Londrina e já estava no doutorado.

Eu havia ingressado no mestrado em 1980, ainda estava cumprindo os créditos, era meu primeiro concurso, com uma candidata forte, me sentia meio que como franco atirador. Na avaliação do *curriculum*, fiquei em 27º lugar, mas com a prova escrita subi para 7º lugar. Para a prova didática, o ponto que acabou sendo sorteado para minha aula foi: “Carência cultural e os programas de educação compensatória”, temática desenvolvida pela profa. Maria Helena Souza Patto, minha inspiradora na USP, de quem fui monitor. Eu dominava o conteúdo, o que facilitava a didática e o domínio da ansiedade e da tremedeira.

Durante minha prova didática, dr. Joel, um pouco idoso e cansado, por ter assistido a muitas aulas, dormiu “copiosamente e pescou muitos lambaris”, fiquei preocupado, pensei: “estou ferrado”, e os outros dois da banca, impassíveis, como corujas atentas e silenciosas. Ainda bem que, no fundão, havia algumas professoras do departamento acompanhando o concurso e uma delas, Sueli Pagotti, de olhos bem abertos, assistia a minha aula atentamente e de vez em quando meneava a

cabeça em sinal de concordância, o que me deu a motivação, ânimo e a dialogia necessária para levar a aula a bom termo.

Heloisa ficou em primeiro e assumiu imediatamente, eu fiquei em segundo, e o Floriano em terceiro. Luiz Leite, o chefe do departamento, ficou o tempo todo do concurso com os candidatos e veio me dizer que: “como haviam gostado muito da minha aula no concurso, ele e o departamento se esforçariam para buscar minha contratação, já que o concurso tinha validade por 2 anos”. Naquele momento, pensei como havia valido a pena sonhar, me inspirar nos meus amigos de faculdade e começar a dar aulas numa madureza e em um supletivo colegial na periferia de São Paulo, no segundo ano de faculdade, e ter aprendido um pouco de didática, de domínio do conteúdo e manejo de sala de aula.

E, realmente, depois de 6 meses, fui chamado para assumir na UFU. Nunca vou me esquecer, estava em reunião com as “tomadoras de conta”, numa creche filantrópica em Interlagos, longe, muito longe, quando a madre superiora que dirigia a unidade me chamou em sua sala e me deu o telefone: “era para eu me apresentar imediatamente na UFU, para ser docente”. Ingressar na universidade pública me fez professor, e gente, me adentrou num campo de batalhas e lutas, mas também num mundo de ciência, sabedoria e transcendência.

Ser docente do ensino superior significava poder continuar estudando, avançando, aprender a fazer pesquisa de ponta, embarcar no movimento, não mais estudantil, mas docente, participar da ADUFU e ANDES. Continuar usando aquela “velha calça Lee desbotada”, levar uma vida boêmia, no sentido intelectual e lúdico do termo, não ter de bater o ponto rotineiramente e preservar a eterna crise de identidade da adolescência. “*Hay gobierno? Se hay soy contra!*”

Assim que ingressei na UFU, Luiz Leite me levou para conhecer as dependências do departamento e, ao percorrermos o interior da clínica psicológica, me apresentou o psicanalista laciano Nilton Sanchez, que imediatamente me convidou para morar com ele e o sociólogo Ricardo Michelloto. Ambos foram fundamentais para minha adaptação na vida uberlandense e na UFU.

O teatro político da crueldade, o assassinato da ética departamental e o expurgo da...

Íamos, eu e o Nilton, ao Garibaldi's, um bar na praça Tubal Vilela, e entre um gole e outro no chope gelado, meu amigo, com aquele sotaque piracicabano característico, foi me colocando a par das tretas, mutretas, conchavos e da história da UFU e do departamento de Psicologia, hoje, Instituto.

## **Os conflitos na Psicologia no contexto UFU**

Em primeiro lugar, importante situar a criação da Universidade Federal de Uberlândia. Ao contrário da Universidade Federal do Triângulo, que foi criada pelo governo Lula, a Universidade Federal de Uberlândia foi criada pela ditadura militar. Os políticos da ARENA, em concorrência com os políticos de Uberaba, foram mais espertos e conseguiram trazer para Uberlândia essa Universidade Federal.

O padrinho de casamento do reitor na época, Ataulfo Martins da Costa, foi o Newton Cruz, chefe da agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 1977 e 1983, em Brasília e do comando militar do Planalto. Então, diante de um QI desses e de outros, a quantidade de verbas que vinham para a universidade era muito grande. Basta verificar que, na faculdade de Educação Física, existem duas quadras de tênis cobertas, de saibro, que foram feitas naquela época, a pedido do professor Ataulfo. Um luxo nababesco que não tem nada a ver com as necessidades da comunidade acadêmica, um capricho para deleite pessoal de um dirigente perene e fugaz.

Com os componentes do Programa de Saúde Escolar, certa vez fomos para Brasília participar de uma reunião no MEC e, no longo trajeto, fomos fazendo amizade com o motorista, e ele nos contou que todo mês pegava caixas e caixas de presentes, picanhas para exportação, na fazenda da Universidade, ia para Brasília e saía entregando esses mimos na Esplanada dos Ministérios, nas mansões dos generais.

Nessa época, a universidade era uma fundação, com salários altíssimos. Eu era auxiliar de ensino, em início de carreira, nem mes-trado tinha, falei com um professor titular da USP o quanto que eu

ganhava, e ele exclamou “é o mesmo tanto que eu ganho, em fim de carreira, aqui na USP”. Os salários eram negociados, então esse era o clima da Universidade Federal de Uberlândia, criada pela ditadura militar e onde os políticos da ARENA é que mandavam e faziam o que bem entendiam. Mas no final da década de 1970, instituiu-se a obrigatoriedade dos concursos públicos para ingresso na carreira docente, e os professores “modernos”, vindos dos grandes centros do Sudeste, passaram a se instalar nos departamentos e a praticar ciência, ensino de qualidade e política universitária.

O segundo ponto importante refere-se ao contexto e clima político da época. Era um momento de ascensão do movimento de massas, na conjuntura nacional, os estudantes estavam tentando reorganizar a união estadual de estudantes (UEE) e a união nacional dos estudantes (UNE). Está na memória dos mais velhos, como trauma, em 22 de setembro de 1977, a invasão ao *campus* da sede da PUC-SP por três mil policiais civis e militares, apoiados por carros blindados e comandados pelo nefasto coronel Erasmo Dias, o que implicou a prisão de centenas de estudantes e repressão violenta à tentativa de reorganização da UNE. Nesse dia, consegui escapar porque saí da PUC para levar embora os dirigentes estudantis da Paraíba que estavam hospedados em minha casa.

No plano local, comentava-se que o professor Silvio (outro do Grupo dos 8), em pleno auge da crise, foi chamado por um advogado da cidade, e esse, no início da “conversa”, colocou um revólver (calibre 38 mm) em cima da mesa e gritou: “nós não queremos vocês aqui na nossa cidade”. Ou seja, o nome havia mudado, mas no Arraial da Farinha Podre, as elites retrógradas continuavam imperando. O SNI estava entranhado nas universidades e havia tiras e dedos-duros para tudo quanto é lado, uma simples assembleia estudantil era uma ameaça perigosa e subversiva, um cancro a ser extirpado. Eles fotografavam os participantes das assembleias e movimentos e faziam dossiês dos subversivos.

Terceiro ponto a ser considerado: a criação do curso de Psicologia. A universidade federal foi criada, a partir da junção da Medicina

que já era federal, da Engenharia, e a Psicologia surgiu de uma antiga faculdade de pedagogia, administrada e coordenada por freiras. Então, isso pode ter marcado a estrutura ontológica e arquetípica do curso de Psicologia, determinando uma vocação mais moralista que científica. Consta, no folclore dos alunos da época, que uma professora religiosa ensinava as regras da lógica, fazendo os discentes decorarem as premissas cantando “musiquinhas”, como cânticos religiosos. Em função da rixa regional, alguns professores provenientes de Uberaba foram rechaçados pelos alunos da Psicologia e acabaram indo ministrar aulas em outros cursos.

Como já apontado, inicialmente as contratações de docentes não eram por concurso público, e sim por compadrio privado. Para se ter uma ideia, professores que eram contratados na Engenharia e na Medicina, no momento da contratação, impunham uma condição ou pediam um favor: “é o seguinte, minha mulher fez o curso de Psicologia, então peço ao magnífico reitor que arrume um cargo para ela lecionar na Psicologia”. Então, muitos dos primeiros professores nunca tinham dado aula, nem sabiam como preparar uma, nunca tinham clinicado na vida, nunca frequentaram uma sessão de terapia e tiveram de enfrentar as salas de aula e todas suas tensões, pressões e conflitos.

As contratações eram feitas por uma entrevista com a coordenadora toda poderosa, que quando sentia que o entrevistado não iria ficar sob suas asas e domínio, ela já dava um jeito de dispensar, oferecendo aulas em horário e dia que a pessoa não podia, de tal forma que, com esse método de seleção, se criou um corpo docente bem amigável, dócil, delicado, porém sem experiência didática e pedagógica necessária para o padrão de uma universidade pública.

Com a instituição dos concursos públicos, começaram a vir os professores do Sul e Sudeste, titulados e atualizados. E naquela época eram professores behavioristas marxistas, porque o behaviorismo era entendido como psicologia materialista e científica. Eram professores bons, com mestrado e doutorado, experientes e exigentes. Então, eles, com suas aulas e projetos, desencadearam um processo de posiciona-

mento crítico com relação à Psicologia, enquanto ciência e profissão, assim como com o compromisso social do psicólogo.

Criou-se uma cultura em que eram cobrados o compromisso social de professores e dos alunos, com relação à Psicologia, e seu papel no processo de transformação social. A ação desses professores levou a um aprendizado crítico e a um processo de empoderamento dos alunos que, organizados e combativos, criaram uma onda de desconstrução da alienação estudantil e a construção de uma postura crítica e inovadora.

Quando eu comecei a dar aulas, no curso de Psicologia da UFU, cedo aprendi que tinha de entrar na sala e já apresentar o programa da disciplina, fundamentar a proposta no contexto da formação crítica do psicólogo, tinha de propor como seria o sistema de avaliação, e isso tudo tinha de ser aprovado por todos os alunos, numa espécie de assembleia, e eles assinavam no fim da aula, como se fosse um compromisso registrado em ata. E havia ainda, por outro lado, um conflito entre Psicologia Social e Comunitária, de um lado, e Psicologia Clínica e Educacional, de outro.

Na hora em que os professores do Sul e Sudeste começaram a dar aulas, muitos alunos, que também estavam ansiosos por mudanças, automaticamente começaram a se identificar e a fazer comparações entre a didática usada pelos professores e o domínio do conteúdo, e a dos antigos. Os alunos não são bobos, nas análises comparativas, começaram a se elaborar listões, “professores bons: fulano, sicrano, beltrano; professores recuperáveis: fulano, sicrano, beltrano; professores irrecuperáveis: fulano, sicrano, beltrano”.

Os considerados “recuperáveis” com os “irrecuperáveis” começaram a achar que os chamados “bons” estavam manipulando os alunos, para que os mesmos funcionassem como “massa de manobra”, da “esquerda” contra a “direita”, e foi aí que começou toda a dissensão, discórdia, divergência e racha departamental. Os alunos chegaram efetivamente a encaminhar, para o colegiado de curso, um abaixo-assinado com o pedido de demissão de uma professora bem fraquinha,

então se pode dizer que as ameaças eram reais, mas a incompetência didática também era.

Mas as reclamações dos alunos, na época, eram de que havia algumas professoras sem as mínimas condições intelectuais, morais e emocionais para lecionarem no ensino superior. Antes da chegada dos oito, a maioria não tinha mestrado, muito menos doutorado, pois para realizar isso era preciso viajar para os grandes centros, como São Paulo, Campinas e Belo Horizonte e nunca participaram de nenhuma seleção ou concurso para serem docentes. O clima e a dinâmica do curso eram de um grande colégio, um colegião, e não uma universidade.

O conflito pedagógico, ideológico e administrativo no departamento se agravou com a eleição do Luiz Leite, que era considerado de esquerda, para a chefia do departamento. A direita entrou em polvorosa, porque já havia um grupo pressionando por demissões e se temia que o chefe eleito pudesse catalisar esse processo. Então se instituiu um clima de pânico, de ansiedade persecutória e de conspiração: “Sempre alguém tramando contra outro alguém”.

As reuniões do conselho do departamento passaram a ser abertas, ou seja, participava o aluno que queria, mas só votavam os representantes dos períodos que eram em número de dez e quase todos os professores do departamento. Era um clima de assembleia, pouco debate, muita discussão em torno de interesses pessoais, especialmente licenças e afastamentos para pós-graduação. E as “baixarias” e acusações de cunho pessoal, do tipo: “mentiroso, incompetente, manipuladora”, acabaram, por outro lado, expondo os docentes perante os alunos, formadores de opinião, que passaram a fazer analogias do curso de Psicologia como um misto de circo com hospício.

Quando o professor Maurício Requião (outro que foi incluído no Grupo dos 8) foi contratado para a polêmica área de Psicologia Comunitária, na primeira reunião em que ele foi apresentado ao departamento, depois de tomar posse, o concurso dele estava sendo questionado, a imparcialidade da banca presidida pelo professor Silvio estava sendo questionada. O candidato apoiado pela direita,



de nome Zé Maria, havia entrado com um recurso junto à direção do Centro de Ciências Humanas para anular o concurso, mas o mesmo foi indeferido, e o Maurício acabou sendo admitido. Ele solicitou ao Conselho do departamento que referendasse ou não sua contratação, e por maioria o departamento assim o fez. Só que suas declarações de que aqueles questionamentos à sua nomeação eram extemporâneos, ilegítimos e antiéticos foram consideradas ofensivas pela direita do departamento, e ele foi incluído nos oito.

O segundo episódio significativo foi o ocorrido com a professora Regina (outra incluída no Grupo dos 8) que desenvolvia um projeto de Psicologia Social e Comunitária e começou a fazer reuniões, numa escola pública, com pacientes que estavam na fila de espera ou que haviam abandonado o tratamento, para analisar o papel da Clínica de Psicologia da UFU no atendimento às demandas sociais. Buscava-se, também, repensar o modelo elitista da psicologia clínica em prol de uma psicologia preventiva e que atuasse na comunidade.

Parece que, dentre esses convocados para as reuniões de psicologia comunitária, havia um que ainda estava em atendimento, e o grupo da clínica alegou que isso poderia configurar uma infração ética, já que, segundo o Código de Ética dos Psicólogos, um profissional não deve se envolver com pacientes que estejam em atendimento com outros profissionais. O colegiado convocou a professora Regina para uma reunião de esclarecimentos, e ela compareceu à reunião, mas se recusou a prestar os esclarecimentos, alegando que entendia que se a questão era ética, o colegiado não tinha de se envolver, e que a questão estava na alçada do Conselho Regional de Psicologia.

A coordenadora do curso parece que já estava armada e articulada maquiavelicamente, “bom, já que a professora não quer discutir”, ela pegou o abaixo-assinado que os professores tinham mandado questionando a questão ética e encaminhou para a Reitoria. A Regina ainda enviou uma carta para a Reitoria pedindo para se encaminhar a questão para o conselho de ética, do Conselho Regional de Psicologia, mas o reitor, mancomunado com a direita departamental,

O teatro político da crueldade, o assassinato da ética departamental e o expurgo da...

abriu o inquérito, depois desqualificado para sindicância. Inquérito ou sindicância, a temporada de “caça às bruxas” estava inaugurada.

## **O inquérito, as delações e conclusões**

O inquérito foi basicamente uma delação combinada e premiada, alunos levavam cadernos com anotações de sala de aula, porque nos cursos de ética se discutia a diferença entre a ética capitalista e a ética socialista, e isso foi usado como uma das provas de que havia doutrinação ideológica dentro de sala de aula. Professores foram chamados para depor, e as acusações eram basicamente em cima de manipulação de alunos, apologia doutrinária, subversão, uso de drogas, sexo grupal envolvendo alunas, e até mesmo delações de se estar rompendo o regime de dedicação exclusiva, “professor tal é dedicação exclusiva e está dando aulas numa faculdade particular lá de São Paulo”.

Para que se tenha uma ideia do processo macartista de “caça às bruxas” que se instalou na Psicologia da UFU, reproduz-se, aqui, o resultado final do inquérito que foi desclassificado para sindicância.

### **Cisão no Departamento de Psicologia. Relatório final da Comissão de Inquérito:**

Consta dos autos que haveria no Departamento de Psicologia uma profunda cisão entre os docentes, de um lado, estaria um grupo formado basicamente pelos professores: Luiz, Silvio, Regina, Érika, Maria de Fátima, José Baus, Sueli Terezinha e Maurício Requião, grupo esse, que pela origem de alguns professores, recebeu o nome de ‘grupo de Londrina’; de outro lado, estariam os signatários do abaixo-assinado não deixando de referir que há um terceiro grupo de professores que não se posiciona, o chamado ‘grupo em cima do muro’.

O primeiro grupo se constituiria na ótica deles próprios e sob ponto de vista, de que conseguiriam moldar, nos alunos, a imagem de professores envolvidos, avançados, inteligentes, e o outro grupo antagonônico de professores conservadores e tradicionalistas.

O chamado grupo de Londrina se aproximaria mais dos discentes, mostrando-se insinuantes, envolventes, tomando-lhes como suas as reivindicações, fazendo-se a eles simpáticos, passando-se por bonzinhos, principalmente permitindo em suas provas e trabalhos que os alunos fizessem em grupos maiores com a tônica da adoção da autoavaliação, procedimento esse ao qual o primeiro grupo terminou por aderir, sob a alegação de que se sentiam pressionados pelos discentes. Tudo tramado para tornar difícil a convivência professor-aluno.

Há referência de que os atritos se acirraram depois da chegada do grupo de Londrina, entendendo-se como tal os professores tal, tal, tal e ultimamente o professor Maurício, sendo que o motivo central da animosidade seria a briga pelo poder, mas descendo às vezes ao ataque pessoal. Consta que a cisão se evidenciou mais a partir da eleição do atual chefe, Luiz Leite, momento em que o relacionamento entre docentes se tornou mais áspero. Consta que o professor Silvio e a professora Regina se afastaram do casal Pagotti, sob a alegação de que esses serviam ao sistema.

Consta que o grupo de professores da área de Social e Comunitária procurava se diferenciar do restante do departamento com um sentido até político. O ambiente de trabalho seria péssimo, emocionalmente tensionado, com o Grupo dos 8 obrigando os professores a se questionarem continuamente ou serem questionados pelos alunos.

É referido que a professora Regina se manifestava de forma depreciativa com relação aos colegas, perante alunos e docentes, com tremenda demagogia verbal, apresentando a imagem de vítima e educadora constrangida. Há referências de que o departamento seria um serpentário, chegando-se às agressões verbais, na manipulação dos alunos o Grupo dos 8 teria criado um clima de pressão e terror em relação a outros professores e alunos, que não lhes comungavam as ideias, decorrendo as reuniões do conselho departamental em clima tumultuado e agitado.

Tal grupo de professores teria o domínio da cúpula estudantil. Manipulação de alunos, atas do colegiado de curso de conteúdo sigiloso, tratando de infrações, eram xerocadas e entregues aos

alunos pelo professor Bauss, e os discentes eram instigados para apresentarem listão de professores a serem demitidos, com critério duvidoso na qualificação de recuperáveis e irrecuperáveis.

Consta que o grupo do professor Silvio transmitia para os alunos uma imagem depreciativa do grupo antagonico de professores, rotulando-os de tradicionais, indispondo alunos e docentes, e que nas aulas ministradas pelo grupo do professor Silvio conversavam mais sobre sociologia e política do que sobre psicologia, havendo mesmo referências de que o professor Luiz Leite, na cadeira de ética, ministrava mais aulas de marxismo leninismo ou socialismo, do que de qualquer outra disciplina.

Os alunos frequentavam as reuniões do conselho departamental em número superior ao legal e ao convencionado, aprovado por aquele órgão, agitando as reuniões sob o comando dos professores Silvio, Bauss e Regina, e os demais do grupo, que lhes faziam a cabeça, chegando os alunos a rotularem os demais professores de 'reacionários, fascistas, dedos-duros'. Os professores Bauss e Regina sempre se preocupavam em descaracterizar a competência dos colegas em reunião, isto na presença de alunos.

Haveria um clima de sabotagem no departamento, chegando-se ao ponto de a professora Sueli Terezinha ter orientado alunos, no sentido de não se manifestarem sobre um possível erro no cômputo de horas-aulas para prejudicar a coordenadora. Haveria referências de que o grupo de Londrina fazia pressões em cima de determinados professores para forçá-los à demissão e assim abrir vagas para seus protegidos ou simpatizantes ingressarem no departamento.

A disciplina deteriorava-se cada vez mais, principalmente no que diz respeito à participação de alunos em reuniões, sendo necessária a intervenção do diretor do Centro para que a ordem fosse reestabelecida. O diretor sempre aparecia na porta da reunião para dar o seu recado. O chefe do departamento Luiz Leite perdeu o domínio das reuniões na sua casa, a ponto de colocar determinações do diretor em discussão e submeter à votação do conselho.

Conselho este que era uma verdadeira bagunça, sempre com o professor Bauss assessorando os alunos para praticarem ataques

até verbais aos professores “reacionários”. O grupo do professor Bauss tornou os alunos tão autossuficientes e autoritários dentro do departamento, dentro das salas de aula, que os professores se sentiam constrangidos até para dar falta aos ausentes e para dar prova individual sem consulta, tamanha pressão que se sofria imediatamente.

**Apoio e assessoria à manifestação discente.** Ficou constatado principalmente através do relato de uma aluna que o professor Bauss orientava a redação, pelos discentes, de manifestos de tendência nitidamente ideológica e que era o mentor intelectual dos alunos na feitura de manifestos que agrediam professores como: entreguistas, títeres do sistema, incapazes de se engajarem em quaisquer movimentos em defesa das massas oprimidas.

Por ocasião da greve da Engenharia em 79, os professores Bauss, Érika e Luiz Leite teriam se solidarizado com os alunos, a ponto de orientá-los em suas reivindicações, chegando a acolitá-los junto à Reitoria para que tivessem suas faltas justificadas, e que, na época da greve, os alunos frequentavam com assiduidade a casa dos professores Silvio e Regina, e que esses não ficavam na sala de aula, durante o horário regulamentado, e que não davam faltas aos alunos grevistas.

O professor Silvio chegou a externar ao professor Pagotti o ponto de vista de que os alunos agora estavam organizados e que seria muito difícil o domínio da classe por parte de alguns professores, a partir daí começariam a surgir as demissões. O mesmo professor chegou a dizer ao professor Pagotti que ele estava sentado sobre um vulcão, querendo com isso insinuar que para que ele, professor Pagotti, não tivesse problemas deveria permitir maior participação nas decisões do corpo discente, configurando-se aí uma forma de pressão psicológica.

**Atitudes da chefia.** Consta nos autos que o ambiente do Departamento de Psicologia se deteriorou mais, a partir da investidura na chefia do professor Luiz Leite, o qual não teria uma posição firme, a ponto de ser classificado como frouxo, testa de ferro, conivente e até de vítima do grupo do professor Bauss. Consta que o chefe perdeu o domínio do departamento, não conseguindo

impor sua autoridade ou ascendência sobre qualquer dos grupos em conflito, sendo referido que ele obteve maior apoio em sua eleição do chamado grupo do professor Bauss.

Consta que ele, chefe, não procurou averiguar o boato sobre o chamado listão de recuperáveis e irrecuperáveis, simplesmente por achar tudo ridículo. Foi referido que o professor Luiz Leite era testa de ferro do grupo do professor Bauss, grupo esse que procurava fazer valer seus interesses de conotações esquerdistas, e que o chefe dava inteira corda aos discentes, com atitude de tolerância, permissividade e conivência. Quanto ao massacre de professores e alunos que não comungavam com as ideias do referido grupo, consta que o chefe fazia concessões à área social e comunitária à custa do remanejamento de professores, e consta a ingerência do chefe nos assuntos da clínica, cobrando maior participação estudantil.

**Ideologia e seu uso.** Consta, através dos depoimentos de vários professores e de uma aluna, que, no Departamento de Psicologia, o grupo constituído pelos oito professores e ultimamente com a adesão do professor tal, não só detinha uma ideologia marcadamente esquerdista, materialista, dialética, marxista, como quase todos admitiram que fosse lícita essa prática, e que se fazia o uso dessa ideologia para impingir em outros professores e alunos seus princípios, tentando direcioná-los para mudanças nos procedimentos didáticos e na postura política.

Exercendo coação psicológica e pressão sobre quem quer que fosse, que não se identificasse com suas ideias, ocorreu uma verdadeira repressão de esquerda, como se examinará exaustivamente à frente, havendo mesmo notícia nos autos de que o grupo tentava aliciar docentes e discentes para o Partido dos Trabalhadores, sendo que a professora Maria de Fátima era a facilitadora dessa atuação ideológica do grupo já referido.

**Conclusão do Inquérito.** Com relação à queixa de infração ética da professora Regina, a professora Regina teve, portanto, em nossas conclusões comportamento egoístico, antididático, antiético, prejudicial ao ensino da universidade, no que se refere aos fatos narrados nos abaixo-assinados e denúncia, conforme está

fartamente comprovado nos documentos e depoimentos. Não tinha ela consideração e a necessária solidariedade que visavam à harmonia no ambiente entre psicólogos e alunos, e dentro de uma instituição de ensino superior, quebrando, pois, os princípios contidos no artigo tal e tal do código de ética profissional dos psicólogos.

Ficou comprovado que o Departamento de Psicologia está passando por uma grave crise disciplinar, didática, com quebra de princípios hierárquicos, uma bagunça, verdadeiro serpentário, um ambiente de trabalho péssimo, emocional com grande clima de animosidade, tumulto, tensão, desordem, um vulcão onde alunos com pressões mandam e desmandam, tudo às vistas do chefe-professor Luiz Leite que, com sua frouxidão, passividade, conivência, fragilidade, maleabilidade, tolerância, é o responsável por tal deterioração, que o torna incapacitado para continuar na chefia do departamento.

Está comprovado que o Grupo dos 8 tentou imprimir uma ideologia política de conotação marxista, leninista ao curso de Psicologia da universidade, fazendo apologia do materialismo histórico dialético. Para tanto, pressionavam colegas e alunos que não lhes comungassem a ideologia, fazendo direcionamento ideológico em comissões, reuniões, exposições e trabalhos.

Davam apoio e assessoria a alunos em redações de documentos esquerdistas ou manifestações grevistas, aliciavam discentes para o Partido dos Trabalhadores, acirravam contradições combatendo o sistema, este como ordem política vigente, numa verdadeira repressão de esquerda, tudo em detrimento dos interesses e objetivos do ensino, e como é óbvio, com iminente perigo de contágio, contaminação, reação em cadeia ou por simpatia para toda a instituição.

O referido grupo de professores se constitui numa verdadeira célula de subversão a qual, gerando sucessivas crises no departamento, levou à desordem e à anarquia, tal conduta evidentemente se constitui numa clara e profunda quebra de confiança, que deve nortear as relações empregado-empregador, já que o contrato individual de trabalho é celebrado *intuitu personae*.

O teatro político da crueldade, o assassinato da ética departamental e o expurgo da...

A universidade e o reitor são, parece-nos evidente, alter ego do MEC, do governo e do sistema, e como tal, contrataram os indiciados para que, ao ingressarem na organização, deveriam considerar a filosofia e os padrões gerais desta, e jamais usarem o local e a força de trabalho na divulgação de doutrinas espúrias e na subversão dos princípios da ordem e da disciplina, a ponto de nem mesmo serem discretos e ocultar seus propósitos”.

## **Delírio paranoide coletivo**

Terminado o inquérito e com a conclusão de que praticaram “subversão”, o Grupo dos 8 professores foi expurgado do curso de Psicologia e demitido da universidade. Os indícios e a análise das entrevistas dos envolvidos mostraram que pode ter ocorrido um processo de loucura ou “esquizofrenia” coletiva que redundou num grande exagero na interpretação e condução dos fatos. SNI, células de subversão, marxismo e leninismo eram termos usados para se referir aos terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização revolucionária criada em 1968, por Carlos Marighella. Esses mesmos termos e métodos foram usados para tratar um conflito pedagógico, uma briga entre professores, numa modesta faculdade do interior de Minas.

Envolver o SNI para investigar “balbúrdias” promovidas por alunos e professores opositores ao *status quo*; o medo, quase pânico da elite ignara local, de que a “subversão” poderia se espalhar por outras instituições, pela cidade toda, por “contágio, sugestão, ou simpatia”, tudo isso indica que se configurou, do ponto de vista da análise institucional, aquilo que denominaríamos de um “delírio paranoide coletivo”. Ou seja, o suposto “inimigo” é representado como muito maior e violento do que realmente é, no real.

Quando um grupo imaturo de pessoas enfrenta o medo de desagração, a ameaça imaginária de demissão sumária, do pânico frente a um ataque iminente, quando o desafio é muito maior do que suas capacidades egoicas de enfrentamento da problemática, ocorre o que



Gerard Mendel (1974) denomina de “regressão psicossocial”, quando a experiência de impotência gera uma regressão do psicoinstitucional ao psicofamiliar, no sentido de que os sujeitos vão definir esse campo real em que atuam como se fossem suas dinâmicas familiares.

O coletivo como um todo regride, e os adultos passam a atuar como se fossem adolescentes e crianças, e como se estivessem dentro das suas próprias famílias. Pode-se observar esse fenômeno em inúmeras reuniões de professores, em que o debate pedagógico é substituído por brincadeiras, gozações, jogos infantilizados e discussões sobre aspectos pessoais, configurando esse processo de infantilização. Ocorre a predominância das forças irracionais, as pessoas perdem a capacidade de pensar racionalmente, e pode ocorrer um processo de paranoia e de delírio coletivo.

Ao analisarem-se os depoimentos dos professores acusadores, uma frase recorrente me chamou muito a atenção: “olha, no grupo dos professores que acusaram tem muita gente que acredita que comunista come criança no café da manhã”, como assim? Comunista come criança no café da manhã?

Isso me intrigou, fiquei a imaginar como seria possível o comunista, em seu café da manhã, devorar um embriãozinho ou criança assada, como um canibal. Interessado em entender essa representação demoníaca, recorri a Carlo Ginzburg (2010), um sociólogo e antropólogo italiano que desenvolveu pesquisas sobre os processos inquisitoriais de bruxaria e feitiçaria, nos arquivos do Vaticano. Esse autor vai levantar como hipótese que não foram os comunistas que comiam crianças, mas, sim, as bruxas, elas “comiam crianças” no período medieval. Vinham com vassouras, passavam unguentos, praticavam orgias, consumiam drogas e cometiam o infanticídio canibalesco.

Esse fenômeno foi chamado de *sabbat*, um ritual satânico e demoníaco, que passou a compor o núcleo de toda e qualquer acusação contra heréticos, desde o período medieval. O que é um *sabbat*? É uma reunião daqueles que praticam bruxaria e outros ritos associados. As características distinguíveis que normalmente estão contidas

no sabá das bruxas são a reunião a pé, animal ou fuga, banquetes, danças, saltos e relações sexuais. Originam-se nos antigos rituais que celebravam a passagem do ano, de acordo com as estações do ano e as épocas de colheita e lactação de animais.

Pode-se perceber pela análise de todo o processo e a conclusão final do Inquérito que as acusações formuladas contra os oito remetem a esse *sabbat*, pois conjugavam heresia (subversão), uso de drogas, orgias sexuais, condutas desviantes e pecaminosas. Segundo Ginzburg (2010), as bruxas confessaram o infanticídio canibalesco, mas tais confissões eram obtidas sob tortura e tratavam-se de relatos carregados de simbolismo.

A análise da estrutura mitológica da cultura popular mostra que as perseguições a minorias datam do século XIV, quando judeus e leprosos foram acusados de envenenamento de poços. Seguiu-se o massacre de judeus, acusados de espalharem a Peste Negra.

Nos relatos dos acusados, já ocorria a tortura por confissões sobre entidades fantasmagóricas que apareciam em seus pensamentos e sugeriam tais ameaças. Nesse período, vemos a imagem do feiticeiro solitário ser sobreposta a uma prática de bruxaria mais ampla. Se inicialmente somente os leprosos eram acusados, o grupo aumentou para os judeus e, posteriormente, homens e mulheres que praticavam bruxaria.

O fato é que, nessa época, a sociedade camponesa da época vivia com medo. O destino era encarregado de atrapalhar colheitas, tirar vida de crianças e adultos por doenças, entre tantas outras coisas. O autor citado mostra, por exemplo, como lobisomens e bruxas eram inimigos desde os primórdios, na crença popular: os dois grupos brigavam pela fertilidade dos campos.

Com tudo isso, pode-se entender que o ritual do *sabbat* foi a transformação de um ritual de fecundidade e fertilidade que foi transformado pelo olhar do inquisidor medieval num ritual satânico e demoníaco. Foi aí, então, que eu entendi que todo o evento crítico, todo o episódio de perseguição pode ter duas leituras. Por um lado,

pode-se ler como uma tentativa de inovação, de fertilidade, fecundidade, de produzir algo novo, mas por outro lado, pode-se entender também como um ritual demoníaco e satânico, que está sendo prejudicial e ameaçador a alguns segmentos sociais.

Então uma das leituras que se pode fazer desse episódio do Grupo dos 8 professores é que eles buscavam fertilizar e fomentar uma Psicologia Social e Comunitária, que fosse democrática e que atendesse aos interesses da maioria da população, e criticavam a Psicologia elitista funcionalista. Nesse sentido, procuravam plantar e fertilizar uma concepção nova de Psicologia. Buscavam, também, uma nova relação com os alunos, no sentido da articulação da teoria com a prática.

Só que, em verdade, em função das ameaças de demissão, do despreparo, da impotência do outro grupo em lidar com a situação de forma madura, eles foram rotulados como sendo “maldosos”, “conspiradores”, e querendo, na verdade, propagar o mal e a desgraça de determinados professores do departamento. Nesse sentido, aqueles que votaram a favor da demissão dos oito entenderam que o ato foi uma espécie de purificação do departamento, já que foram considerados “ervas daninhas” que estavam fomentando não só a derrocada do departamento, mas de toda a coletividade.

Esse episódio todo mostrou que as estratégias de perseguição e tortura inquisitoriais se mantêm intactas desde o período medieval, privilegiando o julgamento moral ao invés da conduta cotidiana de cidadania. Estruturas arcaicas que acabam sendo reproduzidas no nosso cotidiano, legitimando uma gestão maquiavélica do poder, baseada no autoritarismo e na eliminação dos “inimigos”.

A demissão dos oito professores causou uma grande reação dos alunos do curso de Psicologia, que realizaram uma mobilização histórica envolvendo toda a universidade, com greves e questionamento aos professores acusadores que foram hostilizados e rechaçados em sala de aula. Foi importante, porque nunca mais depois daquilo se viu um empoderamento tão grande dos alunos do curso de Psicologia. Esse foi o legado que nos foi deixado, o movimento e o debate de

ideias promovem a consciência crítica e a organização autônoma e independente. Os alunos que participaram do movimento hoje são profissionais extremamente críticos, bem-sucedidos e continuam lutando por um mundo melhor.

Quando os professores doutores brigam de fato entre si, é porque pode estar faltando debate acadêmico e científico, o famoso mecanismo sublimatório. O processo civilizatório nos impõe que temos de brigar através do debate de ideias, de projetos, de perspectivas e, quando isso não ocorre, os conflitos são corporificados, são objetivados, e foi isso que pode ter acontecido, no episódio da “ascensão e demissão do Grupo dos 8”.

De acordo com Kodato, S. (1996, 1999), foi um delírio paranoide institucional estimulado pela ameaça de um debate pedagógico que buscava transformação social que redundou em uma ação poderosa da Reitoria e da elite local, uma reação desproporcional, muito maior do que a ameaça que os oito pudessem representar, que era acadêmica, e no contexto da política universitária, extrapolando os muros da universidade e virando uma questão para a elite da cidade, “expulsar os forasteiros subversivos e imorais”.

Em função do inquérito, foi feita uma reunião do departamento conduzida por um interventor, o diretor de centro, uma figura horrenda e nazista; com um policial na porta da sala de reunião portando uma metralhadora. Nesse clima humilhante e intimidador, com uma cabine de votação fechada, para não se saber como cada um votou e com a maioria de votos do departamento, os oito professores foram afastados, banidos do Departamento pelos seus próprios colegas de trabalho. Não foram demitidos logo de cara, foram colocados à disposição da Reitoria, liberados para fazer pós-graduação e 18 meses depois foram demitidos.

Depois de 18 anos, esses oito docentes injustamente demitidos foram anistiados pelo MEC, considerados inocentes daquelas acusações infames, foram indenizados e adquiriram o direito de retornar aos seus postos na Universidade Federal de Uberlândia, mas optaram

por retomar seus cargos em outras instituições federais, onde provavelmente foram mais bem acolhidos e integrados. Com o expurgo dos oito, criou-se um clima conspiratório e autista no Departamento de Psicologia da UFU, que durante anos simplesmente ignorou a questão. Não seria o caso de se ter a grandeza de reavaliar a questão, assumir o erro cometido e o Instituto de Psicologia solicitar desculpas aos oito professores pelas atrocidades cometidas?

Entende-se que o objetivo supremo do professor e de toda a ação educativa é empoderar os alunos, para poderem enfrentar os obstáculos do mundo do trabalho e da vida. Quando os alunos ocupam um espaço de poder, automaticamente, os professores têm de ceder um pedaço do poder, pois a relação é dialética. Mas não foi isso que aconteceu, o empoderamento dos alunos levou a um conflito com os professores que se sentiram questionados em seu suposto saber e lugar de autoridade.

Nesse caso paradigmático de perseguição e punição, pode-se observar o trabalho da “pulsão de morte nas instituições”, são forças destrutivas, voltadas para impedir o avanço dos projetos inovadores e instituintes de uma nova ordem educacional e social. Todo o processo mobilizou muito sofrimento e dor, doenças crônicas, sequelas irreversíveis e óbitos precoces: Luiz Leite, para ele, que foi o primeiro a me receber de braços abertos em Uberlândia, minha homenagem póstuma e meu reconhecimento eterno.

Kaës (1991) nos ensina que o conhecimento dos mecanismos institucionais só se concretiza através do sofrimento que neles experimentamos, ou seja, conhecemos verdadeiramente o funcionamento das instituições através do sofrimento, portanto a proposta do autor citado é transformar esse sofrimento em conhecimento. Nesse sentido, é extremamente louvável esta publicação, para a “mastigação” e elaboração desse indigesto institucional e para extrair frutos dessa experiência, no sentido de prevenir que incautos e muito bem intencionados em suas ideias e práticas inovadoras sofram acusações e processos de prática de *sabatt*. Eu mesmo, já sofri vários...

Continuamos inseridos nas mesmas estruturas medievais que expulsaram os oito professores, e muitos outros, em outros processos similares, então, o problema e a intolerância em relação ao novo continuam. E a solidariedade que os oito receberam dos grupos de alunos e da comunidade foi importante para a manutenção da dignidade, da identidade profissional, da saúde mental e da prática inovadora. As forças instituintes de uma nova educação não podem ficar sozinhas e isoladas, pois os processos de caça às bruxas continuam soltos e se multiplicando.

Meu amigo Floriano, depois da saída dos oito, foi admitido para lecionar na Psicologia e Pedagogia, só que ficou vinculado funcionalmente ao gabinete do reitor e não ao departamento. Foi morar com a gente, entrou de cabeça nas assembleias estudantis, tiraram fotos da gente nas manifestações estudantis, era crítico do sistema e, segundo as alunas, bonito, parecido com ator de novela. Agitou as massas estudantis e incomodou as senhoras idosas e rabugentas, coordenadoras que acabaram por avaliá-lo negativamente. Foi demitido pela Reitoria depois de 8 meses de UFU e 1 mês antes de seu casamento. Foi o 8+1...

Luiz Leite, o chefe que me recebeu e me integrou ao Departamento foi incluído no Grupo dos 8 e demitido. Conseguiu ingressar por concurso na Universidade Federal do Sergipe em Aracaju, acomodou e refez sua vida, mas faleceu precocemente por problemas de saúde, decorrentes de uma vida de trabalho, lutas e muita injustiça e estresse.

Muitos dos oito e muitos dos perseguidos e demitidos pelo mundo que lutaram contra a injustiça e opressão dos poderosos foram heróicos, mas na batalha sofreram ferimentos graves e lesões profundas no corpo e na alma. Para cicatrizarem, essas feridas precisam ser tratadas e elaboradas, e esse é o processo que se abre com a iniciativa da Maristela e do Netto para realizarem o evento “Violência, Ditadura e Memória: expressões políticas e institucionais”, em 2018, e esta publicação.

A perseguição aos heréticos, subversivos, desobedientes, questionadores, revolucionários e batalhadores de uma nova ordem educacional e social faz parte da história da humanidade e da tirania. Essa opressão sempre foi objetivada através de maus-tratos físicos ou psicológicos,

incluindo agressões, torturas e assassinios cometidos pelos poderosos e seus asseclas, motivados por questões referentes à identidade, à eugenia, a crenças religiosas, ideológicas, étnicas, financeiras e de poder.

Só que no fato histórico em questão, os oito professores foram perseguidos, torturados e demitidos por seus próprios colegas de trabalho, de docência e de departamento que, em não suportando o debate conflituoso que se instaura na gerência e condução de um curso de formação de psicólogos, romperam com a ética e pacto civilizatório e recorreram ao autoritarismo e à tirania da Reitoria para consumarem o crime e assassinato “simbólico” do novo e emergente.

Em reverência a todos que tombaram ou vão tombam nessa luta e batalha, gostaria de resgatar a figura heróica de Martín-Baró: jesuíta da Companhia de Jesus, que concluiu seus estudos em Filosofia, na Colômbia, formou-se teólogo na Bélgica e psicólogo de volta à América Latina, em El Salvador, onde se estabeleceu. Era pós-graduado, mestre e doutor pela Universidade de Chicago (EUA).

Foi criador da Psicologia da Libertação. Suas práticas em favor dos pobres e oprimidos mostravam um forte posicionamento político contra a tirania, o que explica seu fuzilamento, com mais cinco jesuítas e duas trabalhadoras, dentro da Universidade Centro-Americana José Simeón Canás, em San Salvador - UCA, invadida pelo Exército de El Salvador em 1989, a mando de Alfredo Cristiani, representante da elite salvadorenha e do imperialismo americano.

À Psicologia Social cabe desmascarar os vínculos que ligam os atores sociais aos interesses de classe, revelar as mediações pelas quais as necessidades de uma classe social concreta se tornam imperativos interiorizados pelas pessoas, desarticular a trama de forças objetivadas em uma ordem social que manipula os sujeitos por meio de mecanismos de falsa consciência. (Martín-Baró, 1989)

## Referências

Ginzburg, C. (2010). *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras.

Käes, R. (1991). *A Instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kodato, S. (1996). *O professor profano: crueldade institucional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. SP.

Kodato, S. (1999). A crueldade na instituição. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, Londrina, 1(1), 27-45.

Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica*. El Salvador: UCA.

Mendel, G. (1974). *Sociopsicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu.





## **Grupo dos oito: uma leitura institucional**

*Hélvia Cristine Castro Silva Perfeito*

Este texto decorre de uma monografia realizada em 1994 como conclusão de curso de especialização *lato sensu*, cuja proposta foi analisar um conflito institucional ocorrido entre professores acadêmicos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, o qual culminou com o afastamento/expulsão de oito professores.

Pretende, assim, examinar os fatores que antecederam ao conflito, contornos internos e externos e os atravessamentos (cristalizações, instituídos) da organização de ensino que bloquearam o livre fluir da transversalidade (criação, produção e geração do novo), conceitos da corrente teórica do Institucionalismo.

### **Contextualizações históricas e teóricas**

O curso de Psicologia da UFU foi criado em 1975, iniciando suas atividades em 1976.

À época dos conflitos, o Brasil estava vivendo o final da era da ditadura, mas ainda assim sob o rígido regime autoritário. A anistia

aos acusados de crimes políticos do regime militar fora promulgada em 1979, no governo do general João Figueiredo, a qual garantia o retorno dos exilados do Brasil e o restabelecimento dos direitos políticos, todavia grupos militares e paramilitares descontentes se insurgiam e promoviam atentados e ações de intimidações (Vieira, 1989).

O conflito ocorrido entre os docentes é considerado como um analisador espontâneo histórico-social, um emergente de grande magnitude, pelo qual é possível compreender as problemáticas institucionais mais circunscritas da organização de ensino.

O “Institucionalismo”, em sua gênese, recupera aspectos teóricos de ciências já constituídas como materialismo histórico dialético, antropologia, sociologia, psicanálise, semiótica, linguística, bem como teorias que discorrem sobre processos grupais (Sociometria e Psicodrama de Moreno, Carl Rogers), formando assim um intertexto e usando de diferentes saberes para compreensão e análise das instituições (Lapassade, 1989).

A Sociopsicanálise de Mendel (1973) discorre sobre a regressão do sujeito político ao plano psicofamiliar. Em nossa sociedade e devido a uma série de causas, o poder social do indivíduo tende a ser nulo e só pode ser recuperado na classe social em que vive e atua, ou seja, na instituição profissional que é o lugar de produção. A luta de classes existe, portanto, em cada organização e aí se configura o sujeito político. Quando uma classe não reivindica todo o poder que poderia tomar, tende a permanecer num *status quo*, levando à experiência universal de impotência, na medida em que não usufrui dos resultados de seu trabalho e esforço.

O lugar natural em que os homens se associam para exercer sua potência é no âmbito do trabalho e é aí também que desencadeia a experiência essencial da impotência e os processos patológicos. Esses coletivos humanos dentro das organizações vivenciam de diversas maneiras essa experiência da impotência, incidindo sobre a série disposicional de cada um, levando a um processo regressivo.

A regressão é de ordem coletiva, de um funcionamento psicossocial ou psico-institucional para um funcionamento psico-familiar

e consiste num processamento psíquico em que o imaginário e o inconsciente já não estão em retificação com o real, recaindo para um funcionamento fantasmático e não simbólico às circunstâncias concretas. Os indivíduos vão definir este campo real em que estão como uma situação familiar arcaica pela qual já passaram e as figuras determinantes reais da situação atual transformam-se em figuras imaginárias das vivências familiares (Baremlitt, 1992; Mendel, 1973).

O pensamento marxista tem uma contribuição fundamental no institucionalismo, pois Marx compreendeu a importância da palavra social e da discussão em grupo e que a história só pode configurar-se como luta de classes, a expressão material da dialética, uma classe opondo-se à outra, e criando então uma síntese das duas anteriores, tendo como constituição de um fundamento novo, um princípio dinâmico, ainda não constituído, em processo, perfazendo-se em tensão e evoluindo dialeticamente segundo a tríade hegeliana de tese, antítese e síntese (Lara, 1991).

Esta corrente teórica (institucionalismo) sustenta o devido embaçamento para pensar questões importantes concernentes à hierarquia nas organizações, cristalização das relações humanas, exploração, dominação e mistificação, que é o engano, a palavra enganadora tão presente e proeminente nas instituições. Esses conceitos estão vinculados aos atravessamentos, os quais perpetuam a reprodução, o conservador, o eterno repetir, processos esses que se contrapõem ao livre fluir da palavra social, da criação, da transversalidade.

Transversal define-se como uma dimensão da vida social e organizacional que não se reduz à ordem hierárquica da verticalidade, nem à ordem informal da horizontalidade, que na análise desta pesquisa concerne à relação professor–aluno. A transversalidade tem como efeito criar dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, e que geram assim movimentos e montagens alternativas, marginais às estruturas oficiais e consagradas e definem-se como instituintes, organizantes e estabelecetes. É da dimensão do processo dinâmico e mutante, característico do movimento da vida humana (Lapassade, 1989).

Mas também é importante afirmar que uma sociedade não funciona sem os instituídos, organizados e estabelecidos, sendo indispensável que esses sejam resultantes de uma atividade constituinte inicial e que permitam estar permeáveis à transformação, à ação permanente do instituinte no seio do instituído, do organizante no seio do organizado.

O filósofo Spinoza, mencionado por Barenblitt<sup>1</sup>, em suas proposições afirma que “*cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser*” (s/p.) dando ênfase ao instituído, estabelecido e organizado como detentor de uma força resistencial que tende a permanecer tal como é, a conservar-se sem transformação, resistindo então às ações contrárias (instituintes) que também carregam uma violenta força, necessária à desconstrução do já feito, com a finalidade de operar mudanças.

## **Método**

A pesquisa foi pautada nos conceitos do Institucionalismo, constituindo-se como uma pesquisa qualitativa de caráter eminentemente exploratório.

Inicialmente foi realizada uma consulta às atas de reuniões departamentais e de colegiado de curso, assim como a leitura de documentos relativos à área de Psicologia Social e Comunitária, área incipiente no curso e na qual alguns professores do grupo designado como “Grupo dos Oito” faziam parte.

Após o contato inicial com documentação e atas, a segunda etapa constituiu-se de realização de entrevistas não estruturadas com sete docentes que permaneceram no curso de Psicologia e que participaram do conflito no final da década de 70 e início dos anos 80. Além destas entrevistas com a docência, duas outras foram realizadas com ex-alunas que também testemunharam e vivenciaram os fatos ocorridos.

Como processo final de coleta de dados, foi realizada uma consulta ao Inquérito Administrativo, também chamado de sindicância

.....  
1 Conteúdo de aulas transcritas ministradas no curso de Análise Institucional pelo psicanalista Gregório Franklin Barenblitt em Uberlândia, MG no período de 1990-1992.

interna do Curso de Psicologia, arquivado nos registros do setor de Procuradoria Geral da Universidade. Esse inquérito teve início em 1981 e término em 1983.

## **Palavras enganadoras: misticismo e cinismo**

Quanto aos antecedentes, existiram três fatores de grande relevância:

1. Manifesto de alunos em relação a uma determinada disciplina, exigindo melhoria no nível educacional;
2. Concurso na área social e comunitária, fortalecendo uma área incipiente, mas de grande aceitação na classe discente, constituindo certa ameaça a outras áreas já estabelecidas, pois ia de encontro a todas as discussões e questionamentos quanto às atuações do psicólogo e ao perfil do psicólogo a ser formado no curso;
3. Eleição para chefe de departamento.

A eleição para chefe de departamento (um dos docentes que compuseram a lista dos professores afastados), respaldado pelo apoio dos alunos, trouxe muita insegurança para alguns professores que estavam em dificuldades com alunos (segundo depoimentos coletados).

Além disso, esta nova gestão de liderança tinha como prerrogativa aumentar a representatividade da classe discente nas reuniões e decisões departamentais.

Correlacionando esses fatos com a discussão do perfil do psicólogo, a mudança curricular e a avaliação acadêmica de cada professor nas reuniões de conselho, criou-se condições para desenvolver um foco de conflito, ainda que muitos não se dessem conta de todo o processo! Enquanto outros sim, pois comparando a suave entrevista de um professor (entrevista 5) alegando como causa dos conflitos a incompetência administrativa para resolução de conflitos, ao ser cotejada com o seu depoimento no inquérito administrativo, há que

se considerar a mistificação a partir de uma boa dose de cinismo, manipulação e falseamento.

O seu depoimento foi o mais longo e mais contundente, contendo acusações de desrespeito à hierarquia e questões de ideologia referentes ao “Grupo dos Oito” alegando a seguinte frase dita por um deles: “*a ser urgente a necessidade de subversão da ordem política e educacional*”.

Dizeres de uma professora entrevistada: “*haviam(sic) raposas velhas, dos dois lados!...então foi feito todo um trabalho em termos de caracterizar um grupo de professores como inimigo do curso e inimigo do grupo maior*” (Entrevista 6 - professora).

Por outro lado, e isso também constitui a mesma leitura de mistificação e cinismo, há depoimentos que alegam ingenuidade, insegurança e não envolvimento e que se contradizem na sequência:

*eu discordava de muita coisa que estava acontecendo... embarquei nisso que eu chamo canoa furada... pela inexperiência...eu participava de reuniões do grupo que estava... é... trabalhando neste processo, e muitas vezes eu discordava de certa rigidez de posições e tal, mas ao mesmo tempo o grupo tem isso, né? Criar um inimigo externo pra colocar nele um monte de coisas, né?* (Entrevista 6 - professora)

O “Grupo dos Oito” era denominado pelos docentes do curso de Psicologia como o grupo de Londrina (embora somente alguns pertencessem a esta cidade), o qual constituía para eles uma ameaça, pois tinham muita influência no curso e com os alunos:

*o grupo de Londrina e seus seguidores acabaram tendo o Curso de Psicologia nas ‘mãos’; ‘a bibliografia adotada no concurso é dirigida para os objetivos do grupo, de inspiração nitidamente materialista, histórica e dialética.’* (Depoimento professor 5 no inquérito administrativo)

A presença de grupos oponentes é relatada em um depoimento no inquérito administrativo por um professor, situando-se como constringido no ambiente da Psicologia:

*que começou a esquematizar um plano de resistência convocando colegas da clínica, da escolar e da básica (denominação de áreas da Psicologia) e os seus próprios da industrial a fim de resistirem, mencionando o desgaste de todos e nomeando um de seus colegas como alvo de ataques e achagues. (Depoimento do professor “A”)*

Outro professor entrevistado, recém-chegado na Universidade (em 1980), expõe a estranheza nas relações dos docentes:

*Logo que cheguei aqui senti um clima estranho, já existiam os problemas... dava para perceber nas conversas de corredores... existia no departamento brigas pessoais que foram trazidas de fora pra cá e nas discussões departamentais existia uma luta ideológica, não em termos políticos, mas de visão do tipo profissional que estaríamos formando, do perfil do psicólogo e das formas de intervenção deste, na comunidade. (Entrevista 9 - professor)*

Este mesmo professor ainda declara sobre o desfecho final do conflito:

*para a reunião que definiria o afastamento dos professores, eu fora convocado em casa e o circo estava armado. Inclusive o diretor de Centro na reunião não permitiu nenhuma manifestação e argumentação dos oito. Eles não tiveram nenhuma chance de se defender, somente depois quando entraram com recursos, mas aí já estavam afastados. Já estava decidido o que iria ocorrer na reunião.*

Vale ressaltar que a reunião que definiu o afastamento dos oito professores ocorreu no dia 13/01/1982, no período de férias, sob a presidência do diretor de Centro de Ciências Humanas e Artes, sendo que, em reuniões posteriores, houve tentativas frustradas por parte dos discentes no conselho do Departamento de Psicologia de retomada da discussão acerca do afastamento dos docentes. Segue o depoimento registrado em ata da reunião de 25/03/1982:

É inútil continuar a pedir esclarecimentos acerca dos motivos que afastaram os 8 professores. O clima da reunião de 13/01/1982

era de um tribunal de Inquisição de Idade Média. As pessoas que estiveram na reunião já sabiam o que ia acontecer. Os conselheiros pré-julgaram a decisão. A Universidade Federal de Uberlândia entrou para a história *das universidades brasileiras com essa decisão. Os problemas pessoais sobrepuseram-se aos profissionais.* (Depoimento da professora “H” registrado em ata de reunião departamental)

Este registro acima demonstra o contexto histórico no qual as decisões eram tomadas como atinentes ao regime autoritário decorrente do militarismo ainda reinante no governo brasileiro e na forma de gerenciar a universidade. Isto também é corroborado na entrevista de uma docente:

*há quem diga que o AI-5 foi criado aqui, dentro da universidade... eu estava chegando e aprendendo a lidar em uma instituição federal que estava e era naquela época dos “biônicos da vida”, o reitor tinha sido nomeado...a minha correspondência vinha toda aberta, qualquer correspondência.* (Entrevista 8 - professor)

Nesse mesmo período houve a avaliação acadêmica a partir de reuniões departamentais através da discussão de conteúdos de disciplinas e atuação de cada professor. Essas reuniões geraram extrema insegurança e hostilidade entre os docentes. Concomitante a isso, parecia existir também uma imaginária “lista negra” realizada por alunos, classificando os professores em recuperáveis e irrecuperáveis, causando uma intensa ansiedade persecutória. *“Essa lista nunca foi elaborada apesar de alguns professores afirmarem que seu nome estava na lista”* (Entrevista 2 - ex-aluna).

*então cada professor tinha no conselho um momento independente da pauta que fosse, de falar sobre sua disciplina, o conteúdo que ele dava, porque estava dando aquele conteúdo, as estratégias de ensino que ele utilizava... era primeiro feito um relato e depois haviam as questões... isso acirrou e criou uma paranoia em determinadas pessoas... assustava a inquisição na reunião do departamento. O que você pretende?*



*Onde quer chegar? Uma espécie de inquérito mesmo e colocava as pessoas em situações constrangedoras...eu me lembro... a gente nem sabia o que era ideologia.* (Entrevista 8 - professor)

Nas entrevistas a inexperiência e imaturidade do quadro docente são explicitadas:

*“a maioria era recém-chegado”[sic]; “éramos inexperientes, muitos de nós nunca tinha dado aulas”; “esse era o departamento mais novo na Universidade... as reuniões departamentais eram assembleias estudantis”; “era um colégio aqui, os professores vinham, davam aula e iam embora, como no ensino médio”.* (Entrevistas com diversos professores).

Segundo depoimentos, alguns docentes do “Grupo dos Oito” tinham grande envolvimento com a classe estudantil, e quando se estabeleceram os grupos oponentes do conflito, isto constituía uma grande ameaça.

*O que sentíamos é que eles tinham bastante ascendência sobre os alunos, seja por sua competência ... porque nós tínhamos um grupo de professores aqui muito novatos, muitos recém formados... eu já tinha o doutorado, um pouco mais de segurança, mas o pessoal se sentia muito ameaçado... se eu me sentia assim... imagina o pessoal mais jovem.* (Entrevista 4 - professor)

A persecutoriedade manteve-se ao longo dos anos, evidenciada nos dizeres de uma negativa de entrevista, 13 anos após o conflito: *“o tempo psicológico é outro”; “não quero nem ouvir falar, principalmente porque estou sabendo de fonte segura que estão voltando e isto pode ser usado contra”.*

Houve quatro recusas de entrevistas da parte dos docentes e o sentimento de perseguição foi ainda mais exacerbado quando o processo de defesa dos professores ainda em andamento dava sinais de ganho de causa, constituindo um sinal de alerta como relatado no depoimento acima.

As respostas de recusa às entrevistas denotaram o peso emocional e traumático do episódio, permeado pela ordem do “não-dito”, do não elaborado:

*“Você está fazendo isto com todos? Como está sendo a reação? Mais pra sim ou mais pra não? Vou ver um horário, talvez tenha perguntas que não conseguirei responder”; “Não gostaria de rever esse assunto e se quiser pode escrever que foi um terrorismo. Para mim, eles foram terroristas”; “Esse é um assunto na minha vida que não gostaria de mexer. Nunca falei sobre isto e são coisas que não tenho trabalhadas até hoje”; “Através da leitura do inquérito, pude entender junto com uma colega que existiam duas mentalidades grupais determinadas e que as respostas de um grupo eram similares. É só isso que tenho a dizer. As reuniões eram muito tensas, eles massacravam outros professores do departamento”; “Não! Apesar de ter muito tempo, você sabe, o tempo psicológico é outro! Fiquei muito chateada com a nossa conversa e não vou querer falar sobre isto.” (Entrevistas com diversos professores)*

Como tentativa de negação destes conflitos e da violência produzida, similar ao campo traumático, houve o apagamento total das horas de estágio da área de Psicologia Social e Comunitária. Um trauma institucional que não deixou inscrição ideativa, representação simbólica do ocorrido.

*A universidade prá passar uma borracha em cima disso tudo, eles acabaram com a área de Psicologia Social...passou um trator, é como se não existisse... nunca tivesse existido esse período... todas as horas de estágio dessa área foram jogadas para Clínica, prá Educação, prá Industrial. (Entrevista 2 - ex-aluna)*

Através dos depoimentos no inquérito administrativo e entrevistas com ex-alunos, verificou-se que a prática de alguns professores do “Grupo dos Oito” junto aos alunos na sala de aula, era no sentido de gerar a suspensão da repressão. Por exemplo, o uso tradicional de provas para discussão grupal ou em consulta, bastante questionado por outros professores.

*Então houve 'A Semana da Psicologia', diz uma entrevistada: "nesta semana, o que ocorreu é que no meu entendimento, ela cumpriu o seu objetivo, ela permitiu uma reflexão bastante profunda não só da produção em Psicologia e da própria atuação profissional, questões éticas, questões do compromisso social" (Entrevista 2 - ex-aluna); o texto de um aluno que sistematizou as preocupações do pensamento coletivo, preocupações da função social do psicólogo, da própria problemática que envolve a produção na Psicologia, a quem servem esses conhecimentos... eram questões dos fundamentos da Psicologia, do compromisso da Psicologia, da inserção social dos conhecimentos dentro de um processo de transformação, era um texto com bases filológicas bastante claras... um texto reflexivo. (Entrevista 3 - ex-aluna)*

A possibilidade de discussões grupais mais intensas suscitando a suspensão da repressão tem como consequência a recuperação da potência da classe estudantil, ou seja, funciona como verdadeiro agente libertador da palavra social desta classe. Tudo isso potencializa a ampliação cada vez maior de reflexão sobre as relações, sobre a atuação do psicólogo, saindo da tradição e ortodoxia (atravessamento) para formas mais contextualizadas e revolucionárias (transversalidade). Há uma quebra de enrijecimento da instituição no sentido de pensá-la de forma diferenciada. ... "Não era esperado que nós chegássemos a fazer esse tipo de reflexão, nem tanto!!!" (Entrevista 2 - ex-aluna).

*Eu, particularmente, participava em um grupo com 15 pessoas de um projeto que discutia a questão do tratamento dos loucos fora da instituição....quer dizer, é uma coisa que a nível internacional, de Brasil já tinha alguma coisa nesse sentido, mas de qualquer forma era algo revolucionário, porque rompe com uma série de questões... e era aberto a alunos de todo o curso... no inquérito chamaram isso de aliciamento de alunos". Tinha outro projeto de educação popular... foi a primeira vez que entrei em contato com a iniciação científica e eu já estava no 9º período! Foi nessa área que eu tive acesso aos primeiros pressupostos de pesquisa. (Entrevista 3 - ex-aluna)*

O caráter dos estágios na área de Psicologia Social e Comunitária (nova área) tinha como prioridade a definição última do trabalho em si, de acordo com as necessidades e as prioridades do coletivo, coadunando com o que tinha de mais contra-hegemônico e inovador na área de Psicologia.

Visavam a grupos ditos marginais: psicóticos, menores carentes, com propostas de trabalhos interdisciplinares que possibilitassem transformações reais tanto para o doente, marginal, quanto para a instituição. As propostas eram que alterações fossem realizadas no ambiente e nas relações interpessoais, a nível mesmo institucional e organizacional, com intervenção multidisciplinar.

Em um documento denominado “Memorando Interno”, há o registro sobre um estágio numa instituição e nele constam os nomes de seis professores de diferentes áreas e abordagens teóricas, os quais compuseram a lista dos oito professores afastados. Nem todos os professores eram da área de Psicologia Social e Comunitária, havia também professores da Psicologia Escolar (assim denominada na época) e da Psicologia Experimental.

Era uma saída alternativa da intervenção clínica, de caráter curativo e individual para uma redefinição do papel do psicólogo, mais engajado na vida da comunidade.

A tentativa nestes estágios era de se romper com o discurso acadêmico vago e abstrato, contrapondo à atenção comumente dada à comunidade, quando se extrai dela suas teses, seus escritos, seus louros de reconhecimento científico e prestígio na hierarquia universitária.

*os professores da Psicologia Social e outros faziam trabalhos com os bairros periféricos. Trabalhava a questão da saúde, a nível de organização dos moradores de bairro e é lógico que isto posteriormente iria ser um trabalho amplo a nível social, político, mas o fundamental era que seria para trabalhar a nível de organização, da saúde pública. (Entrevista 2 - ex-aluna)*

*após formada fui fazer um curso de especialização em Pesquisa e Educação e os textos dados neste curso, a maioria foi dada pelos*

*professores da Psicologia Social. Inclusive na época o pessoal ficou surpreso! Não era normal o aluno ter esse acesso. Mas nós tínhamos acesso a textos bastante profundos e interessantes de autores consagrados. (Entrevista 3 - ex-aluna)*

A aproximação com a classe estudantil pode ser analogamente comparada com a tênue linha do normal-patológico, neurótico-psicótico, normal-louco. Ao mesmo tempo em que existe o desejo de estar junto para estabelecer a diferença, existe o medo de ser confundido, fundido e checado. Professor-aluno ou aluno-professor? “*O que assustou mesmo a Universidade e a administração foi o movimento estudantil*” (entrevista professor 5).

No depoimento deste professor citado acima e no início desta análise sobre a expressão da palavra enganadora na entrevista (misticismo), ele ressalta a conduta de um dos professores do “Grupo dos Oito”, enquanto seu assistente em São Caetano do Sul (local de uma Faculdade onde trabalharam juntos como docentes) “*e que havia à época um consenso entre os professores no sentido de não haver maior aproximação com o corpo discente*” (depoimento do professor 5 no inquérito administrativo).

Desta forma, revela as questões pessoais, ciúmes e rivalidades envolvendo os docentes que tiveram um relacionamento mais estreito em outra organização de ensino, apontando assim para um nível de ressentimentos de um sujeito que regride ao plano psico-familiar.

Elementos jurídicos foram construídos no decorrer do processo: alegações de ilegalidades no concurso da área de Psicologia Social e Comunitária e em relação a uma falta ética de uma das professoras do “Grupo dos Oito”.

Essa falta ética consistiu no tipo de abordagem de pacientes em um trabalho comunitário grupal esbarrando na forma de atuar a psicologia clínica, o qual gerou embates entre as duas áreas, culminando num documento-denúncia assinado por 20 professores que atuavam na clínica psicológica do Departamento de Psicologia.

## Palavras de 1994

Essas palavras com os verbos colocados no presente constituem a análise realizada no período da pesquisa e são importantes para compreensão dos atravessamentos que ainda persistiram, 13 anos após o ocorrido.

As respostas dos entrevistados acerca das repercussões desses conflitos no curso de Psicologia denotam muitos entraves e consequências graves:

*“o departamento nunca conseguiu fazer um curso de especialização”; “resistência criada historicamente”; “extremas dificuldades em reformular o currículo”; “tomar decisões e concretizar propostas”; “na tentativa de reformulação curricular, quando o colegiado propunha retirar disciplinas, havia a maior discussão pois era associado a perder o emprego”; “o grupo que ficou aqui não aceitava nenhuma dominação, nada pronto e também não aceitava a situação de conflito, naquela época a resistência foi explícita, agora é implícita, não se diz não, mas também não se diz sim”; “crise tem repercussão até hoje no curso, no sentido do retorno do recalçado, ou seja, a cada movimento de crescimento, existe um fantasma vigilante, causando impedimentos”; “o grupo continua atuando em nível regressivo, como num jardim de infância, com jogo de sedução, ameaças e fofocas”; “até 89 as reuniões departamentais foram pré-determinadas, a reitoria mandava em tudo;” “podemos até ter aprendido a ficar mais calados e aprendido a trabalhar melhor na surdina porque as coisas continuaram do mesmo jeito, a mesma incompetência pessoal, administrativa e a nível emocional mesmo.” (depoimentos de diversos professores nas entrevistas)*

Independente de cronologicamente tantos anos terem se passado, o episódio dos “oito” continuou a aparecer como um fantasma, não somente fruto do imaginário, mas como algo concreto a ser revisto e elaborado.

A ameaça reinante é uma prova de que o nível regressivo e de ansiedade persecutória, de nível psico-familiar, continuou sendo o modo de funcionamento no curso de Psicologia.

O desejo de perpetuar a estrutura curricular e o medo de perder as disciplinas ainda rege o corpo docente.

Não há dúvidas que tenha existido e que existem relações tanto orgânicas quanto informais entre o que uma entrevistada denomina “*oligopólios da cidade e as autoridades universitárias*” (Entrevista 7 - professora).

Tanto a nível econômico como político e ideológico, existem fortes alianças entre todos os níveis dos quadros universitários e os grupos de poder, de dinheiro, de estrutura governamental e dos prestígios culturais da cidade.

Estas alianças estão veiculadas pelas estruturas de parentesco, ou seja, por vínculos familiares que se mancomunam de infinitas maneiras pelas diversas aristocracias locais e pelas autoridades universitárias e quadros professorais.

*o projeto comunitário começou o trabalho em uma favela na João Naves, que inclusive foi retirada e levada para o bairro Lagoinha e uma boa parte do pessoal ainda se encontra neste bairro. Então na época eles reivindicaram a questão da terra e da moradia que na João Naves era onde passava os trilhos da antiga ferrovia e a prefeitura tinha interesse em retirar a favela dali, basta olhar hoje para aquela região para saber o porquê do interesse. Começamos a fazer um trabalho comunitário relacionado à educação popular: curso de alfabetização segundo a abordagem e metodologia de Paulo Freire, porque o próprio pessoal solicitou o aprendizado da leitura...tinham outros grupos com outras formas de trabalho porque qual era a ideia? Formar grupos nos bairros de atendimento de Psicologia porque a clínica psicológica na época tinha muitas pessoas esperando, como tem hoje... estávamos criando alternativas de atendimento. (Entrevista 2 - ex-aluna)*

*Nós quando chegamos aqui fomos considerados como forasteiros. (Entrevista 1 - professor)*

*o caso não ficou só a nível universitário, estendeu a nível político, estado e a nível federal. Um deputado e uma vereadora posicionaram-se a favor e foi uma luta mesmo dos setores progressistas, de esquerda, com os setores de direita. Teve um caso na universidade de um funcionário que posicionou-se a favor, em público e foi demitido*

*no dia seguinte...na época também o diretor de Centro (Centro de Ciências Humanas e Artes ao qual a Psicologia estava ligada) e o prefeito da cidade lançaram a questão dos forasteiros e este era o grande problema da universidade, pois a maioria dos docentes vinham de outras cidades, então esses líderes diziam que os professores vieram para desestabilizar a vida pacífica da universidade e a política local. (Entrevista 2 - ex-aluna)*

O processo de abertura política não deve ter sido bem aceito nos âmbitos dos proprietários e condutores da vida da cidade e apesar das vitórias e do crescimento dos setores populares, partidos e agrupamentos de esquerda, a unidade orgânica de direita e sua hegemonia seguiram impondo sempre a sua força.

*conversando com um professor num curso de pós-graduação sobre o marxismo dentro da Universidade, fala-se muito, mas não se vive, eles viviam o marxismo... isso foi o pano de fundo... uma coisa é você refletir sobre a teoria do marxismo, outra coisa é você tê-la enquanto prática, porque aí você está confrontando. (Entrevista 3 - ex-aluna)*

Todos os conflitos que vivemos na sociedade são trazidos para dentro da organização, o problema político que a nação brasileira está vivendo, a universidade também está. “*A conclusão no inquérito em letras garrafais, grifadas e em negrito é que eles eram marxistas e não tinham condições morais para serem professores desta instituição*” (entrevista professora 8).

Ainda que o episódio “dos oito” passe por níveis pessoais (rivalidades, intrigas, disputas, competitividade, ciúmes, inveja), emocionais (questões narcísicas, dificuldades de reconhecimento de limitações), científico-disciplinares (carta-denúncia assinada por 20 professores acusando uma professora de falta ética; alegação de problemas no concurso da área de Social e Comunitária), profissionais, ideológicos e de hierarquias universitárias, trata-se de um fenômeno institucional que tem suas causas últimas em interesses políticos e econômicos.



*eu acho que era diferente (sobre trabalhos comunitários) e que incomodava justamente por isso, mas não acho que era maligno ou iatrogênico, de jeito nenhum. Foi maligno e interpretado e sentido por alguns professores, porque eles não se sentiam em condições de assumir seus próprios limites, do saber mesmo. (Entrevista 7 - professora)*

Na leitura de alguns depoimentos do inquérito administrativo, leem-se palavras escritas com caneta ao lado do texto impresso, anastas do processo. São elas: disciplina, manipulação, ideologia, chefe, mistério, ameaça. Palavras significativas e conclusivas!

*O papel da Reitoria e das estruturas de poder da cidade restringiram-se a uma atuação um tanto camufladora em suas reais intenções, e, portanto lembrando as coisas da perversidade, do manipulador de marionetes. Não houve uma intervenção clara porque simplesmente as coisas estavam tomando o rumo que eles queriam. Esta afirmação é confirmada quando nos concursos ocorridos posteriormente à saída dos oito, professores de pensamento semelhante aos oito não ficavam no curso, independente da qualidade excelente das provas. (Entrevista 7 - professora)*

Acusações de perversidade sexual (envolvimento com alunas, sexo grupal, troca de casais) e política apareceram com uma força intensa e o uso de recursos do tipo “caça às bruxas”, “enterro simbólico da coordenadora do curso”, “rede de intrigas”, “inquisição”, “calúnias sexuais”, “armações e armadilhas jurídicas”, “lista de recuperáveis e irrecuperáveis”, “problemas e incompatibilidades pessoais”, “incompetência administrativa”, “departamento era um serpentário” demonstraram o regime de funcionamento incrivelmente familiarista e individualista da organização de ensino (regressão do sujeito político ao plano psicofamiliar).

Apesar de certa importância, esses fatos são considerados mais efeitos do que causas do conflito, ou seja, modalidades que o conflito adota em função do ambiente cultural em que se desenvolve.

O mais operante interesse da época deve ter sido as alianças entre os ricos latifundiários, industriais e comerciantes da cidade, as estruturas

partidárias de direita e centro-direita, as autoridades federais, estaduais e municipais, as hierarquias universitárias e principalmente os desejos e interesses dos professores e profissionais liberais autônomos, posto que trabalhem na condição de docentes e de prestadores de serviços em consultórios privados. O potencial remunerativo do docente é complementado com o aliciamento de alunos que buscam grupos de estudo, supervisões e terapias. É para haver este recrutamento, o professor deve ter prestígio e os alunos devem tender para a escola a que pertencem.

*a alternativa de consultório passou a não ser minha alternativa, eu, a partir deste projeto passei a querer trabalhar somente em Psicologia Social (Entrevista 3 - ex-aluna).*

*eles tinham uma forma de pensar diferente e estavam buscando novas formas de atuação, com uma capacidade de visualização para o futuro, maior do que a maioria das pessoas tinham. Somente agora (1994) a Constituinte da Psicologia do Conselho Federal está discutindo as alterações que eles queriam fazer naquela época, no curso, alterações essas que assustavam muito as pessoas. (Entrevista 7 - professora, a qual também compôs o grupo dos 20 professores que assinou a carta denúncia da falta ética)*

No jogo do lucro, do poder e prestígio, o fator determinante de muito peso é o da carreira acadêmica, profissional e de consultório.

Boa parte da docência tem em seus cargos uma forma assalariada de sobrevivência e ainda que mal remunerados hoje, há certo valor social.

Segundo a compreensão psicanalítica, houve um “ato falho” importante em uma entrevista que expressa essa ideia:

*penso que a saída desses professores trouxe um certo enri... empobrecimento, era eles ou nós, “pensava-se em salvar a pele”, hoje basta colocar a proposta de reforma curricular ou enxugamento de disciplinas que os professores pensam que não perder o emprego. (Entrevista 6 - professora)*

Então, questionar a atuação do psicólogo é sem dúvida questionar a clínica abrindo a perspectiva de demonstrar que os enfoques clínicos em vigência eram ortopédicos e a realidade clamava por formas de intervenções da denominada “enfermidade mental” em formato diferente de compreensão e de operação social.

Denunciava também a dissociação entre a atenção clínica, privada (cara, prolongada, sofisticada, minoritária) e os procedimentos usados no âmbito popular, os quais estão copiados do privado e têm características de um enorme aparato de repressão (internação, hipermedicalização).

A falsa oposição do grupo majoritário da docência intencionalmente jogada no plano ético neste episódio entre psicólogo comunitário *versus* clínica é apenas o indicador de um antagonismo mais radical e profundo que passava (passa) pela discussão do que se entende por transtornos psíquicos e o que fazer para preveni-los e curá-los, esbarrando nos recursos impotentes que dispunham (dispomos).

## **Conclusão e considerações finais**

A história vai se desenhando e quem está dentro do desenho não sabe exatamente como ficará o desenho. Há expectativas e anseios. Passam-se os anos, vê-se o desenho com um pouco mais de nitidez, segundo outros olhares e outras vozes (teóricas e de atores externos).

O “Grupo dos Oito” assim denominado pelos docentes do grupo majoritário que permaneceu na instituição foi parte de uma lista que oscilou, com outros nomes, conforme depoimentos nas entrevistas. Não havia um bloco, um grupo partidário rivalizando com outro, mas professores que fizeram alianças em função de um trabalho multiprofissional e de ideias em comum e que inicialmente (alguns deles) tinham relacionamentos estreitos e íntimos com outros professores do departamento, os quais posteriormente compuseram o grupo majoritário opositor. O delineamento da resistência às mudanças propostas tem como resultado então a constituição de outro grupo

que se coloca na defensiva. Dessa forma, no decorrer do processo de discussões e embates, configuraram-se grupos em oposição.

A pesquisa elencou elementos do contexto sócio-histórico-cultural e político no qual este conflito estava inserido revelando posições bastante acirradas em função da compreensão de ameaça de perdas profissionais e de propostas bastante ousadas da inserção da Psicologia em trabalhos sociais e comunitários, num regime ainda de autoritarismo e policiamento. Por isso, o uso das palavras afastamento/expulsão e a repetição exaustiva da palavra “persecutoriedade” no tópico analítico deste texto, revela o tom violento vivido por todos os atores na Universidade (docentes, discentes, funcionários públicos, lideranças universitárias e políticas) e enfatizam as forças oponentes e resistências mediante a diversidade desses atores e fatos, todos em veemente ação.

Os elementos jurídicos como falta de ética, representatividade ilegal de alunos em reuniões e questões que colocavam em dúvida a legitimidade do concurso para área de Psicologia Social e Comunitária foram usados juntamente com os elementos políticos, econômicos e pessoais. Esses, os principais fatores, aqueles, constituídos como causas simulacras.

O coletivo institucional como um todo faz, então, uma regressão arcaica, utilizando-se de recursos infantis, saídas mágicas e imaginárias para solucionar seus problemas de impotência, como, por exemplo, a imaginária “lista negra” de professores recuperáveis e irrecuperáveis feita pelo corpo discente, elevando extremamente o grau de persecutoriedade.

Em todas as facetas do conflito está presente a regressão ao plano psico-familiar, onde não se puderam pensar as divergências de maneira em que a energia pulsional presente na relação professor-professor, professor-aluno, pudesse ser canalizada para um trabalho institucional economicamente produtivo e criativo. As relações interpessoais passaram a funcionar estritamente em função dos afetos mobilizados, dos pensamentos mágicos e das ansiedades primitivas paranoides. Pensar a organização e a formação do aluno não pressupunha colocar em xeque a competência ou incompetên-

cia da docência, embora tenha sido sentida como tal, mas a forma ortodoxa, enrijecida e ossificada das relações.

A potência recuperada em outro grupo, que é o discente, causou perplexidade e incertezas e foi sentida como ameaçadora do *status quo* do poder da classe docente.

A dominação, a mistificação e a exploração de uma classe por outra, enganosamente, justifica-se pela competência, o que equivale a confundir a diversidade técnica das competências, aptidões e funções com a hierarquização social. Na verdade, diferenças objetivas e reais não podem entrar em relação, em colaboração, chegar a um trabalho em comum e transmissão de saber a não ser quando há reciprocidade das pessoas, o que pressupõe não hierarquização.

No ambiente universitário, que tem um regime de funcionamento incrivelmente individualista e familiarista, a não hierarquização é inconcebível, impossibilitando, portanto, a captura de falas instituintes, discordantes e transformadoras.

A oposição entre Psicologia Social e Comunitária *versus* Psicologia Clínica ao final do tópico relativo à análise da pesquisa trouxe os verbos no passado e no presente, no sentido de uma provocação ainda muito atualizada dessa problemática no campo de formação do psicólogo.

Dizer a história da Psicologia é estimular a memória, elaborar os “nãos-ditos” paralisantes institucionais, produzindo sentidos, pois sem memória não há consciência, sem memória não há crescimento, sem memória não há sabedoria!

“O Grupo dos Oito” é composto por pessoas cujos nomes carregam histórias, famílias, memórias, dores e traumas!

Em 1995 ganharam a causa e foram anistiados com direito a retornarem a seus cargos, se assim o desejassem.

## Referências

Baremlitt, G. F. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Lapassade, G. (1989). *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Lara, T. A. (1991). *A Filosofia Ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Mendel, G. (1973). *Sociopsicanálise 2*. Buenos Aires: Amorrortu.

Vieira, E. (1989). *A República Brasileira 1964 1984*. São Paulo: Moderna.

## VII

# **Autoritarismos e enfrentamentos:** a luta é para uma vida inteira (e além)

*Maristela de Souza Pereira*

*Filha do medo, a raiva é mãe da covardia*

Chico Buarque – As Caravanas

Os eventos relacionados à expulsão dos oito docentes do curso de Psicologia da UFU ocorreram dez anos antes do meu ingresso como discente na instituição. Durante a graduação, era uma história que corria a boca pequena, repassada oralmente pelos próprios alunos, jamais abordada em sala de aula. No entanto, sabia que Sérgio Kodato, que foi padrinho da minha turma, estava analisando esse episódio em seu doutorado, tendo defendido sua tese em 1996, ano da minha formatura. Muitos anos mais tarde, quando recém contratada como professora efetiva (fui professora substituta anteriormente), tive contato mais de perto com essa história, meio que por acaso. Havia

sido convidada por Ana Jacó para escrever um verbete sobre o curso de Psicologia da UFU, para o dicionário de instituições de Psicologia, que ela estava organizando. Nas minhas pesquisas, esse evento não era mencionado em nenhum documento oficial. No entanto, ao entrevistar uma das fundadoras do curso, o assunto apareceu e a reação foi imediata: ela pegou o gravador sobre a mesa e o desligou. A tensão era palpável. Procurei então conversar com docentes mais antigos do curso, para obter mais informações, e num certo momento fui puxada para dentro de uma sala por um colega que, preocupado, me disse “*Você está louca de remexer nessa história? Você está no laboratório!*”. Fiquei um tanto assustada com as reações que se apresentaram e decidi não incluir essa informação no verbete, apesar dos apelos de Ana Jacó. Acabei assim também contribuindo para o silenciamento e ocultamento da história e isso me incomodou por muito tempo. Esse livro, e o evento do qual ele se originou, são frutos desse desconforto.

O evento, ocorrido no final de 2018, e que dá título a essa obra, trata explicitamente da ditadura e dos processos de violência a ela associados. Frequentemente a ditadura é caracterizada como um tipo de governo de exceção, todavia podemos nos perguntar se o termo “estado de exceção” não designa também um fenômeno que tem estendido seus tentáculos em direção às formas de governo ditas democráticas. Assim, o presente capítulo se propõe a refletir sobre a noção de democracia, tecendo considerações em especial sobre o cenário brasileiro e sobre a inserção da Psicologia nesse contexto<sup>1</sup>. Para tanto, serão tomados aspectos históricos e contemporâneos, em um bordejar entre os eventos relacionados à expulsão dos oito professores da UFU no início da década de 1980 e a atualidade que vivenciamos, pois, como nos mostra Sueli Terezinha Ferrero Martin na presente obra, a arbitrariedade contra quem se mostra crítico aos autoritarismos não se circunscreve apenas àquele episódio. Por fim, busca-se discutir possibilidades de enfrentamento em relação às forças

.....  
1 Agradeço Nilson Berenchein Netto pela leitura cuidadosa do texto e pelo debate das ideias e conceitos, mesmo que por vezes divergentes entre nós (principalmente por isso!).



antidemocráticas, inclusive aquelas que podem ser promovidas pelo nosso fazer profissional<sup>2</sup>.

## **Estado de Exceção e Democracia**

Inicialmente, cabe refletir sobre a noção de Estado e traçar algumas linhas que demarcam esse conceito. Se buscarmos esse termo no dicionário, encontraremos a seguinte definição, na acepção que aqui nos interessa: “organismo político administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por um governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.” (Ferreira, 1988, p.273).

De acordo com essa definição, o Estado ocupa um território definido, e não deve ser confundido com o governo. No entanto, ele é dirigido por um governo. Temos aqui elementos importantes a considerar. Se o Estado não é o mesmo que governo, mas é governado por esse, significa que o governo, não só a pessoa que governa, mas o grupo de interesses que ele representa, produzirá efeitos sobre o Estado. Observamos ainda que nessa definição não há menção à democracia, do que depreendemos que o Estado pode ser democrático ou não, pode ser um Estado ditatorial, de sorte que tal conformação se dará a partir do governo que em um determinado momento está no poder. Portanto, há uma relação estreita entre o Estado e o governo que o dirige, em que esse irá moldar sensivelmente a configuração daquele, não apenas exteriormente, mas também em suas relações internas.

Vemos então que o Estado designa o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação, organizado política, social e juridicamente através de um conjunto de prescrições a serem seguidas, cuja lei máxima normalmente é uma constituição escrita. Todavia, as instituições que compõem o Estado não sofrem passivamente

.....  
2 Alguns elementos do presente texto foram apresentados pela autora na Conferência de Abertura do X COREP (Congresso Regional de Psicologia) no dia 05 de abril de 2019 em Jaboticatubas/MG, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.

os efeitos do governo, não é uma relação unilateral. Elas também exercem influência sobre esse, como de resto também influenciam a sociedade, o conjunto dos cidadãos circunscritos a esse Estado. Um aspecto curioso da definição apresentada acima é que ela menciona os aspectos políticos, sociais e jurídicos que organizam o funcionamento do Estado e prescrevem as condutas de seus componentes, ou seja, seus cidadãos. Não há menção explícita aos aspectos econômicos. Entretanto, são esses os que efetivamente dirigem os outros três, e que de fato conduzem as decisões tomadas no âmbito das instituições, do Estado enquanto seu conjunto organizado, e do próprio governo, inclusive no que tange à escolha deste. Em outras palavras, são os interesses econômicos que determinam a composição do governo e as ações desse sobre o Estado e sobre sua população.

Essa constatação não constitui uma novidade, pois desde Marx sabe-se que as relações materiais produzem as relações simbólicas e são retroalimentadas por essas. Então, conforme o modo de produção econômico vigente, teremos as formações sociais correspondentes a ele, sendo a forma Estado característica do modo de produção que vivenciamos há três séculos: o capitalismo. Não cabe analisar aqui seu percurso completo, mas sabemos que esse modo de produção passou por diferentes estágios, sendo sua face mais atual aquela conhecida como neoliberalismo. Também sabemos que o capitalismo não é só um modo de produção de mercadorias, mas, fundamentalmente, um modo de produção da existência, com a finalidade última de reproduzir a si próprio. Seguindo essa lógica, o neoliberalismo constitui-se como uma racionalidade, que estrutura tanto a ação dos governantes, como a conduta dos governados e produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades (Dardot & Laval, 2016).

O princípio fundamental do neoliberalismo é a concorrência generalizada, sendo a empresa tomada como modelo de subjetivação, sob a égide da sacralização do mercado. A globalização e a complexificação dos processos de trabalho, amplificada pela emergência de novas tecnologias, são facetas desse fenômeno. Disso resulta que, hoje, o Estado se torna

uma cadeia difusa de interesses não claramente identificáveis, subjuga-dos pelos interesses do capital transnacional financeirizado. Refutam-se assim as análises simplistas que tendem a caracterizar o neoliberalismo em termos da retirada do Estado com vistas ao funcionamento do livre mercado. Ao contrário, o mercado sempre foi amparado pelo Estado e se constitui como seu real mandatário. Nesse cenário, no qual o mercado torna-se o sujeito de fato do Estado, aquele que deve ser protegido e ter seus desejos e caprichos atendidos, ocorre um “rebaixamento brutal do valor ontológico individual, em particular na periferia do mundo desenvolvido” (Herrmann, 2006, p. 7).

Minha premissa é então que, ao nos referimos ao estado de exceção, o que estamos constatando é essa inversão, onde os cidadãos deixam de ser sujeitos de direitos, dado que o sujeito se constitui como o mercado, o qual dispõe dos cidadãos como força de trabalho e como meio de consumo. Desse modo, em acordo com Agamben (2004), compreende-se que o estado de exceção não se caracteriza necessariamente por um governo ditatorial e que sequer é uma criação da tradição absolutista, mas sim da própria tradição nomeada como democrática. Dito de outro modo, o estado de exceção tornou-se a regra (Agamben, 2004; Benjamin, 1994).

Evidentemente que há diferenças a serem consideradas. Nas ditaduras há uma suspensão brusca dos direitos. Se voltarmos no ano de 1981, enquanto ainda vigorava a ditadura civil-militar-empresarial no Brasil, e mais especificamente nos concentrarmos na expulsão dos oito professores de Psicologia da UFU, vemos que o processo institucional jurídico instaurado não respeitou os direitos básicos que deveriam ter sido assegurados a tais professores, ali considerados na categoria de réus: os mesmos não tiveram acesso ao teor da denúncia e ao conteúdo do processo e não puderam sequer se defender adequadamente, tal qual apontam Kodato (1996), bem como Hélvia Perfeito, Maria de Fátima José-Silva e Mauricio Requião, na presente obra.

Por outro lado, quando não há uma ditadura formalmente instaurada, isso não significa que os direitos serão automaticamente

respeitados. Ainda de acordo com Agamben (2004), enquanto a ditadura se caracteriza por uma plenitude de poderes, o estado de exceção se traduz por “um vazio e uma interrupção do direito”. Nesse caso, ainda que se preservem formalmente as instituições, essas se tornam meros simulacros, atuando como fantoches em processos nos quais os direitos não são garantidos e as normas são subvertidas para atingir antecipadamente certos fins. Exemplos cristalinos são o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o impedimento da candidatura de Lula em 2018 em decorrência da sua prisão pela Operação Lava Jato. Vemos esse processo potencializado e permeando nosso cotidiano de forma ainda mais intensificada após a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, que embora mantenha as instituições “funcionando”, as esvazia completamente, ao deslocar as discussões políticas constantemente para o âmbito moral, ao dizer uma coisa e fazer outra, e ao quebrar sistematicamente o decoro por palavras e por ações, sem que nada disso produza efeitos no âmbito jurídico.

Seguindo essa linha de pensamento, devemos questionar profundamente o que até aqui havíamos entendido como democracia, vista essencialmente como uma forma de governo e, nesse sentido, como oposta à ditadura. Novamente voltamos a Marx, que já apontava que a democracia formal é apenas uma máscara por trás da qual e através de cujos instrumentos se exerce o poder da classe burguesa, com discutido por Rancière (2014).

A democracia costuma ser definida pela liberdade de imprensa, de expressão e de associação, bem como pela existência de eleições livres. Todavia, cabe questionar a pertinência desses pressupostos nos sistemas democráticos que temos presenciado, posto que todas essas liberdades foram substituídas por uma única liberdade: a liberdade de consumo (Rancière, 2014). Ainda para esse autor, também não vale a máxima de que a democracia significa o governo em que o povo exerce a soberania, em que as decisões são tomadas pela maioria. “Sendo assim, a palavra democracia não designa propriamente nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo. A sociedade ‘democrática’ é apenas uma

pintura fantasiosa” (Rancière, 2014, p. 68) organizada pelo jogo das oligarquias, onde os governos se exercem da minoria sobre a maioria. Comprovamos assim as teses de Dardot e Laval (2016) acerca do papel do Estado no neoliberalismo, também evidenciado por Rancière (2014) ao discutir a questão da democracia: “as propriedades que eram atribuídas ao totalitarismo, concebido como um Estado que devora a sociedade, tornaram-se simplesmente as propriedades da democracia, concebida como uma sociedade que devora o Estado.” (p. 22).

Façamos um novo recuo no tempo. Conforme amplamente discutido no evento e também demonstrado no documentário ali exibido<sup>3</sup>, a oligarquia local de Uberlândia se movimentou nos bastidores para que os “forasteiros”<sup>4</sup> e suas ideias revolucionárias fossem banidos para bem longe. Lembremo-nos que o curso de Psicologia, criado em 1975 e iniciado efetivamente em 1976, havia sido fundado pelas irmãs missionárias de Jesus Crucificado (Pereira, 2011) a partir de uma demanda da classe mais abastada da cidade para que suas filhas tivessem uma formação que favorecesse a criação dos filhos e seu papel de esposas, enquanto essas aguardavam pelo casamento. Em companhia de Becker (1999), lembramos que para se compreender uma universidade, há que se conhecer sua história, o caráter da cidade que a acolhe, as características relacionais e de classe da região. Isso se mostra muito verdadeiro aqui.

Do mesmo modo, não nos esqueçamos de que o fim da ditadura no Brasil não se deu por um levante popular, por uma revolução, mas por uma solução acordada e costurada pelas elites com os militares e políticos que exerciam seus mandatos naquele momento histórico. Voltando novamente à atualidade, temos um Congresso eleito pela “maioria”, mas cuja atuação trabalha pela retirada de direitos básicos da população, como ocorreu nas ditas “reformas” trabalhista e da

.....  
3 “Delírios da ordem, fantasmas do progresso” do diretor Vilmar Martins, no qual é apresentado um suposto foco de guerrilha em Uberlândia durante a ditadura e como esse foi desbaratado.

4 Forma pejorativa como eram referidos os professores expulsos.

previdência, tem total sintonia com a classe dominante e rentista do país (e também com os interesses do capitalismo internacional, deve-se registrar). Temos que as falas que exaltam uma pretensa igualdade ou então apelam para a justiça ou para a perda de privilégios, na verdade, compõem uma grande farsa, apontada por Gros (2018) como “o interesse do mais forte travestido de interesse comum” (p. 202).

A Psicologia, enquanto ciência e campo de práticas (sabendo-se que ambas esferas não são dissociadas entre si), não está isenta de participar desse processo. Como denuncia Bock (2003), a Psicologia desenvolveu-se historicamente comprometida com as elites, ancorada em uma perspectiva de naturalização do ser humano e de seu desenvolvimento psíquico. Nos primórdios do curso de Psicologia da UFU o primeiro laboratório inaugurado foi o de Psicologia Experimental e os estágios profissionalizantes ofertados eram na modalidade clínica (Pereira, 2011), o que condiz com o cenário delineado por Bock (2003). Essa autora questiona as teorias psicológicas que desvinculavam as problemáticas do sujeito do seu contexto social e as práticas elitistas, tradicionalmente voltadas ao atendimento das camadas mais abastadas da população, que tinham condições de pagar pelos serviços na clínica privada, ou então práticas assistencialistas, destinadas àqueles que se situavam no outro extremo dos extratos econômico-sociais. Ao serem contratados professores para a graduação recém-inaugurada em Uberlândia, foi necessário buscá-los em outros estados, já que o curso de Psicologia da UFU foi um dos primeiros de Minas Gerais (Pereira, 2011). Dentre os docentes posteriormente expulsos, muitos ofereciam não somente uma bagagem teórica sólida, mas também uma atuação prática que se alinhava às perspectivas mais críticas da Psicologia, calcadas na realidade e ensejando em alguma medida a problematização dessa. Tais docentes foram então acusados de serem comunistas, termo que imputava ao seu alvo falhas morais de toda espécie. Uma formação marxista, ou meramente discutir o marxismo, era identificado como comunismo, visto como um mal, algo diabólico, satânico até. Há que se ressaltar ainda que nem todos os docentes expulsos adotavam teorias marxistas em suas disciplinas. No

entanto, essa alcunha servia a um propósito, de ataque e estigmatização. É espantoso como ainda hoje, em pleno 2020, comunismo ainda seja um termo usado para desqualificar qualquer coisa (ou pessoa) e também tomado recorrentemente como ameaça, como risco iminente, mesmo após a derrocada das experiências socialistas (esfacelamento da União Soviética, fim da Alemanha Oriental, ascensão do capitalismo de estado na China, neutralização de Cuba pelo bloqueio dos Estados Unidos). Fossem comunistas ou não (no sentido correto do termo), as teorias discutidas por aqueles docentes e as práticas implementadas por alguns deles poderiam ser consideradas contra-hegemônicas, o que bastou para açular os conservadores contra eles. Se voltarmos aos dias de hoje, a rede de disseminação de *fake news* de cunho “anticomunista” e “antiesquerdista” escancara o óbvio: as elites não toleram que a população seja esclarecida sobre as fontes de sua opressão. Daí os constantes ataques a Paulo Freire e seu legado. Daí também a busca de deslocamento da fonte dos seus males reais para o “perigo do comunismo”.

Em tempos de pós-verdade, são construídos argumentos que sustentam uma dada visão de mundo, e não o contrário, a construção de uma compreensão do mundo a partir do conhecimento obtido cientificamente ou das reflexões filosóficas e lógicas sobre esse. Essa inversão operava também no processo que levou à expulsão dos oito professores. Esses eram vistos como perigosos, e criavam-se então argumentos que visavam a comprovar sua inadequação. Assim, anos atrás, na entrevista já mencionada, quando falamos sobre o episódio de expulsão dos oito, ouvi da entrevistada que eles não obedeciam a horários, não desempenhavam as atividades a contento e não cumpriam com as responsabilidades docentes. No entanto, nenhum desses elementos foram os disparadores do processo ou mencionados na sentença, conforme se pode ver na documentação compilada por Kodato (1996) e também no extrato da conclusão do inquérito apresentada por Mauricio Requião em seu capítulo.

Já apontamos que no Brasil, como na grande maioria dos países, o Estado tem atuado historicamente com vistas à preservação das

formas sociais básicas do capitalismo. Essa atuação por vezes significou algumas concessões à força de trabalho, com o intuito de ampliação do consumo. Todavia, no momento atual, o que assistimos é um ataque truculento aos direitos conquistados e à busca de uma supressão radical daqueles que poderiam vir a ser alcançados pela população, especialmente em suas camadas populares e pelos grupos tradicionalmente oprimidos (mulheres, negros, indígenas, gays, migrantes etc.). Como Analisa Badiou (2018), o capitalismo está adentrando em uma nova fase, ainda mais violenta e desumana, que busca aprofundar as desigualdades já abissais, utiliza sistematicamente a violação de direitos e naturaliza as injustiças. Agamben (2014) se mostra de acordo com essa perspectiva e aponta que o estado de exceção atingiu seu máximo desdobramento planetário.

Nesse processo, o capitalismo financeirizado precisa de governos que façam o Estado e a população se dobrarem a essas investidas bárbaras contra si próprios. Necessita de governos tiranos, ou, como traduz Rolnik (2018), necessita de subjetividades rudes no poder. Nas palavras de Badiou (2018), verifica-se na atualidade uma ocupação dos governos por “personalidades patológicas, que representam os interesses financeiros mais violentos e que têm como programas reformas brutais de destruição de conquistas sociais, de racismo renovado e de hostilidade aos estrangeiros” (p.50). Qualquer semelhança com o que ocorre aqui no Brasil não é mera coincidência. Há que se destacar que isso não significa simplificar e estereotipar a questão, endossando a visão de que tais sujeitos são loucos. Sabidamente eles representam um interesse claramente colocado e usam tal aparência de “loucura” como método e como estratégia para não prestar contas de seus atos. Todavia, é inegável que se mostram insensíveis, possuem características autoritárias, agem com crueldade e não se importam de defender (e praticar) atos violentos e até genocidas.

Certamente não é a primeira vez que isso ocorre. Tivemos a produção de governos ditatoriais militarizados e violentos através de golpes de Estado em diversos países do cone sul-americano, com o



propósito de atender aos interesses neoliberais. Ocorre que, agora, as novas configurações do regime autoritário não necessitam mais do uso da força militar em seus golpes de Estado (Rolnik, 2018). Paradoxalmente, é a população que tem escolhido governos com essas características, os quais possuem uma ânsia de exterminar todos aqueles que não são idênticos a si próprios. Isso ocorre em meio ao que a autora denomina como um surto conservador, o qual tem como alvo desde a cultura no sentido mais amplo, envolvendo as práticas artísticas, educacionais, terapêuticas e religiosas de matriz não cristã, e chegando aos modos de existência que refutam as categorias dominantes, machistas, heteronormativas, racistas, classistas e xenofóbicas.

Podemos ponderar que não se trata necessariamente de um “surto”, posto que a elite lança mão de medidas repressoras e violentas sempre que sente sua hegemonia ameaçada, e tampouco é meramente conservador, o termo mais oportuno seria reacionário. Todavia, esse movimento tem sido o sustentáculo de uma perigosa polarização, que ameaça promover um rompimento do tecido social, pela criação de um inimigo dentro da própria sociedade. Esse inimigo difuso é representado pelas alas progressistas, pelas minorias, pelos pobres, pretos, pelos gays, pelas mulheres emancipadas, agrupados nas mentalidades ultraconservadoras como uma horda do mal a ser exterminada. Trata-se da conhecida estratégia “dividir para conquistar”. Ao serem colocados uns contra os outros, perde-se a possibilidade dos sujeitos solidarizarem-se entre si na luta contra a opressão, na busca de direitos e de uma vida digna. Ao se colocar no outro o inimigo a ser combatido, oculta-se a origem da exploração que está no âmago desse sistema déspota e injusto que nos governa a todos.

Como aponta Teles, “cria-se de um lado o ‘cidadão de bem’ trabalhador (ou proprietário) e ordeiro, e de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem” (2018, p. 71). A esses é imposta a força da norma, são alvos de um processo de patologização, sendo a lógica subjacente

a da cura, da eliminação, ou ao menos da sua anulação. (Teles, 2018). Trata-se da construção de um processo de subjetivação pelo ódio, da propagação do ódio como modo de sociabilidade. Nesse mecanismo, a luta de classes apresenta uma nova característica. Não se trata mais de uma luta de baixo para cima, mas, ao contrário, imposta de cima para baixo (Gallino, 2012), caracterizada pelo ódio dos de cima sobre qualquer possibilidade de igualdade com os de baixo. Infelizmente, o fundamentalismo religioso tem contribuído fortemente nesse processo, ao fabricar um olhar sobre o mundo que não se reconhece como um olhar, mas entende-se como uma verdade absoluta, incontestável e universal, tal qual discute Vieira (2018). Ainda de acordo com esse autor, temos assistido um passo além, representado pelo extremismo religioso, que se mostra com uma disposição consciente para interferir diretamente no Estado para a imposição de sua doutrina e até para atitudes de violência em prol de seu projeto de poder.

Claro que esse mecanismo de criação de um inimigo a ser combatido não é hodierno e podemos identificá-lo em diversos outros momentos da história. Retornando ao caso aqui considerado, Kodato (1996) já analisava esse mecanismo operando na base do processo através do qual os oito professores foram convertidos primeiramente em fonte de medo para os colegas da instituição, por conta de sua formação, melhor preparo acadêmico e atuação prática sustentada, e se tornaram na sequência depositários da raiva daqueles, sofrendo uma perseguição implacável que visava ao seu expurgo. Foram assim identificados como um “grupo” perigoso, que devia não somente ser combatido e neutralizado, mas exterminado. Grupo esse que nunca existiu, como vemos nos capítulos de Mauricio Requião e Helvia Perfeito, publicados nessa obra. No entanto, no imaginário do grupo realmente existente (aquele que se articulou para expeli-los da universidade e da cidade), aquele se converteu no alvo de toda sorte de projeções, inclusive de cunho sexual. Já estava presente ali o sentimento de eliminação dos “maus” cidadãos pelos “bons cidadãos”. Há que se registrar que existiram aqueles que se sentiram ameaçados e se articularam com o grupo maior, para não

correrem o risco de serem também perseguidos, como Maria de Fátima José-Silva aponta. Por fim, não podemos deixar de mencionar um terceiro grupo, composto por aqueles que se arvoram em uma suposta neutralidade, ainda que sabidamente essa comporte sempre uma escolha, a da cumplicidade passiva (Gros, 2018). Nesse caso específico, aqueles que não atuaram ativamente pela expulsão dos professores, mas se calaram, por temerem serem os próximos a entrarem na lista, os chamados “muristas” (Kodato, 1996). Na atualidade brasileira, são representados por aqueles que anularam seu voto, equiparando o PT a Bolsonaro, e ajudaram assim a eleger este último e a criar o cenário apocalíptico que agora vivenciamos.

Ocorre que um grande contingente de seus eleitores também têm sido prejudicados pelas políticas implementadas por esse governo, ainda que nem sempre consigam estabelecer essa relação. Nesse sentido, um aspecto que chama a atenção na história da expulsão dos oito docentes é como de certo modo ela resultou em uma situação incômoda também para os demais docentes, dado que foi nomeado um interventor para o então Departamento de Psicologia, configurando-se um momento de grande tensão e temor para todos ali, pois estavam evidentemente sendo vigiados. Assim, há que se analisar a adesão das pessoas a discursos e projetos que claramente as prejudicam, o que tem se mostrado de forma contundente na atualidade.

No momento em que finalizo este texto, em 2020, penso que foi dado um passo além em direção a essa constituição de um inimigo a ser aniquilado. Agamben (2014) nos fala que o totalitarismo moderno é definido pelo permanente estado de exceção que se coloca como uma guerra civil legal, a qual permite a eliminação física não somente dos adversários políticos, “mas de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.” (p. 13). Vemos isso acontecer diante dos nossos olhos durante a pandemia da COVID-19, com a adoção de medidas pelo governo brasileiro (e outros) que atingem de forma ainda mais brutal aqueles sujeitos que já se encontram em situação de vulnerabilidade extrema. É a implantação

sem disfarces da necropolítica, que busca a eliminação das massas que não são absorvidas pelo processo de produção. Como mostra Achile Mbembe (2016), quando o sistema não tem mais interesse em certos grupos de pessoas, ou quando considera que essas não possuem mais utilidade, podem ser descartadas, ou melhor, destruídas. Na visão desse autor, passa-se da biopolítica, que buscava ajustar a produção da vida e das subjetividades à forma de produção social capitalista, para uma política de produção de morte em larga escala, de destruição máxima de pessoas, uma necropolítica.

Cabe aqui questionar: como fazemos frente a isso? Se não há distinção entre a regra e a exceção, como podemos denunciar os excessos? Se estamos sob um estado de exceção permanente, quais os enfrentamentos factíveis?

## **Pensar e ativar resistências**

Tenho feito um exercício em alguns escritos, de pensar formas de enfrentamento e luta diante das problemáticas apontadas, como por exemplo em Pereira (2019). Obviamente que não se trata de apontar caminhos ou de fornecer respostas, mas de buscar, na companhia de autores que também discutem essas questões, tecer reflexões sobre modos de resistência possíveis.

Gros (2018) nos lembra que se a submissão de uns a outros é uma relação de forças que é histórica, essa é portanto reversível, e Agamben (2014) pondera que, se não há um vínculo *a priori* entre violência e direito, é possível deter a máquina letal produzida a partir da captura do sistema jurídico-político pelo estado de exceção. Um primeiro passo para isso é mostrar a ficção central que sustenta essa relação, ou seja, descortinar as ideologias que sustentam a relação de exploração de poucos sobre muitos. Esse processo de denúncia foi uma das ações adotadas quando da expulsão dos docentes. Como resultado, houve uma grande repercussão na mídia e esses receberam o apoio de um sem número de entidades e associações, tal qual relatado por Maria

de Fátima José-Silva em seu capítulo. As vítimas também ingressaram na justiça com uma ação que, ao fim, teve julgamento favorável a eles, sendo sua anistia publicada no *Diário Oficial da União* em 30 de outubro de 1995 (DOU, 1995).

Ainda de acordo com Agamben (2004), uma ação verdadeiramente política é aquela que corta o nexo entre violência e direito. Por vezes, esse corte pode se dar pela contestação, pela não aceitação dos sujeitos, não só os envolvidos, mas também os expectadores. De acordo com Gros (2018), a desobediência é também uma forma de resistência. Nesse sentido, podemos apontar a greve dos alunos, mencionada por Luiz Carlos Avelino da Silva na presente obra, estudante naquela época, como um movimento tanto de denúncia quanto de desobediência e contestação da decisão institucional.

No entanto, uma exigência para que possamos denunciar ou desobedecer aos processos opressores e violentos que incidem sobre nós e sobre os demais é termos consciência dessa violência e de sua arbitrariedade. Nos tempos que correm, de legitimação da exploração, de banalização da violência, de exaltação do autoritarismo e de adoção deliberada de medidas letais dos governantes contra a população, uma ação primordial é barrar o revisionismo histórico que tem sido levado a cabo por segmentos da elite e da ala militar do governo e que tem sido reproduzido por fanáticos e defensores da ditadura. Há que se fazer frente e desmontar essa narrativa que está sendo construída e disseminada massivamente pelos veículos de comunicação instantânea e redes sociais, atingindo essencialmente as camadas mais desinformadas e alienadas da população.

Trata-se de resgatar a história e auxiliar os sujeitos a compreenderem como essa incide sobre nosso presente, pois, como salienta Herrmann (2006), “onde não há memória, não há passado propriamente dito”. Significa conhecer os processos históricos e políticos em curso e os grandes consensos entre os segmentos da elite dominante que ajudaram a cunhar uma situação de perpetuação das hierarquias e geradora de opressão. Implica entendermos que os grandes marcos

da nossa história como país não promoveram mudanças nas relações sociais e econômicas: a proclamação da independência não pôs fim às relações coloniais, o fim da escravidão não promoveu a igualdade efetiva entre brancos e negros, o término oficial da ditadura não inaugurou uma era de democracia plena.

Trata-se assim de defender a democracia, não esse simulacro que vivenciamos, mas enquanto movimento que desloca continuamente os limites do público e do privado, do político e do social, como ação dos sujeitos que reconfiguram as noções do universal e do particular, como propõe Rancière (2014). Para isso, precisamos resgatar o sentido e o propósito da democracia, que “não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida” (Rancière, 2014, p. 121).

Assim, a democracia pressupõe o enfrentamento permanente da lógica do capital, tanto em relação à desigualdade material quanto na dinâmica de privatização do mundo, de mercantilização da vida, monetização das relações e competição generalizada entre as pessoas (Miguel, 2019).

Por isso é necessário defender a democracia do ódio que tem sido devotado a ela. Para uma parte da população, esse ódio é devido à confusão do termo, já que o que tem sido apresentado a eles como democracia na verdade é o seu oposto, como já discutido. Para outra parte, aquela dominante, composta pelas elites, esse ódio tem um objeto mais preciso: ele visa à intolerável condição igualitária que sustenta as relações verdadeiramente democráticas.

Em resumo, resistir é criar recursos técnicos, sociais, criativos e transformadores em direção a uma sociedade em que os interesses de poucos não exijam a desumanização de todos (Martín-Baró, 1996). No campo da Psicologia, resistir também é respeitar e promover o pluralismo teórico e a diversificação das nossas práticas, para que essas possam alcançar aqueles segmentos que tradicionalmente não são cobertos pelas políticas públicas, como moradores de assentamentos rurais, quilombolas, população

de rua, indígenas, vítimas da violência de estado. É trabalhar em prol das políticas públicas e junto aos movimentos sociais, aos movimentos de mulheres, de luta por moradia, da luta antimanicomial, de igualdade racial e LGBTQIA+, atuando de modo a viabilizar que esses grupos e os sujeitos que os compõem possam exercer o controle sobre sua própria existência. É ainda estar atentos para não reproduzirmos modelos opressivos no interior dos serviços oferecidos à população ou no acesso dessa aos mesmos, bem como no tipo de relação que estabelecemos com os sujeitos para os quais prestamos nosso trabalho.

Nesse esforço, há que se operar uma distinção fundamental junto aos viventes do nosso mundo contemporâneo: a diferenciação entre o político e a política. Essa última tem sido rechaçada por grandes contingentes de pessoas, mas nesse processo acaba-se contaminando toda a noção, fundamental para pensarmos as relações sociais. Conforme discutem Dardot e Laval (2017), a partir de Castoriadis, a política abrange as atividades ligadas às instituições da sociedade, enquanto o político refere-se à dimensão do poder explícito, presente em todas as sociedades. Nesse sentido, cabe elucidarmos os processos de difusão e sustentação do poder de poucos sobre muitos e atuar visando à transformação das instituições com o intuito de promover a erradicação da desigualdade e da criação de novas formas de relações sociais e produtivas, não mais baseadas na exploração, na opressão e competição.

Há então que emprendermos um esforço conjunto em direção à proposição de um novo mundo, através de uma práxis instituinte emancipadora que faça do comum, em oposição ao privado, uma nova significação fundante do imaginário social (Dardot & Laval, 2017). Para tanto, devemos adotar a ação coletiva como um mecanismo primordial, visando à transmutação da noção atomística do eu em direção ao nós, dado que “a invenção de novas formas de vida somente poderá ser uma invenção coletiva, devida à multiplicação e à intensificação das contracondutas de cooperação.” (Dardot & Laval, 2016, p. 401).

Uma posição mais radical é apresentada por Benjamin (1994), para quem devemos combater o estado de exceção criando um outro estado

de exceção, ou seja, através de uma revolução, pois, para esse autor, só há transformação na ruptura. Segundo a tradição marxista, isso significa que somente poderemos vivenciar um novo mundo quando o capitalismo for superado. Isso significará, conseqüentemente, o banimento do Estado, dado que essa forma necessariamente está atrelada aos interesses do capital, sendo então necessário inventar outras formas de autogoverno. Somente assim poder-se-ia efetivamente existir uma democracia.

Embora discorde das posições de Agamben em relação à sua visão sobre a pandemia da COVID-19 e suas críticas sobre as medidas que têm sido utilizadas para conter seu avanço<sup>5</sup>, considero pertinente sua análise anterior, de que nos períodos de anomia e crise, nos quais ocorre um desmoronamento das estruturas sociais e uma falência dos papéis e funções tradicionais, ocorre uma suspensão das relações instituídas, sendo possível uma alteração dos comportamentos culturalmente condicionados (Agamben, 2004). Nessa linha, Latour (2020) tem apontado que essa pandemia pode se converter em um ponto de transformação social, de criação de novas modalidades de relação entre os sujeitos e desses com o mundo. Para isso, o primeiro passo seria um rechaço veemente às tentativas, que já pululam, de estabelecer ações para retorno ao ponto de antes da crise, principalmente em termos econômicos e produtivos. Já Rancière (2020) lembra que não se pode deixar para “o depois” as ações para repensar e transformar nossos modos de vida e nossa relação com a natureza, pois “um futuro só se constrói na dinâmica de um presente” (s/p).

Resistir, portanto, pode ser compreendido como conscientização, como indignação com a desigualdade, e como ação coletiva em direção a uma transformação social. Resistir requer que nos mobilizemos como cidadãos e como categoria para lutarmos contra esse quadro de degradação geral da vida, da perda de garantias, de desrespeitos flagrantes à Constituição, de patologização e marginalização dos mais vulneráveis.

.....  
5 Agamben tem defendido que a pandemia é uma invenção para se restringir as liberdades e promover maior controle sobre as pessoas, de modo a se manter o estado de exceção como paradigma de governo.



Resistir é debater, é argumentar, é promover o diálogo, é trabalhar pela erradicação do obscurantismo e contribuir para o acesso dos demais à informação qualificada, de modo a revertermos a tendência que tem se generalizado de que não são necessários argumentos, basta convicção (“minha ignorância é tão boa quanto seu conhecimento”).

A resistência também deve ser pensada no âmbito da nossa formação acadêmica e da nossa atuação profissional. Enquanto docentes, nosso esforço educativo deve ser também dirigido para a formação de sujeitos, e não apenas de profissionais. Assim, entendo que o resgate da história da expulsão dos oito professores do Instituto de Psicologia da UFU é fundamental para compreendermos a história do próprio curso e das relações que ainda são (re)produzidas no interior desse, tanto entre os docentes, como desses com os discentes. Do mesmo modo, é necessário que os alunos e alunas conheçam essa história e possam assim compreender as configurações atuais do currículo que lhes é ofertado, e que incidirá diretamente sobre sua formação como psicólogos. Nesse sentido, tanto a realização do evento quanto a produção desse livro são também atos de resistência.

## Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo. (Coleção Estado de Sítio)
- Badiou, A. (2018). Entrevista. *Carta Capital*, 1017, 48-51. Recuperado de <https://www.facebook.com/CartaCapital/posts/2149352461752823/>
- Becker, H. (1999). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In *Psicologia e o Compromisso Social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dardot, P. & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- DOU. (30 out.,1995). *Diário Oficial da União*, 208, Seção 2, 8270. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1438744/pg-1-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-1995>
- Ferreira, A. B. H. (1988). *Dicionário Aurélio Básico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Gallino, L. (2012). *La lotta di classe dopo la lotta di classe*. Roma: Editori Laterza.
- Gros, F. (2018). *Desobedecer*. São Paulo: Ubu.
- Herrmann, F. (2006). Psicanálise e Política no mundo em que vivemos. *Percurso*, 28(36), 5-25.
- Kodato, S. (1996). *O professor profano: crueldade institucional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Latour, B. (2020). *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Recuperado de [http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS\\_2.pdf](http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS_2.pdf)

Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151. Recuperado de <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4327/3625>

Miguel, L. F. (2019). *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo & Expressão Popular.

Pereira, M. S. (2011). Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. In Jacó-Vilela (Org.), *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil* (pp. 315-317). Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP.

Pereira, M. S. (2019). Produtivismo na universidade pública: dimensões paradoxais do trabalho docente. In Conselho Regional de Psicologia/MG, *Psicologia no trabalho e nas organizações: reflexões sobre práticas contemporâneas* (pp. 99-121). Belo Horizonte: CRP04.

Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.

Rancière, J. (2020). *Uma boa oportunidade?* Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599489-uma-boa-oportunidade-artigo-de-jacques-ranciere>

Rolnik, S. (2018). O seriado do golpe em três temporadas. Recuperado de <http://lobosuelto.com/o-seriado-do-golpe-em-tres-temporadas-suely-rolnik/>

Teles, E. (2018). A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 65-72). São Paulo: Boitempo.

Vieira, H. (2018). Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiências do sagrado nas religiões. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 91-96). São Paulo: Boitempo.